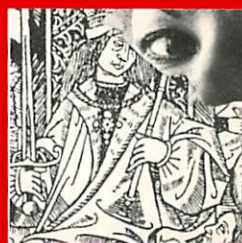


DISCURSOS

estudos de língua e cultura portuguesa

4



Maio
1993

Semântica
das Estruturas
Nominais

DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa

SEMÂNTICA DAS ESTRUTURAS NOMINAIS

Número 4

Mai de 1993



Director

Carlos Reis

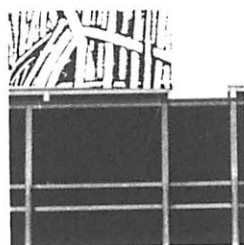
Conselho de Redacção

Ana Cristina Macário Lopes, Ana Nascimento Piedade, Ana Rita Navarro, Cristina Mello, Dionísio Vila Maior, Glória Bastos, Graça Nunes, Isabel Marnoto, J. L. Pires Laranjeira, Júlio Taborda, Maria do Rosário Cunha, Vivina de Campos Figueiredo



Conselho Editorial

Ángel Marcos de Dios, Aníbal Pinto de Castro, Anxo Tarrío, Ellen Sapega, Fernando Venâncio, François Marchessou, Ivo Castro, João Camilo dos Santos, José Victor Adragão, Luiz Fagundes Duarte, Maria Aparecida Santilli, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Maria Emília Ricardo Marques, Maria José Ferro Tavares, Maria Leonor Machado de Sousa, Maria de Lourdes Belchior, Maria Luísa Remédios, Óscar Lopes, Telmo Verdelho



Secretariado

Graça Nunes

A revista *Discursos* publicará estudos incidindo sobre os seguintes domínios:

- Temas de reflexão linguística, tanto numa perspectiva sincrónica como sob um ponto de vista diacrónico.
- Temas de reflexão sociocultural, equacionados em função da evolução e expansão da Língua Portuguesa no mundo.
- Questões de natureza didáctica, orientadas para o ensino da Língua Portuguesa, em Portugal e no estrangeiro.
- Temas de reflexão literária, relacionados com a difusão da Literatura Portuguesa e com o seu ensino, sobretudo quando articulado com o da Língua e da Cultura Portuguesa.



Apresentação	7
Carlos Reis	

Discursos: Semântica das Estruturas Nominais

Nota Prévia	13
Esboço de uma Semântica das Estruturas Nominais	15
João Andrade Peres	
Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais	37
Telmo Mória	
Introdução à Teoria dos Quantificadores Generalizados	65
Ana Teresa Alves	
Processos de Quantificação e Construções Partitivas	83
Rui Pedro Ribeiro Marques	
Sobre a Referência Nominal Genérica	115
Ana Cristina Macário Lopes	

Documento de trabalho

A Imagem (I)Material: Notas sobre a Video-Poesia de Ernesto M. de Melo e Castro	137
Júlio Pinto	

Registo bibliográfico	149
------------------------------	------------

Em Tempo	161
-----------------	------------

APRESENTAÇÃO

Apresentação

O número 4 de *Discursos* que agora se publica, surge subordinado ao tema **Semântica das estruturas nominais**. Correspondendo ao convite que lhe foi endereçado, quis o Prof. João Andrade Peres, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, responsabilizar-se pela coordenação dos trabalhos que aqui aparecem publicados; trata-se de uma solução editorial que, noutras revistas congêneres, frequentemente se adopta e que aqui se repetirá, sempre que as circunstâncias o justifiquem: confiar a um especialista numa determinada área do saber (e quase sempre contemplando, dentro dessa área do saber, um tema específico) a dinamização de colaborações qualificadas. Assim se assegura a coesão interna dessas colaborações, ao mesmo tempo que se garante o nível qualitativo que uma revista deste teor naturalmente deve cultivar.

Acerca da relevância científica que, na moderna teoria e análise linguística caracteriza a **semântica das estruturas nominais** pronuncia-se, numa breve nota prévia, o Prof. João Peres. Aqui, dir-se-á apenas que o público que lê esta revista encontrará, nos estudos a seguir publicados, estímulo para uma reflexão decerto exigente, mas, por isso também, extraordinariamente enriquecedora; e também, acrescente-se ainda, um desafio à eventual **integração pedagógica**, a médio prazo, das propostas de trabalho adiante formuladas.

Além dos estudos de João Andrade Peres, Telmo Mória, Ana Teresa Alves, Rui Pedro Ribeiro e Ana Cristina Macário Lopes, bem como das secções usuais de noticiário e registo bibliográfico, publica-se ainda um **documento de trabalho** da autoria de Júlio Pinto: as "notas sobre a video-poesia de E. M. de Melo e Castro" exploram, à luz da teoria semiótica, um domínio de criação artística extremamente inovador, em que a **palavra poética** surge apoiada pelas potencialidades expressivas da **computação gráfica** e do **video** produzido por computador. Conforme se refere no texto de Júlio Pinto, a produção dos video-textos analisados foi da responsabilidade da Universidade Aberta.

O próximo número de *Discursos* será consagrado à problemática do **discurso feminino**.

DISCURSOS: Semântica das Estruturas Nominais

Os responsáveis da *Discursos* pediram-me que organizasse um número sobre “semântica”. Para corresponder ao pedido, tive de fazer uma primeira opção entre uma aproximação de carácter muito geral às questões que actualmente se estudam no âmbito da semântica (tendencialmente formalizada) das línguas naturais e uma aproximação mais focalizada, que permitisse que os textos apresentados pudessem exibir aquele toque mínimo de seriedade e originalidade que tem de ser timbre dos produtos universitários. A escolha foi extremamente fácil, já que a vastidão e a complexidade que actualmente atinge a reflexão semântica sobre as línguas naturais tornaria um pequeno volume de carácter introdutório – e não escrito por um génio da síntese – tão superficial que quase constituiria uma forma de desrespeito por um público que presumo constituído fundamentalmente por professores de Português.

A selecção do tema recaiu sobre a semântica das estruturas nominais. Trata-se de um tema sobre o qual até hoje muito pouco se tem ensinado de relevante, o que, obviamente, não se deve à pouca importância das questões na perspectiva de um bom conhecimento e utilização da língua, mas, antes, à falta de divulgação de trabalhos acessíveis a um público de não-especialistas. Se bem que muito fique por dizer acerca das estruturas em causa, creio que o leitor passará a dispor de um guia acessível que o inicia nas questões principais que neste domínio se colocam. Quanto ao muito que há para explorar e divulgar sobre a semântica do Português – da semântica lexical aos sistemas da negação, dos valores temporo-aspectuais e dos valores modais, passando pela representação da pressuposição e pelos processos inferenciais –, certamente que haverá lugar para outras iniciativas, às quais tanto a equipa que comigo tem colaborado como outros especialistas de semântica não deixarão de corresponder.

João Andrade Peres

APRESENTAÇÃO

Apresentação

O número 4 de *Discursos* que agora se publica, surge subordinado ao tema **Semântica das estruturas nominais**. Correspondendo ao convite que lhe foi endereçado, quis o Prof. João Andrade Peres, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, responsabilizar-se pela coordenação dos trabalhos que aqui aparecem publicados; trata-se de uma solução editorial que, noutras revistas congêneres, frequentemente se adopta e que aqui se repetirá, sempre que as circunstâncias o justifiquem: confiar a um especialista numa determinada área do saber (e quase sempre contemplando, dentro dessa área do saber, um tema específico) a dinamização de colaborações qualificadas. Assim se assegura a coesão interna dessas colaborações, ao mesmo tempo que se garante o nível qualitativo que uma revista deste teor naturalmente deve cultivar.

Acerca da relevância científica que, na moderna teoria e análise linguística caracteriza a **semântica das estruturas nominais** pronuncia-se, numa breve nota prévia, o Prof. João Peres. Aqui, dir-se-á apenas que o público que lê esta revista encontrará, nos estudos a seguir publicados, estímulo para uma reflexão decerto exigente, mas, por isso também, extraordinariamente enriquecedora; e também, acrescente-se ainda, um desafio à eventual **integração pedagógica**, a médio prazo, das propostas de trabalho adiante formuladas.

Além dos estudos de João Andrade Peres, Telmo Mória, Ana Teresa Alves, Rui Pedro Ribeiro e Ana Cristina Macário Lopes, bem como das secções usuais de noticiário e registo bibliográfico, publica-se ainda um **documento de trabalho** da autoria de Júlio Pinto: as "notas sobre a video-poesia de E. M. de Melo e Castro" exploram, à luz da teoria semiótica, um domínio de criação artística extremamente inovador, em que a **palavra poética** surge apoiada pelas potencialidades expressivas da **computação gráfica** e do **video** produzido por computador. Conforme se refere no texto de Júlio Pinto, a produção dos video-textos analisados foi da responsabilidade da Universidade Aberta.

O próximo número de *Discursos* será consagrado à problemática do **discurso feminino**.

DISCURSOS: Semântica das Estruturas Nominais

Os responsáveis da *Discursos* pediram-me que organizasse um número sobre “semântica”. Para corresponder ao pedido, tive de fazer uma primeira opção entre uma aproximação de carácter muito geral às questões que actualmente se estudam no âmbito da semântica (tendencialmente formalizada) das línguas naturais e uma aproximação mais focalizada, que permitisse que os textos apresentados pudessem exibir aquele toque mínimo de seriedade e originalidade que tem de ser timbre dos produtos universitários. A escolha foi extremamente fácil, já que a vastidão e a complexidade que actualmente atinge a reflexão semântica sobre as línguas naturais tornaria um pequeno volume de carácter introdutório – e não escrito por um génio da síntese – tão superficial que quase constituiria uma forma de desrespeito por um público que presumo constituído fundamentalmente por professores de Português.

A selecção do tema recaiu sobre a semântica das estruturas nominais. Trata-se de um tema sobre o qual até hoje muito pouco se tem ensinado de relevante, o que, obviamente, não se deve à pouca importância das questões na perspectiva de um bom conhecimento e utilização da língua, mas, antes, à falta de divulgação de trabalhos acessíveis a um público de não-especialistas. Se bem que muito fique por dizer acerca das estruturas em causa, creio que o leitor passará a dispor de um guia acessível que o inicia nas questões principais que neste domínio se colocam. Quanto ao muito que há para explorar e divulgar sobre a semântica do Português – da semântica lexical aos sistemas da negação, dos valores temporo-aspectuais e dos valores modais, passando pela representação da pressuposição e pelos processos inferenciais –, certamente que haverá lugar para outras iniciativas, às quais tanto a equipa que comigo tem colaborado como outros especialistas de semântica não deixarão de corresponder.

João Andrade Peres

Esboço de uma Semântica das Estruturas Nominais

1. Para uma perspectiva integrada da semântica das estruturas nominais

A determinação do valor semântico de uma estrutura frásica resulta de uma complexa combinação de, pelo menos, os seguintes subcomponentes: o **conteúdo proposicional básico** da frase, isto é, a representação de uma situação por meio de um predicado e seus argumentos; um **valor de localização temporal** (envolvendo não apenas localizações absolutas da situação em causa em grandes sectores do eixo do tempo e seus subintervalos, mas também localizações em relação a outras situações); um **valor de polaridade** (positiva ou negativa); um **valor de modo e modalidade** (envolvendo, por exemplo, variações relativas ao carácter real ou hipotético com que a situação é apresentada, ao grau de possibilidade da sua verificação ou ao grau de certeza da asserção); uma ou mais interacções entre elementos da frase ou do discurso – as chamadas **relações de escopo** –, que impõem restrições sobre interpretações. Em alguns casos, a completa especificação da semântica de uma frase pode ainda requerer a explicitação de **asserções subentendidas ou pressupostas**. Finalmente, é quase sempre necessário, para se obter a definição de um conteúdo proposicional completo, determinar **cadeias de referência discursivas** que permitam estabelecer o valor denotacional de certos elementos de uma frase, sejam eles elementos lexicais, pró-formas (por exemplo, pronomes) ou elementos nulos.

A **semântica das estruturas nominais** pode envolver todos os subcomponentes acima enumerados, não se esgotando no plano do conteúdo proposicional básico. Na verdade, a contribuição de um sintagma nominal lexical para o valor semântico da frase que o integra distribui-se por diversos planos,

Discursos

uns intrínsecos ao sintagma, isto é, que dependem apenas do valor semântico das expressões que o compõem – quantificador(es), nome, complemento(s), modificador(es) – e outros extrínsecos, isto é, que dependem de relações do sintagma com outros elementos situados no interior da frase ou do discurso. Podemos organizar do seguinte modo os diferentes planos de análise semântica dos sintagmas nominais:

Semântica intrínseca dos sintagmas nominais

- a. valor semântico do nome, seus complementos e modificadores;
- b. valor semântico do operador de quantificação – simples ou complexo, explícito ou implícito;
- c. valor semântico global do sintagma nominal;
- d. pressuposições induzidas por algum elemento do sintagma nominal.

Semântica extrínseca dos sintagmas nominais

- e. interações entre o sintagma nominal e o predicador a que está associado, donde resultam restrições sobre interpretações possíveis; estas interações podem determinar – por exemplo, no caso de leituras de espécie (ver, neste tomo, o artigo de Ana Cristina Lopes) – o valor semântico global do sintagma nominal;
- f. relações de escopo entre sintagmas nominais, ou entre estes constituintes e outros operadores, nomeadamente de negação e de tempo;
- g. relações de dependência referencial entre um sintagma nominal lexical e outras estruturas nominais.

Como é decerto evidente, estamos perante matéria vasta, diversificada e complexa, cujo tratamento não pode confinar-se a uma vintena de páginas. No presente texto, limitar-me-ei a uma introdução geral a uma visão integrada dos diversos planos de análise semântica nominal acima referidos, ocupan-

do-me em seguida, também brevemente, de dois dos tópicos enumerados (*e.* e *f.*). Quanto aos restantes textos do presente tomo, o de Telmo Mória ocupa-se de aspectos do tópico *a.*, o de Ana Teresa Alves de aspectos do tópico *b.*, o de Ana Cristina Lopes de aspectos do tópico *c.* e o de Rui Ribeiro Marques de questões que envolvem uma associação dos tópicos *a.*, *b.* e *c.*



2. Aspectos da semântica intrínseca das estruturas nominais

2.1. *A semântica do nome*

Ao procurarmos compreender a semântica intrínseca das estruturas nominais, teremos, naturalmente, de começar por reflectir sobre o **nome**. Um primeiro passo neste sentido pode ser o de, bem aristotelicamente – mas com influências muito posteriores na formulação –, estabelecermos que os nomes têm a função básica de identificar as entidades participantes numa situação, enquanto os predicadores – particularmente os verbais e os adjectivais – servem para a identificação dessa situação.

Num segundo passo, teremos de reconhecer a diversidade semântica dos nomes, ou seja o facto de existir uma correspondência entre subclasses de nomes linguisticamente pertinentes – quer dizer, classes que determinam a boa ou má formação de construções – e subclasses de objectos do real não-linguístico. É, por exemplo, bastante óbvio que nomes como *ouro*, *anel*, *amizade* ou *viagem* pertencem a distintas subclasses semânticas de nomes, não pelo facto de as entidades que eles permitem designar poderem ser separadas numa tipologia baseada em critérios não-linguísticos – por exemplo, físicos ou filosóficos –, mas fundamentalmente porque este facto tem como consequência que esses nomes apresentam diferentes propriedades linguísticas.

O reconhecimento da diversidade semântica dos nomes constitui um patamar de reflexão que facilmente se atinge por via intuitiva e que pode ser

apoiado em dados simples. Contudo, o desenvolvimento pleno de uma tipologia de nomes bem fundamentada só pode ser atingido uma vez dominados os processos de formação de estruturas supra-nominais – em primeiro lugar, os processos de formação de nomes modificados e de sintagmas nominais, e, por último, os processos de formação de estruturas de nível superior, até à frase. Digamos que só do alto desse edifício estrutural, olhando de novo para uma das suas bases – a base nominal –, se pode captar toda a variedade e complexidade da classe dos nomes. Em Peres (1992), texto em que procurei esboçar uma parte do que penso ser a arquitectura básica da semântica nominal, avancei uma proposta de tipologia de nomes, pelo que não retomarei aqui o assunto.

2.2. Operações semânticas nominais

Afastada a importante questão acabada de enunciar, procurarei definir, nas subsecções seguintes, em termos sintéticos, parte do processo de complexificação semântica que se desenvolve a partir do nome. Recorrendo a terminologia que utilizei no artigo mencionado, considerarei que, numa primeira fase desse processo, o nome pode ser sujeito a **operações semânticas nominais**, entendidas como processos morfológicos ou sintácticos que envolvem a definição de uma nova denotação a partir da denotação de uma estrutura nominal nuclear (isto é, um nome e, se os tiver, os seus complementos) que funciona como operando. No mesmo lugar propus que se considerasse a existência de três operações semânticas nominais: a **modificação nominal**, a **pluralização nominal** e a **quantificação nominal**. As duas primeiras geram denotações de estruturas nominais a partir de objectos do mesmo tipo – numa determinada perspectiva, conjuntos de entidades –, ao passo que a terceira pode ser entendida como gerando objectos mais complexos que os denotados pela estrutura nominal não quantificada ou, alternativamente, como estabelecendo um determinado tipo de relação entre a denotação da estrutura nominal não quantificada e a estrutura de um predicado. Por exemplo, na

frase *todos os gatos brincam*, o complexo quantificacional *todos os* estabelece entre a denotação do nome *gatos* e a denotação da forma verbal *brincam* uma relação segundo a qual o conjunto dos gatos faz parte do conjunto das entidades que brincam (ver o artigo de Ana Teresa Alves neste mesmo tomo).

A primeira das operações referidas no parágrafo anterior é objecto de considerável desenvolvimento tanto em Mória (1992) como em artigo do mesmo autor neste tomo. Quanto às restantes, dedicar-lhes-ei de seguida algum espaço, uma vez que a primeira praticamente não é referida pelos demais autores desta publicação e a segunda é tratada apenas parcelarmente nos artigos de Ana Teresa Alves e de Rui Ribeiro Marques.

2.2.1. A operação de pluralização

No texto que já acima referi – (Peres, 1992), para o qual remeto o leitor –, apresentei com algum desenvolvimento e em termos intuitivos uma perspectiva sobre a semântica dos plurais desenvolvida na década de oitenta. Anteriormente, tinha tratado o tema, em termos bastante mais formais (Peres, 1987, 1990 e 1991). Neste momento, pretendo apenas apresentar uma brevíssima síntese de ideias que anteriormente divulguei ou propus.

Importa, antes de mais, fazer notar que as línguas naturais apresentam diferentes tipos de plurais, alguns deles sem relevância semântica. Estes são os plurais a que chamei **plurais (meramente) morfológicos** e **plurais (meramente) sintácticos**. Exemplo dos primeiros são palavras como *esponsais*, *honorários* e *núpcias*, que só admitem forma plural, mas podem servir para a designação de um único objecto ou de uma única situação. Embora com características diferentes, são ainda exemplos do primeiro grupo nomes como *óculos* e *calções*, quando usados para designar um único par de óculos ou um único par de calções. Quanto ao segundo grupo, parece-me adequado considerar que a ele pertencem todos os plurais que são obtidos pelo processo de concordância em Número

No que respeita aos plurais com alcance semântico, importa tentar caracterizar minimamente o seu contributo para a composição do significado.

Discursos

Por muito estranho que pareça, a reflexão sistemática sobre esta matéria só teve início nos anos setenta com Bennett (1974) e só atingiu um estágio satisfatório na década de oitenta, em particular com as propostas de Link (1983, 1984 e 1987). A intuição orientadora da investigação pode resumir-se nos seguintes termos simples: (i) as línguas naturais usam expressões, de várias categorias predicativas – nominais, adjectivais e verbais –, cuja denotação envolve entidades grupais (ou, o que é o mesmo, colectivas); (ii) dos pontos de vista morfológico e sintáctico, as expressões cuja denotação envolve entidades grupais – e, em certos casos, simultaneamente entidades grupais e entidades não-grupais – não se distinguem daquelas em cuja denotação estão envolvidas apenas entidades não-grupais; (iii) como consequência natural dos dois pontos anteriores, impõe-se um tratamento semântico das expressões grupais e não-grupais que, por um lado, dá conta das suas idiosincrasias semânticas e, por outro lado, fazendo jus à sua indiferenciação morfo-sintáctica, as trate (semanticamente) de modo uniforme até aos limites do possível. Vejamos algumas frases que exemplificam as questões colocadas:

- (1) Todos os jogadores receberam uma medalha.
- (2) Todas as equipas receberam uma medalha.

Este par de frases ilustra os pontos (i) e (ii) enunciados no parágrafo anterior. De facto, enquanto o valor semântico do núcleo nominal do Sujeito da frase (1) – *jogadores* – é definido a partir de indivíduos simples – no sentido de não-grupais –, o valor correspondente na frase (2) – o do nome *equipas* – tem de ser definido a partir de entidades grupais, que, no caso, são equipas (por exemplo, de jogadores). Por outro lado, é evidente que não existe qualquer variação morfo-sintáctica entre as duas frases. Verificado isto, há então que tornar efectivo o que foi enunciado no ponto (iii). A forma de o fazer é postular que os universos de discurso das línguas naturais contêm tanto indivíduos simples como indivíduos grupais, com o mesmo estatuto ontológico. É claro que, em consonância com a intuição que o próprio falante tem de que uma entidade grupal é formada a partir de entidades simples,

existem formas matemáticas de construir as entidades grupais a partir das entidades simples. Tal, porém, exige um aparato formal que não é possível utilizar aqui. Passaremos, pois, à ilustração de outro problema. Vejam-se as frases seguintes:

- (3) Todos os jogadores se juntaram na festa.
- (4) Alguns jogadores alugaram um carro para ir à festa.

Repare-se que a denotação do núcleo do Sujeito da frase (3) – de novo, o nome *jogadores* – não pode conter apenas os indivíduos simples que bastavam à interpretação da Frase (1), uma vez que o predicado intransitivo *juntar-se* só pode aplicar-se a entidades grupais. Temos, por conseguinte, de admitir que a denotação de um nome como *jogadores* – e de grande parte dos nomes comuns – pode conter tanto entidades grupais como entidades não-grupais. Adoptando um dos tratamentos formais possíveis e procurando a máxima economia e simplicidade, pode-se estipular que a denotação de um nome plural consiste sempre num conjunto de indivíduos, uns simples e outros grupais, definidos os segundos a partir dos primeiros por processos formais (comummente, recorrendo à teoria dos reticulados, ou, alternativamente, às álgebras de Boole). A conveniência da reunião desses distintos tipos de indivíduos na denotação da mesma palavra torna-se evidente com uma frase ambígua como (4), onde as duas interpretações disponíveis – alugueres individuais *versus* um aluguer colectivo – podem ser obtidas a partir de uma única denotação do nome pluralizado.

Vem ainda a propósito fazer notar que a necessidade que verificámos de formação de indivíduos grupais a partir de indivíduos não-grupais – para a interpretação das frases (3) e (4) – surge também em estruturas com uma outra caracterização semântica, ilustrada pela frase (5):

- (5) Várias equipas reuniram-se para discutir as novas regras.

Nesta frase, temos exactamente o mesmo tipo de ambiguidade detectado na frase (4). Na verdade, a frase (5) permite que se esteja a referir quer

uma única reunião conjunta de um determinado número de equipas quer reuniões separadas de cada uma das equipas em causa. Em conformidade, temos de assumir que o nome colectivo plural *equipas* tem na sua denotação indivíduos grupais formados a partir de indivíduos simples – as equipas – e outros indivíduos grupais formados a partir dos primeiros – isto é, grupos de equipas.

Outros aspectos da semântica dos plurais têm sido postos em relevo. Alguns deles têm a ver com a capacidade de certos plurais de permitirem a denotação de espécies, matéria que é tratada por Ana Cristina Lopes noutro artigo deste tomo. Outros têm a ver com factores de complexidade da denotação dos plurais superiores aos descritos nos parágrafos anteriores. A frase (6) abaixo, que é uma tradução de uma frase de Link (1987), ilustra um desses factores. A questão que ela coloca é, obviamente, a de se saber de que entidades estamos a falar quando utilizamos uma expressão como *empresas rivais*. Quaisquer que elas sejam, decerto não coincidem nem com os indivíduos simples nem com os indivíduos grupais de que até agora falámos.

(6) Todas as empresas rivais têm interesses em comum.

2.2.2. A operação de quantificação

A presença de uma noção de **quantidade** no quadro da gramática é uma constante da tradição greco-latina (como o será provavelmente de outras tradições). O mesmo não se pode dizer da noção de **quantificador**, que só muito recentemente, na década de setenta, com o trabalho de Montague, e mais intensamente a partir de Barwise e Cooper (1981), passou a ter na caracterização semântica das línguas naturais uma importância equivalente à que tinha para as lógicas simbólicas, criadas a partir do século XIX. Creio, no entanto, poder-se dizer que não se atingiu ainda uma perspectiva suficientemente vasta para englobar todos os diferentes processos de **quantificação** das línguas naturais, os quais, não se limitando à **quantificação nominal**, são bastante mais variados e complexos que os das linguagens lógicas conheci-

das. As partes sublinhadas das frases que se seguem exemplificam diferentes tipos de quantificação, dos quais apenas os cinco primeiros têm uma estrutura de base nominal a determinar o domínio sobre que opera o quantificador:

- (7) Alguns dos meus amigos vivem no campo.
- (8) A maioria dos meus amigos vive no campo.
- (9) Bebi um litro de água.
- (10) Bebi toda a água que estava no frigorífico.
- (11) O orador falou com bastante convicção.
- (12) O carro está muito afastado do passeio.
- (13) Este livro é muito interessante.
- (14) Achei o filme um bocado sem graça.
- (15) Gosto imenso de maçãs reinetas.
- (16) Muito provavelmente, o encontro vai ser adiado.
- (17) Visito este museu frequentemente.
- (18) Importas-te de falar um pouco mais alto?

Em Peres (1992) procurei definir uma perspectiva integradora dos diferentes tipos de quantificação nominal, partindo da hipótese de que os processos de quantificação das línguas naturais correspondem sempre à utilização de uma de duas capacidades básicas do ser humano (e provavelmente não só), que estão na origem do desenvolvimento de toda a matemática – a capacidade de **contar** e a capacidade de **medir**. Deste modo, os processos de quantificação natural dividir-se-iam em dois subtipos fundamentais: a **quantificação descontínua** ou de **contagem** e a **quantificação contínua** ou de **medição**. De acordo com o que então escrevi, o primeiro destes processos seria exemplificado pelas frases (7) e (8) e o segundo pelas frases (9) e (10). Neste momento, inclino-me a alargar por duas vias a tipologia em causa. A primeira destas vias consiste em integrar no âmbito da quantificação de medição não só o processo de quantificação nominal exibido na parte sublinhada da frase (11) mas também os processos de quantificação não-nominal representados nas partes sublinhadas das frases (12) a (16). Este alargamento do alcance da tipologia obrigará, por um lado, a uma revisão do conceito de

quantificação de medição que anteriormente propus (cf. *ib.*: 17) e, por outro, a uma subclassificação mais fina dos processos de quantificação deste tipo. Quanto à segunda via de extensão da tipologia em causa, ela consiste em integrar no âmbito da quantificação de contagem o processo de quantificação não-nominal exibido na parte sublinhada da frase (17). Esta extensão apenas irá requerer que se considere a existência de um domínio de quantificação constituído por eventos. Com efeito, a informação que na frase (17) se transmite através da expressão (tradicionalmente classificada como adverbial) *frequentemente* é a de que a visita do locutor a um dado museu ocorre um número elevado de vezes. Quanto ao processo de quantificação ilustrado pela parte sublinhada da frase (18) – que, possivelmente, deve ser visto conjuntamente com outras construções comparativas –, não me ocuparei dele aqui.

Uma vez operadas as extensões que acabo de referir, obtém-se a tipologia de processos de quantificação que a seguir apresento, a qual constitui ainda seguramente um quadro incompleto dos processos de quantificação nas línguas naturais. Para facilitar a compreensão das diferenças em causa, cada subtipo vem acompanhado dos números das frases do grupo (7)-(17) que o exemplificam.

Tipologia (parcial) dos processos de quantificação das línguas naturais

1. quantificação descontínua ou de contagem
 - 1.1. quantificação de contagem absoluta – [7, 17]
 - 1.2. quantificação de contagem relativa – [8]
2. quantificação contínua ou de medição
 - 2.1. quantificação de medição absoluta
 - 2.1.1. quantificação de medição absoluta física – [9, 12]
 - 2.1.2. quantificação de medição absoluta não-física – [11, 13, 14, 15 e 16]
 - 2.2. quantificação de medição relativa ou mereológica – [10]

Podemos esboçar sumariamente uma definição de cada um destes tipos e subtipos de quantificação nos termos que se seguem:

- a. quantificação descontínua ou de contagem:** envolve o número de membros de um conjunto, com ou sem o requisito de esse número ser comparado com o cardinal de outro conjunto;
- b. quantificação de contagem absoluta:** envolve o número de membros de um conjunto, sem o requisito de esse número ser comparado com o cardinal de outro conjunto (por exemplo, para determinar o valor de verdade da frase (7), apenas é preciso verificar se o conjunto de intersecção do conjunto dos amigos do locutor e do conjunto das pessoas que vivem no campo tem mais de um membro);
- c. quantificação de contagem relativa:** o número de indivíduos relevante é determinado em função de um outro número (por exemplo, para determinar o valor de verdade da frase (8), não basta saber quantos indivíduos pertencem simultaneamente ao conjunto dos amigos do locutor e ao conjunto das pessoas que vivem no campo, sendo também preciso conhecer o número de amigos do locutor);
- d. quantificação contínua ou de medição:** não envolve a determinação de uma quantidade de entidades, mas antes a determinação de um valor numa escala;
- e. quantificação de medição absoluta:** envolve a determinação de um valor numa escala definida independentemente das entidades relevantes para a predicação;
- f. quantificação de medição absoluta física:** envolve a determinação de uma quantidade física (por exemplo, de matéria ou de energia) com referência a padrões independentes da entidade que é objecto do processo de quantificação (por exemplo, na frase (9) é definida uma quantidade de água em função de uma medida universal de capacidade);

- g. **quantificação de medição absoluta não-física:** envolve a determinação de um valor numa escala de valores aplicáveis a realidades não-físicas, como atitudes, sentimentos, qualidades, estados (mormente psíquicos) ou valores éticos e estéticos (por exemplo, na frase (11) atribui-se o grau máximo numa escala de valores com que – de maneira mais ou menos subjectiva, é claro – se avalia a intensidade da convicção de um orador na exposição das suas ideias);
- h. **quantificação de medição relativa ou mereológica:** envolve a determinação de uma porção de uma entidade relativamente à totalidade dessa entidade (por exemplo, na frase (10) estabelece-se como parte relevante de uma determinada quantidade de água a totalidade – isto é, sem paradoxo, a parte total – dessa mesma quantidade de água).

Não me deterei mais sobre a operação de quantificação, uma vez que, em artigos contidos neste mesmo tomo, Ana Teresa Alves e Rui Ribeiro Marques se ocuparão, respectivamente, de alguns aspectos da quantificação de contagem e de alguns aspectos da quantificação de medição.

3. Aspectos da semântica extrínseca das estruturas nominais

3.1. *Conceito de “leitura de um sintagma nominal”*

Distingui na secção 1. uma “semântica intrínseca” e uma “semântica extrínseca” dos sintagmas nominais. Na verdade, vários aspectos da semântica do sintagma nominal só podem ser definidos analisando o contexto em que ele se integra. É a estes aspectos que se pode aplicar a designação **leitura de um sintagma nominal**, se bem que a definição clara desta expressão – de uso abundantíssimo na literatura semântica – raramente tenha sido objecto de reflexão. No presente texto, esta designação servirá para englobar um conjunto de variações que têm a ver com a semântica extrínseca do sintagma nominal.

Para captarmos bem o que se pode entender por “leitura de um sintagma nominal”, convém recordar que um sintagma desta classe contém uma estrutura nominal – que podemos considerar como identificando um conjunto de indivíduos – e um operador de quantificação, que pode ser de estrutura simples – como em *algumas pessoas* – ou de estrutura complexa – como em *a maior parte das pessoas*. Sintetizando ideias anteriormente expressas, podemos também dizer, em termos intuitivos, que a estrutura nominal não quantificada ocorrente num sintagma nominal contribui para a resposta à pergunta “o quê?” (ou, se quisermos, mais explicitamente, “de que classes de indivíduos é que falamos?” – de livros, de pessoas, de ideias, de situações ou de várias outras classes de entidades), enquanto a estrutura de quantificação responde a perguntas como “quantos?” ou “quanto?”. Tudo o que vá para além destas informações básicas já deve ser considerado como fazendo parte da *leitura* que um sintagma nominal recebe do seu contexto. Note-se, no entanto, que algumas leituras atribuídas a sintagmas nominais dependem crucialmente do próprio sintagma nominal – de propriedades do nome e de propriedades da estrutura de quantificação. Nas subsecções que se seguem, farei uma apresentação breve e informal de alguns sistemas de leituras de sintagmas nominais.

3.2. Leituras envolvendo noções de singularidade e grupalidade

O primeiro sistema de leituras de sintagmas nominais que referirei é constituído por um conjunto de valores em que as noções intuitivas de indivíduo singular e de indivíduo grupal (ou colectivo) desempenham um papel fundamental. Não podendo desenvolver aqui esta matéria – de que alguns aspectos são tratados em Peres (1991) –, limitar-me-ei a ilustrar algumas das leituras em causa:

- (19) Alguns estudantes alugaram um computador
(frase ambígua entre uma **leitura distributiva**, segundo a qual mais de um estudante alugou individualmente um computador, e uma **leitura grupal** ou **colectiva**, segundo a qual um grupo formado por mais de um estudante alugou colectivamente um computador).

Discursos

- (20) Alguns estudantes reuniram-se ontem à tarde
(frase não ambígua, exclusivamente com leitura grupal).
- (21) As equipas reuniram-se ontem à tarde
(frase ambígua entre uma **leitura distributiva**, segundo a qual todas as equipas relevantes no contexto se reuniram separadamente, e uma **leitura grupal**, segundo a qual todas as equipas relevantes no contexto se reuniram conjuntamente).
- (22) Ambas as raparigas compraram um disco
(frase não ambígua, exclusivamente com leitura distributiva).
- (23) Ambas as raparigas couberam no banco da frente
(frase ambígua entre uma **leitura distributiva**, segundo a qual cada uma das raparigas experimentou em separado sentar-se no banco da frente e coube lá, e uma **leitura grupal**, segundo a qual as duas raparigas em causa couberam conjuntamente no banco da frente).
- (24) Ambas as raparigas se encontraram para conversar
(frase semanticamente mal-formada, em virtude da incompatibilidade entre o carácter grupal do predicador e o carácter tipicamente anti-grupal do quantificador *ambos*).
- (25) Alguns dos rapazes que se juntaram para organizar a festa adoeceram
(leitura colectiva na oração relativa e distributiva derivada na frase matriz).
- (26) Alguns dos rapazes que se reuniram jantaram juntos
(leitura colectiva na oração relativa e colectiva derivada na frase matriz).

- (27) Alguns dos estudantes que vivem longe da família juntaram-se para uma festa
(leitura distributiva na oração relativa e colectiva derivada na frase matriz).
- (28) Toda a equipa bebeu água sem gás
(leitura distributiva derivada).

3.3. Leituras envolvendo uma noção de especificidade

Ao segundo sistema de leituras que exemplificarei, está associada uma noção – nem sempre muito claramente definida – de **especificidade**. O subsistema inclui, fundamentalmente, uma **leitura específica** e uma **leitura não-específica** (ou **inespecífica**, se quisermos). Para bem entendermos as diferentes noções que podem estar em jogo, observemos as seguintes sequências discursivas:

- (29) Um amigo meu já me tinha falado deste filme. Se o encontrar hoje, vou dizer-lhe que gostei imenso.
- (30) Um amigo meu já me tinha falado deste filme, mas não consigo lembrar-me de quem foi.

De acordo com a interpretação mais normal de (29), entende-se que o seu emissor está a evocar um amigo concreto, que poderia até identificar pelo nome. Pelo contrário, da frase (30) deduz-se que o emissor não associa ao sintagma nominal *um amigo meu* uma representação cognitiva de uma entidade que ele possa identificar no momento da locução. Em muitos autores, o contraste em causa é identificado com a oposição **valor específico / valor não-específico** (ou **leitura específica / leitura não-específica**). Parece-me importante salientar que o contraste em causa pode não ser considerado de ordem estritamente semântica, uma vez que, em ambos os casos, para que a frase seja verdadeira é requerido que exista um indivíduo que é amigo do

Discursos

emissor e que lhe falou do filme em causa. Digamos que a semântica pode parar neste ponto da análise, deixando para outros níveis menos especialmente linguísticos a questão de saber que tipo de representação não-verbal o falante associa ao seu discurso.

Vejamos agora o seguinte par de frases:

- (31) O director anda à procura de uma secretária. Parece que só ela é que tem um número de telefone de que ele precisa.
- (32) O director anda à procura de uma secretária. De preferência, deverá dominar bem o Alemão e o Inglês.

O contraste entre as duas frases no que respeita à interpretação do sintagma *uma secretária* não é o mesmo que o que se verificava no par anterior. Aí, as frases tinham em comum uma asserção (para outros, pressuposição) de existência – *há um amigo meu que me falou do filme* – e distinguiam-se pela presença num caso e ausência no outro de uma representação mental identificadora associada ao sintagma. No presente par, só a primeira frase associa ao sintagma *uma secretária* uma asserção ou uma pressuposição de existência – existe uma secretária concreta que terá um determinado número de telefone. Quanto à segunda frase, a entidade para que remete o mesmo sintagma não é uma entidade concreta do universo de discurso, mas sim um objecto abstracto, que possivelmente andarรก próximo de ser um conjunto de propriedades – daquelas propriedades que caracterizam uma secretária. É interessante observar que, se usarmos frases relativas no sintagma nominal relevante, se verifica uma alternância entre o modo indicativo e o modo conjuntivo, o primeiro para o caso da entidade concreta e o segundo para o caso da entidade abstracta:

- (33) O director anda à procura de uma secretária que tem um número de telefone de que ele precisa.
- (34) O director anda à procura de uma secretária que domine bem o Alemão e o Inglês.

É evidente que estamos perante uma oposição eminentemente semântica, uma vez que tem a ver com diferenças de denotação. Também para esta oposição se tem usado o par de designadores antonímicos **valor específico / / valor não-específico** (ou **leitura específica / leitura não-específica**), sobretudo no quadro da gramática de Montague. Foi, aliás, este lógico quem, em Montague (1970), encontrou uma engenhosa solução para a explicitação formal desta diferença. Dificilmente se vislumbra que algo de semelhante possa acontecer com a diferença ilustrada por (29)-(30), dentro dos quadros lógicos conhecidos.

É importante chamar a atenção para o facto de a oposição **específico / / inespecífico** que acabo de referir ser típica de contextos especiais, por vezes denominados **oblíquos** e, em certos quadros teóricos, **intensionais**. O verbo *procurar*, que utilizei nas frases (33)-(34), é precisamente uma unidade que gera um desses contextos na posição de objecto directo.

3.4. Leituras envolvendo a noção de “responsabilidade da designação”

Este terceiro tipo de variação de leitura de sintagmas nominais tem sido expresso através da oposição **leitura de re / leitura de dicto**, que a seguinte frase ilustra:

(35) O Paulo pensa que o Governador do Banco de Portugal é milionário.

Suponhamos que eu estou com o Paulo numa marina e que, de um luxuoso carro, emerge um cavalheiro que atravessa uma ponte e entra num belo barco de recreio. O Paulo ignora de quem se trata, mas eu sei que a personagem é o dito governador. O Paulo diz-me: “aquele fulano é milionário”. Nestas circunstâncias, nada impede que, mais tarde, eu enuncie, com verdade, a frase (35). O que estou, nesse caso, a fazer, é a relatar uma crença do Paulo acerca de um indivíduo concreto do real, usando para o designar

uma expressão que eu posso utilizar porque conheço esse indivíduo, mas que o Paulo não poderia, visto que não o identifica. Estou, pois, a designar esse indivíduo por meio de uma “descrição do falante”, como lhe chamaram alguns autores, por oposição a uma “descrição do Paulo” (no caso concreto). Assim, podemos dizer que, apesar de a frase (35) ser verdadeira, a crença do Paulo não incide sobre uma entidade identificada enquanto Governador do Banco de Portugal, mas sobre o indivíduo em si, sem identidade, digamos. Por isso, esta leitura é chamada “*de re*” (isto é, acerca da coisa).

Imaginemos agora uma situação alternativa, em que eu sei que, depois de ouvir algumas notícias sobre o ouro guardado no Banco de Portugal, o ingénuo Paulo chegou à conclusão de que o Governador do Banco de Portugal é milionário. Nesse caso, a sua crença é mais acerca da função que de indivíduos concretos, ou, noutras perspectiva, é acerca da mini-espécie formada pelos governadores em causa. Se entendermos a frase (35) como veiculando essa crença genérica, dir-se-á então que nela o sintagma nominal *Governador do Banco de Portugal* recebe uma leitura *de dicto*.

3.5. Leituras envolvendo uma oposição “definido” / “genérico”

O quarto sistema de leituras de sintagmas nominais que apresento foi introduzido por Donnellan (1966). Exprime-se por meio da oposição **valor referencial** / **valor atributivo**. Suponhamos que o Paulo diz a frase que se segue:

(36) O Governador do Banco de Portugal é milionário.

Numa interpretação possível, o Paulo estará a referir-se ao indivíduo concreto que desempenha a função em causa. Neste caso, diremos, usando a terminologia de Donnellan, que o sintagma nominal recebe um **valor referencial**. Se, porém, o Paulo não estiver a referir-se a um indivíduo concreto, mas, sim, ao conjunto de propriedades que em abstracto definem o Gover-

nador do Banco de Portugal, então diremos que o mesmo sintagma está a receber um **valor atributivo**. Na minha opinião, esta terminologia não se adequa plenamente a uma semântica de tradição montagueana, em que se considera que todas as expressões, seja qual for a sua categoria, têm uma referência. Preferiria, por isso, que o valor dito referencial fosse aproximado do valor normal da descrição definida e que o valor dito atributivo fosse aproximado do valor genérico nominal (a que prefiro chamar **leitura de espécie**).

3.6. Leituras envolvendo dependências entre constituintes

O subsistema referido nesta subsecção envolve um tipo de relações de dependência entre constituintes que tem sido designado por **escopo** (ou **alcançe** ou **âmbito**). Sem procurar definir, apenas exemplificarei o tipo de relação em causa, cingindo-me a relações de escopo entre sintagmas nominais. Vejamos alguns exemplos de ambiguidade – em alguns casos, possivelmente antes vagueza – derivada de diferentes atribuições de escopo. Apenas explicitarei as interpretações do primeiro exemplo, deixando ao leitor o trabalho de descobrir as dos restantes.

- (37) Todos os estudantes de Letras leram um livro do Eça
(numa interpretação, em que se diz que *um livro de Eça* tem escopo sobre *todos os estudantes*, está-se a afirmar que existe pelo menos um livro que todos os estudantes leram; noutra, em que se diz que o sintagma *todos os estudantes* tem escopo sobre o sintagma *um livro do Eça*, ou que o primeiro tem escopo largo e o segundo escopo estreito (um em relação ao outro), está-se a afirmar que para cada estudante existe pelo menos um livro de Eça que ele leu, podendo os livros lidos pelos diferentes estudantes ser também diferentes; note-se que as descrições definidas, incluindo os nomes próprios, têm sempre escopo largo).

- (38) Todos os estudantes desta turma se tornaram amigos de um dos seus colegas.
- (39) Todos os rapazes que se tornam amigos de uma das irmãs do Paulo apanham uma doença do coração.
- (40) Todos os estudantes desta turma se tornaram amigos de uma irmã de um dos seus colegas.
- (41) Todos os turistas do grupo visitaram três museus de Lisboa.

3.7. Leituras envolvendo combinações de factores

Exemplificarei agora a combinação dos valores específico ou inespecífico (por vezes identificados com, respectivamente, *de re* e *de dicto*) com variações de escopo. Comparem-se as frases seguintes:

- (42) O Paulo pensa que vai ganhar um democrata.
- (43) Todos os republicanos pensam que vai ganhar um democrata.

Repare-se que a primeira frase apresenta uma ambiguidade entre uma leitura específica e uma leitura inespecífica do sintagma *um democrata*. Não existe, porém, qualquer ambiguidade de escopo entre sintagmas nominais, uma vez que o Sujeito da matriz é uma descrição definida – neste caso, contendo um nome próprio – e, como já disse acima, as descrições definidas têm sempre escopo largo. Pelo contrário, a segunda frase envolve pelo menos três leituras, que podemos classificar e descrever nos seguintes termos:

- L1. Leitura específica de *um democrata*, com escopo largo (em relação a *todos os republicanos*): existe um certo democrata tal que todos os republicanos pensam que ele vai ganhar.

- L2. Leitura específica de *um democrata*, com escopo estreito (em relação a *todos os republicanos*): para cada republicano, existe um democrata tal que esse republicano pensa que ele vai ganhar; note-se que se pode dar o caso de muitos republicanos – até mesmo todos – preverem a vitória do mesmo democrata;
- L3. Leitura inespecífica de *um democrata* (não se pondo, neste caso, na minha opinião, o problema do escopo): todos os republicanos pensam que o vencedor será um indivíduo do Partido Democrático, mas não têm em mente qualquer indivíduo concreto.

4. Breve conclusão

O presente texto tinha, fundamentalmente, dois objectivos. O primeiro era o de definir em linhas gerais a semântica das estruturas nominais, a qual, como deverá ter ficado claro, é um processo construtivo que parte da computação do valor semântico do nome nuclear e se alarga até aos níveis da frase e do discurso. O segundo objectivo era o de focar alguns dos aspectos deste processo, o que foi feito tendo em conta que uns dependem exclusivamente dos sintagmas nominais em si e que outros dependem da interacção entre essas estruturas e outros elementos da construção frásica. De entre os primeiros, foram objecto de análise a pluralização nominal – secção 2.2.1. – e a aplicação de operadores de quantificação – secção 2.2.2. Quanto aos segundos, procurei fazer uma síntese dos diferentes valores que um sintagma nominal pode assumir em função do contexto em que se integra. Os artigos que se seguem oferecem o tratamento de outras questões, constituindo uma unidade com o presente texto e um seu complemento indispensável.

João Andrade Peres é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Departamento de Linguística Geral e Românica, onde coordena a área de Semântica. Tem-se dedicado em particular às temáticas da quantificação, da negação e da expressão de valores temporais nas línguas naturais.

Referências bibliográficas

- BARWISE, J.; COOPER, R. (1981) – “Generalized Quantifiers and Natural Languages,” in *Linguistics and Philosophy*, 4, pp. 159-220.
- BENNETT, M. (1974/1975) – *Some Extensions of a Montague Fragment of English*, diss. de dout., UCLA, dist. Indiana University Linguistics Club, 1975.
- DONNELLAN, K. S. (1966) – “Reference and Definite Description,” in *Philosophical Review*, 75, pp. 281-304.
- LINK, G. (1983) – “The Logical Analysis of Plurals and Mass terms (A Lattice-theoretical Approach”, in R. Bäuerle, C. Schwarz and A. von Stechow (orgs.) – *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlim, de Gruyter.
- LINK, G. (1984) – “Hydras, On the Logic of Relative Constructions with Multiple Heads”, in F. Landman e F. Veltman (orgs.) – *Varieties of Formal Semantics*, Dordrecht, Foris.
- LINK, G. (1987) – “Generalized Quantifiers and Plurals”, in P. Gärdenfors (org.) – *Generalized Quantifiers, Linguistic and Logic Approaches*, Dordrecht, D. Reidel.
- MÓIA, T. (1992) – “Sobre Classes Semânticas de Adjectivos,” in *Cadernos de Semântica*, 7, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MONTAGUE, R. (1970) – “The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English”, in J. Hintikka, J. Moravcsik e P. Suppes (orgs.) – *Approaches to Natural Language, Proceedings of the 1970 Stanford Workshop on Grammar and Semantics*, 1973, Dordrecht, D. Reidel, reimpr. in *Formal Philosophy, Selected Papers of Richard Montague*, org. e intr. por R. Thomason, New Haven, CT, Yale Univ. Press., 1974.
- PERES, J (1987) – *Para uma Semântica Formal da Quantificação Nominal Não-Massiva*, diss. de dout., Universidade de Lisboa.
- PERES, J. (1990) – “Basic Aspects of the Theory of Generalized Quantifiers”, in M. Filgueiras, L. Damas, N. Moreira e A. P. Tomás (orgs.) – *EALIA 90: Advanced School on Natural Language Processing, Lecture Notes in Artificial Intelligence*, Berlim, Springer-Verlag, 1991.
- PERES, J. (1991) – “Issues on Distributive and Collective Readings”, comun. apresentada ao *Seminar on Plurals*, Universidade de Tubinga, Dez. de 1991, in *Cadernos de Semântica*, 4, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PERES, J. (1992) – “Questões de Referência Nominal,” in *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais

1. Caracterização da operação semântica de modificação nominal

Em Peres (1992), a modificação nominal é descrita como uma “operação semântica nominal”, isto é, “um processo que envolve a definição de uma nova denotação a partir da denotação de uma estrutura nominal nuclear¹ que funciona como operando” (p. 2). A operação em causa consiste, designadamente, como o autor refere, na aplicação a essa estrutura nominal de “uma expressão que restringe a sua denotação” (p. 9), pelo que igualmente se pode designar esta operação por “restrição nominal”.

Para compreender bem o alcance desta definição, importa reflectir sobre os conceitos de **denotação** e **restrição da denotação** (de estruturas nominais) a que ela faz apelo, contextualizando-os no quadro de uma determinada perspectiva de análise semântica, designadamente a semântica referencial (ou formal), modelo-teorética, desenvolvida a partir dos trabalhos de Montague (especialmente 1970). Neste quadro, a semântica é encarada como um sistema de interpretação linguística que visa definir um sistema de correspondências entre expressões da linguagem e objectos matemáticos (conjuntos, pares ordenados, valores de verdade, etc.) que integram um modelo do universo que a linguagem representa. São estes objectos matemáticos – que constituem, por sua vez, representações (matemáticas) de entidades reais – que constituem a **denotação** ou o **referente** das expressões linguísticas.

¹ Por “estrutura nominal nuclear”, entenda-se neste contexto uma estrutura formada por um núcleo nominal e pelos seus argumentos internos (caso existam).

1.1. Denotação das estruturas nominais

No que respeita aos nomes (unários, como *casa*, *livro* ou *pessoa*), assume-se normalmente neste quadro – desde Montague – que se trata de expressões que denotam (numa perspectiva extensional) **conjuntos** de entidades. A atribuição deste tipo de denotação às expressões nominais não é problemática no caso de nomes comuns como *livro(s)* ou *flor(es)*, os quais são analisados como denotando conjuntos de entidades (discretas) do universo – livros e flores, respectivamente. Quanto aos nomes próprios, pode considerar-se, nesta perspectiva unificadora, que eles constituem casos especiais de expressões que denotam invariavelmente conjuntos singulares (o que os distingue dos outros tipos de nomes).

A atribuição do tipo de denotação que acabo de referir a alguns outros tipos de nomes – colectivos ou massivos, por exemplo – coloca alguns problemas. As propostas de tratamento mais recentes têm ido, no entanto, no sentido de privilegiar um tratamento unificado desta classe de expressões. Consideremos, a título de exemplo, alguns casos especiais.

(i) nomes colectivos

O tratamento dos chamados nomes colectivos como expressões que denotam conjuntos de entidades é possível nos sistemas de interpretação que contemplam a existência de indivíduos complexos. É o caso do sistema proposto por Link (1983, 1984 e 1987) para o tratamento formal da operação de pluralização nominal das línguas naturais, onde o universo de discurso é analisado como uma álgebra de Boole em que se distinguem os indivíduos atómicos e as suas combinações em indivíduos complexos ou grupais. Neste tipo de sistemas, é possível analisar um nome colectivo como *alcateia*, por exemplo, como uma expressão que denota um conjunto de indivíduos complexos formados a partir de indivíduos atómicos (os lobos), não sendo necessário atribuir-lhe um tipo de denotação mais complexa (designadamente, conjuntos de conjuntos de lobos, como acontecia em Bennett, 1974).

(ii) nomes massivos

O tratamento dos nomes que referem entidades não discretas – como os nomes tradicionalmente designados massivos (*água, oxigênio, etc.*) – ainda não gerou consenso entre todos os autores. No entanto, podemos considerar, recorrendo mais uma vez a um universo com uma estrutura booleana e à ideia de que as substâncias são compostas por partes contínuas, que os nomes massivos denotam conjuntos de entidades, que são essas suas partes (cf. propostas de Link, 1983)².

(iii) nomes situacionais

O tratamento de nomes como *terramoto* ou *incêndio* como expressões que denotam conjuntos de entidades – que seriam, neste caso, situações – requer que se considerem as situações como entidades primitivas do universo de discurso e, portanto, que se enriqueça a ontologia do sistema de interpretação semântica.



Note-se ainda que alguns nomes pertencentes às três classes que acabei de referir podem ser nomes próprios, isto é, expressões que denotam um conjunto singular. É o que acontece, por exemplo, com o nome colectivo *ONU* e com o nome situacional *Restauração* nas frases que se seguem:

- (1) A ONU congrega mais de centena e meia de países.
- (2) A Restauração celebra-se no dia 1 de Dezembro.

No que respeita à denotação das estruturas nominais, importa ainda referir a existência de (pelo menos) duas classes de nomes – analisadas em Peres (1992) – que parecem não ter como denotação conjuntos de entidades³. A primeira destas classes é formada por expressões nominais que funcionam basicamente

² Para uma análise mais detalhada dos nomes massivos, v. Novais (1992).

³ Para uma maior desenvolvimento desta questão, v. Peres (1992) e ainda Marques (1992).

Discursos

como operadores de quantificação, envolvidos na determinação de medidas. Trata-se, portanto, de quantificadores (ou parte integrante de quantificadores) – designados no artigo referido **quantificadores de medição** – e não de nomes que denotam conjuntos de entidades. Exemplos destes quantificadores de medição são *parte*, *(um) litro* e *(um) balde*, nos exemplos que se seguem:

- (3) O Paulo comeu parte do bolo.
- (4) O Paulo lavou o carro com um litro de água.
- (5) O Paulo lavou o carro com um balde de água.

A segunda classe abrange os nomes que no mesmo artigo são designados **nomes de referência dependente** ou **geradores de referência** e que o autor considera não terem referência própria. Trata-se, segundo a análise proposta, de operadores “vazios de referência” que se combinam com expressões nominais e permitem definir um novo referente. Exemplos destes nomes de referência dependente são *fila*, *fatia* e *gota*, nos exemplos que se seguem:

- (6) Havia uma enorme fila de carros à entrada da auto-estrada.
- (7) O Paulo comeu uma fatia do bolo.
- (8) O Paulo deitou uma gota de óleo na corrente da bicicleta.

1.2 Restrição da denotação das estruturas nominais

Os operadores de modificação nominal – ou, simplesmente, modificadores – podem ser encarados, na perspectiva conjuntista, como expressões que denotam **funções que projectam um dado conjunto num seu subconjunto**, ou seja, como operadores que restringem um dado conjunto, a que a sua denotação se aplica. Por exemplo, se considerarmos que o nome *flor(es)* denota o conjunto das flores (de um dado universo de discurso), o resultado da aplicação de um modificador como *branca(s)* a essa expressão – ou seja, a expressão modificada *flor(es) branca(s)* – denotará um subconjunto do conjunto das flores, aquele que contém apenas as flores que são brancas.

É de notar que a operação de modificação nominal pode aplicar-se recursivamente a estruturas nominais já modificadas. Deste modo, o conjunto denotado por uma dada expressão nominal pode ser sucessivamente reduzido mediante aplicação de modificadores. Veja-se:

- (9) flor(es) branca(s) de estufa
- (10) flor(es) branca(s) de estufa vinda(s) do Japão
- (11) flor(es) branca(s) de estufa vinda(s) do Japão que o Paulo ofereceu à Ana

Em virtude desta possibilidade de aplicação recursiva, a modificação nominal desempenha – nas suas várias modalidades sintáticas, de que adiante falarei – um papel crucial na comunicação linguística. Ao permitir reduzir sucessivamente o referente de uma dada expressão nominal, a modificação nominal contribui de forma crucial para a identificação de entidades – sobre as quais se pretende predicar – que não têm na língua um nome simples (comum ou próprio) que as designe.

Importa ainda referir que existem alguns casos especiais de operadores que não restringem (pelo menos necessariamente, num dos casos) a denotação das estruturas nominais a que se aplicam, mas que pelas suas propriedades distribucionais – e também por algumas propriedades semânticas – podem ser aproximados dos operadores de modificação. Refiro-me concretamente aos adjectivos que em Keenan e Faltz (1980) são classificados como **não-restritivos (non-restricting)** e que, como os autores referem, podem ser divididos em duas subclasses: a dos **adjectivos anti-restritivos (negatively restricting)** e a dos **adjectivos potencialmente restritivos (non-restricting e non-negatively restricting)**⁴. Por limitação de espaço, ignorarei neste texto os problemas específicos que estes operadores colocam.

⁴Para uma análise mais detalhada das propriedades destes subtipos de adjectivos, v. Keenan e Faltz (1980). Em Mória (1992), são apresentados exemplos de adjectivos do Português pertencentes a cada uma destas classes.

2. Algumas restrições semânticas à operação de modificação nominal

A operação de modificação nominal está sujeita a diversas restrições de natureza semântica. Importa distinguir, pelo menos, dois tipos distintos destas restrições, que serão analisados nas subsecções seguintes: (i) a impossibilidade de modificar certas estruturas nominais – designadamente algumas daquelas em que surgem nomes próprios –, qualquer que seja o modificador que se utilize; (ii) a impossibilidade de modificar certas estruturas nominais com determinados tipos de modificadores. Este segundo caso contempla incompatibilidades operando-operador do tipo das que resultam, nas estruturas de complementação, das chamadas restrições de selecção semântica dos predicados.

2.1. Estruturas nominais não modificáveis

A definição da modificação nominal como uma operação que restringe o referente de um dado operando impõe um limite natural à sua actuação, a saber, a restringibilidade desse operando. O caso relevante é o das expressões que denotam conjuntos singulares de entidades, como os nomes próprios (pelo menos, no seu uso mais característico, que justifica o atributo de “próprio”). Com efeito, trata-se de expressões que não podem ser combinadas com qualquer tipo de modificador, o que decorre naturalmente da impossibilidade de restringir o conjunto que denotam. Veja-se a agramaticalidade das seguintes sequências (assumindo que existe um único Napoleão Bonaparte no universo de discurso):

(12) *(o) Napoleão Bonaparte francês

(13) *(o) Napoleão Bonaparte de olhos castanhos

(14) *(o) Napoleão Bonaparte que perdeu a Batalha de Waterloo

Importa, no entanto, verificar que o uso nas línguas naturais das expressões tradicionalmente designadas nomes próprios nem sempre envolve a referência a uma única entidade, ou melhor, a um conjunto singular. Com efeito, nomes próprios como *Paulo* ou *Luís* – usados tipicamente para identificar uma

única entidade num determinado contexto discursivo – podem ser igualmente usados para referir o conjunto das entidades que têm esse nome (próprio), como nos exemplos seguintes:

- (15) Conheci um Paulo que jogava futebol num clube da segunda divisão.
- (16) O Luís que eu conheço não é jogador de futebol.

É evidente que, nestes casos, as expressões *Paulo* e *Luís* estão a ser usadas como nomes “comuns” e não como nomes “próprios” (no sentido em que não denotam necessariamente conjuntos singulares). Outro uso de nomes próprios como expressões modificáveis é aquele em que estes nomes remetem para um conjunto de “dimensões” – temporais, espaciais ou outras, conforme se pode verificar nos grupos de exemplos seguintes – de uma única entidade:

- (17) a. Foi promulgada uma lei que visa a preservação de todos os vestígios arquitectónicos da Lisboa medieval.
b. O prédio que está a ser restaurado é típico da Lisboa dos anos 20.
c. A Lisboa que eu conheci há trinta anos era bem mais sossegada que a actual.
- (18) a. Foi aprovado um projecto de renovação paisagística da Lisboa ribeirinha.
b. A Lisboa que vai dos Restauradores a Entrecampos é barulhenta e poluída.
- (19) a. Deambulou por uma Lisboa de bares nocturnos e esplanadas cosmopolitas, que desconhecia por completo.
b. A Lisboa que os turistas visitam é uma parte ínfima da cidade.

Integra-se igualmente neste subtipo de estruturas a frase que se segue, onde a sequência que em (14) classifiquei como agramatical – dada a interpretação aí pretendida – tem um uso plenamente legítimo.

- (20) O Napoleão Bonaparte que perdeu a Batalha de Waterloo era um homem muito diferente do que comandou as expedições contra a Áustria em 1805.

Note-se que, neste tipo de contextos que temos estado a analisar, também podemos encontrar estruturas em que houve aplicação sucessiva de diferentes modificadores:

- (21) O Sr. Alves colecionava tudo o que lhe fizesse recordar a Lisboa cosmopolita dos anos 40 que conheceu durante a sua juventude.

Importa referir, por último, que estes usos especiais dos nomes próprios como expressões modificáveis não se devem confundir com os casos em que um aposto nominal – não isolado graficamente através de vírgulas (como acontece normalmente) – é combinado com um nome próprio. Vejam-se alguns exemplos de aposições nominais deste tipo, em que o aposto surge em posição pré-nominal⁵:

- (22) a. A Batalha de Austerlitz foi ganha pelo famoso Napoleão.
b. A Batalha de Austerlitz foi ganha pelo general Napoleão.
c. A Batalha de Austerlitz foi ganha pelo famoso general Napoleão.
- (23) A costa de África foi assolada pelo sanguinário pirata Barba-Roxa.

Vejam-se ainda os seguintes exemplos de uma outra estrutura em que um aposto ocorre também em posição pré-nominal e não é graficamente identificado pela pontuação:

- (24) a. O malvado do Barba-Roxa assolou as costas de Africa
b. O cobardolas do Paulo tem medo de viajar de avião.

⁵ É discutível que, nas estruturas (22b, c) e (23), o nome próprio seja o núcleo nominal e o nome *general* ou *pirata* o aposto (e não o inverso). Não discutirei, no entanto, esta questão neste trabalho.

Neste caso, trata-se de estruturas – que ocorrem geralmente apenas em discursos coloquiais – onde o aposto é seguido de uma preposição e de um artigo definido e tem um sentido normalmente pejorativo.

2.2. *Incompatibilidade semântica*

modificador – estrutura nominal modificada

Outro tipo de restrição a que a operação semântica de modificação nominal está sujeita diz respeito à compatibilidade entre o modificador e a estrutura nominal que ele modifica. Esta restrição é comparável àquela que – no plano da complementação nominal – é descrita como resultante das restrições de selecção (semântica) dos predicados nominais sobre os seus argumentos. No grupo (26), abaixo, encontramos dois exemplos de estruturas semanticamente anómalas resultantes da incompatibilidade entre um predicado nominal e um argumento:

- (25) a. O Paulo é autor de um romance famoso.
- b. O Paulo é irmão de dois jornalistas.
- (26) a. *O Paulo é autor de dois jornalistas.
- b. *O Paulo é irmão de um romance famoso.

No que respeita à combinação de estruturas nominais com modificadores, verifica-se, como disse, que existem também restrições de natureza semântica. Um exemplo é o da anomalia semântica resultante da aplicação do modificador *verdes* ao nome *ideias*, na famosa frase de Chomsky que a seguir reproduzo e traduzo (e que resulta, toda ela, de um encadeamento de expressões semanticamente incompatíveis):

- (27) a. *Colorless green ideas sleep furiously.
- b. *Ideias verdes incolores dormem furiosamente.

Outros exemplos de incompatibilidade modificador – estrutura modificada são os que encontramos nas estruturas que se seguem:

- (28) a. *cidades atenciosas
b. *peixes com pulmões
c. *mudos que falam alto
d. *terramotos com bigode
e. *incêndios que se reproduzem em cativeiro

Como é óbvio, a incompatibilidade em causa resulta do facto de os operadores de modificação não poderem restringir a estrutura nominal a que se aplicam, em virtude de não estarem associados a propriedades que possam caracterizar as entidades denotadas por essa estrutura. O conjunto denotado pela expressão modificada será sempre o conjunto vazio, pelo que as expressões só fazem sentido se se quiser referir algo que não existe no universo (de discurso).

A tarefa de definir as incompatibilidades semânticas entre estruturas nominais e modificadores – tal como, aliás, entre núcleos nominais e argumentos – é indispensável numa perspectiva de processamento automático da língua natural (não sendo talvez tão importante ao nível das gramáticas para utilizadores humanos, dado o conhecimento do mundo que lhes é inerente). Esta tarefa implica obviamente o recurso à definição de um sistema de traços extremamente fino, que é possivelmente demasiado oneroso – em toda a sua extensão – para ser útil à generalidade dos sistemas de processamento automático.

3. Identificação de operadores de modificação nominal: modificadores nominais *vs.* complementos e apostos nominais

Os modificadores nominais ocorrem sintacticamente como parte integrante de constituintes da categoria sintagma nominal (SN). Dado que estes constituintes podem conter operadores com outros tipos de funções, que im-

porta não confundir com os modificadores, deter-me-ei um pouco, nesta secção, na análise das propriedades distintivas destes vários operadores.

Os sintagmas nominais são constituintes com uma estrutura interna particularmente complexa, onde, em certos casos, é possível distinguir pelo menos cinco tipos de elementos estruturais: o núcleo nominal, operadores de quantificação (quantificadores nominais), complementos, modificadores e apostos. Vejamos um exemplo de um SN complexo contendo todos estes elementos:

- (29) Alguns amigos da Ana que estavam presentes na festa, solícitos,
ofereceram-se para a levar a casa depois do jantar.

O SN sublinhado integra o núcleo nominal (*amigos*), um quantificador (*alguns*), um complemento (*da Ana*), um modificador (*que estavam presentes na festa*) e um aposto (*solícitos*). Trata-se de elementos com propriedades sintácticas e semânticas muito específicas que importa distinguir. Sem pretender fazer uma análise exaustiva destas diferenças, consideremos alguns aspectos essenciais a ter em conta.

Os **quantificadores** são expressões que têm como função determinar quantidades de entidades (em sentido lato) envolvidas na predicação, desempenhando um papel crucial na relação entre as estruturas nominais e as estruturas predicativas (normalmente verbais) das frases, e, por extensão, na determinação do valor de verdade dessas mesmas frases⁶. Dado que este tipo de expressões é objecto de análise noutros trabalhos deste mesmo tomo, não me deterei mais na sua análise, apenas referindo que as expressões que desempenham esta função cobrem um vasto leque de categorias da tradição gramatical, designadamente, pelo menos, os artigos, os pronomes indefinidos, os numerais cardinais e os numerais fraccionários (cf. Peres, 1992: 12), categorias essas que não podem desempenhar, em princípio, funções de modificação⁷.

⁶ Para um maior desenvolvimento, ver, por exemplo, Peres (1990 e 1992).

⁷ Alguns autores têm defendido que algumas expressões geralmente analisadas como quantificadores têm um comportamento próximo do de modificadores de tipo adjectival. Sobre esta questão, e especialmente sobre a possibilidade de os numerais cardinais poderem ser tratados como adjectivos, nalguns dos contextos em que ocorrem, v. Peres (1987: 32 ss.).

Os **complementos nominais** ou **complementos de nome** são expressões correspondentes aos argumentos internos de predicados nominais de enaridade superior a um (isto é, com mais de um argumento interno), o que significa que a sua presença num sintagma nominal está directamente dependente do núcleo dessa estrutura, mais concretamente do número de argumentos que esse núcleo selecciona. Os nomes unários (ou não-relacionais), como *computador* ou *planeta*, por exemplo, não requerem a presença de qualquer outra expressão na estrutura interna do SN de que são núcleo, ou, por outras palavras, não têm argumentos internos (ou complementos). Trata-se de expressões que designam por si sós um conjunto de entidades. Os nomes de enaridade superior a um, pelo contrário, requerem a presença de uma ou mais expressões dentro da estrutura interna do SN, normalmente à sua direita – os chamados argumentos internos ou complementos do nome. Vejam-se os seguintes exemplos, em que sublinhámos o complemento dos nomes binários *irmão*, *dono* e *capital*:

- (30) a. irmão do Paulo
b. dono do restaurante
c. capital de Portugal

Importa salientar que estes nomes binários não designam conjuntos de entidades, mas antes relações (binárias) entre entidades (isto é, conjuntos de pares ordenados de entidades). As expressões complexas que resultam da combinação destes nomes com os seus complementos é que denotam conjuntos de indivíduos. Uma situação semelhante se verifica com os predicados ternários, mas são neste caso dois argumentos internos e não apenas um que vão permitir construir uma expressão cuja denotação é um conjunto de entidades. Vejam-se exemplos de estruturas nominais complexas com nomes ternários e dois argumentos internos:

- (31) a. telefonema do Paulo à Ana
b. comunicação do presidente aos accionistas
c. visita do Paulo a Lisboa

Assim, conforme dissemos, é só quando o(s) argumento(s) de um predicado nominal – cujo número pode variar entre zero e dois, ou talvez três – são instanciados que obtemos uma estrutura nominal que denota um conjunto de entidades; e é só nessa situação que uma estrutura nominal pode entrar num processo de modificação⁸ e mesmo de quantificação⁹. Daí que o papel dos complementos seja descrito, em Peres (1992: 2-3), como de “especificação de denotações”.

Um complemento e um modificador distinguem-se, pois, basicamente por o primeiro pertencer à estrutura argumental do predicado nominal e o segundo não. A pertença a essa estrutura – e portanto a fronteira entre um complemento e um modificador nominal – nem sempre é fácil de determinar. Este facto resulta, em parte, de não ser aplicável à generalidade dos nomes o critério sintáctico que, com os predicados verbais, por exemplo, permite distinguir argumentos de modificadores, a saber, o facto de a omissão sintáctica de um argumento dar geralmente origem – ao contrário do que acontece com os modificadores – a agramaticalidade. Não desenvolverei mais esta questão, por ela ser bastante complexa e estar fora do âmbito específico deste trabalho.

Consideremos por último os **apostos nominais**. Trata-se de expressões que surgem associadas a estruturas nominais, mas que não restringem a sua denotação (como os modificadores), nem “especificam” a sua denotação (como os complementos). O seu papel é antes o de predicar – isto é, veicular informação – sobre as entidades envolvidas na denotação dessas estruturas nominais. Neste sentido, a sua função nas frases em que ocorrem aproxima-se da dos sintagmas verbais. Compare-se, por exemplo, a frase (32a), abaixo, com a sua paráfrase (32b):

- (32) a. Os deputados, que são eleitos pelo povo, têm um mandato de quatro anos.

⁸ Note-se que, conforme referi na nota 1, na definição de modificação dada inicialmente entende-se por “estrutura nominal nuclear” a estrutura formada por um predicado nominal e todos os seus argumentos (internos), no caso de existirem.

⁹ De acordo com o conceito de quantificador nominal que aqui adopto, as expressões desta classe aplicam-se a expressões que denotam conjuntos de entidades.

- b. Os deputados são eleitos pelo povo e têm um mandato de quatro anos.

Geralmente, os apostos distinguem-se facilmente num texto escrito, dada a convenção gráfica de os separar por meio de vírgulas das expressões com que se combinam. Observem-se, por exemplo, as seguintes duas frases:

- (33) a. Os dois irmãos da Ana que eu conheço vivem no Brasil.
b. Os dois irmãos da Ana, que eu conheço, vivem no Brasil.

As expressões sublinhadas têm funções diferentes nas frases dadas. Em (33a), a oração relativa, não isolada por vírgulas, *que eu conheço* é um modificador, que restringe a denotação da expressão com que se combina – *irmãos da Ana*. A frase significa, pois, que a Ana tem mais de dois irmãos (pelo menos, na interpretação mais natural), mas que os que o enunciador conhece são apenas dois (isto é, um subconjunto dos irmãos). É sobre essas duas entidades que se predica, através da expressão *vivem no Brasil*. Em (33b), a mesma oração relativa, agora representada entre vírgulas, funciona como um aposto. Ao contrário do que acontecia no caso anterior, esta oração não tem um papel na identificação das entidades sobre que se predica. A frase significa que a Ana tem apenas dois irmãos (identificados pela expressão *irmãos da Ana*) e sobre estas entidades fazem-se duas predicções – que o enunciador as conhece e que elas vivem no Brasil (respectivamente, através do aposto e do sintagma verbal).

No que respeita à identificação de modificadores e apostos, podem surgir algumas dúvidas – resolvidas no contexto discursivo pelo sentido restritivo ou não da expressão em causa – quando os apostos nominais não surgem separados por vírgulas. Esta situação, a que as gramáticas não fazem normalmente referência, verifica-se em diferentes tipos de contextos. Sem pretender ser exaustivo, vejamos alguns exemplos:

- (i) tipos referidos em 2.1. a propósito dos nomes próprios e exemplificados em (22)-(23) e em (24). Seguem-se alguns exemplos semelhantes com nomes comuns, em que o aposto está sublinhado:

Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais

- (34) a. O apresentador cumprimentou os felizes contemplados no concurso.
b. O sisudo apresentador anunciou o programa para essa noite.
- (35) Os desmancha-prazeres dos amigos da Ana não quiseram ir à festa.
- (ii) apostos adjetivais ou preposicionais de nomes situacionais, em posição pré ou pós-nominal ¹⁰:
- (36) É urgente tentar travar a destruição acelerada das florestas tropicais.
- (37) A destruição sem precedentes das florestas tropicais ameaça seriamente o equilíbrio ecológico do planeta.
- (38) A inesperada vitória do Partido Trabalhista surpreendeu todos os analistas políticos.

Importa não confundir este tipo de apostos com modificadores de nomes situacionais. Observe-se, por exemplo, o texto que se segue, em que o adjetivo *inesperada* (sublinhado) tem a função de modificador e não de aposto:

- (39) O Partido Trabalhista venceu as eleições em duas ocasiões, uma de forma previsível, outra de forma totalmente inesperada. A vitória inesperada fez correr rios de tinta na imprensa.
- (iii) relativas explicativas intercaladas entre um nome e um complemento – oracional ou nominal situacional –, caso em que o uso de vírgulas (ou travessões) é apenas opcional:
- (40) A certeza que temos de que não há vida noutros planetas do Sistema Solar baseia-se no conhecimento da composição da atmosfera desses planetas.
- (41) A posição que o ministro assumiu de não envolvimento na questão foi muito criticada na imprensa.

¹⁰ João Peres (c.p.) chamou a minha atenção para este tipo de estruturas.

4. Subtipos de operadores de modificação nominal

A operação de modificação nominal pode ser desempenhada, em Português, por constituintes de tipo adjectival, preposicional e oracional (como se refere, por exemplo, em Peres, 1992: 9)¹¹. Assim, o conjunto denotado por um núcleo nominal como *flor(es)*, por exemplo, pode ser restringido mediante a aplicação a esse núcleo de um sintagma adjectival, de um sintagma preposicional ou de uma estrutura oracional – por exemplo, uma oração relativa restritiva –, como nas seguintes estruturas, que designam, consequentemente, subconjuntos do conjunto denotado pelo nome *flor(es)*:

- (42) a. flores brancas
b. flores de estufa
c. flores que crescem nos Alpes

Estes tipos de modificadores são designados, respectivamente, pelos termos **modificadores adjectivais**, **modificadores preposicionais** e **modificadores oracionais**. Importa fazer uma observação sobre estes termos complexos, na medida em que o seu sentido não deve ser confundido com o termo – próximo, no processo sintáctico da sua formação – **modificadores nominais**, que tem vindo a ser usado ao longo deste texto. Com efeito, a expressão “modificadores nominais” é usada para referir as expressões que modificam nomes (ou estruturas nominais complexas), tendo, portanto, o mesmo sentido que a expressão “modificadores de nomes” (ou de estruturas nominais). O adjectivo *nominais* explicita, pois, no termo complexo em causa, o tipo de estrutura que é modificada. Já os termos “modificadores adjectivais”, “modificadores preposicionais” ou “modificadores oracionais” são usados para referir o tipo categorial do próprio modificador (e não da expressão que ele modifica). O seu sentido é, pois, equivalente ao da expressão “modificadores de tipo adjectival, preposicional ou oracional”.

¹¹ Além dos tipos de modificadores mencionados, há que ter em conta a possibilidade referida em Peres (1992: 10), e que aqui não explorarei, de se tratarem como modificadores as expressões que na gramática tradicional são designadas por pronomes possessivos (em certos contextos), pronomes demonstrativos e numerais ordinais.

Este tipo de designações pode, em determinados casos, gerar ambiguidades, na medida em que um mesmo termo pode servir para designar diferentes tipos de expressões. Assim, por exemplo, o termo “modificador adjectival”, tanto pode ser usado para designar um modificador de nomes de tipo adjectival (como *alto* na expressão *rapaz alto*), como para designar um modificador de adjectivos, que pode ou não ser de tipo adjectival (como *sujo* ou *sem brilho*, nas sequências *branco sujo* e *branco sem brilho*). Continuarei, no entanto, a usar estas designações – a par das designações mais claras *modificadores de x* e *modificadores de tipo x* –, sempre que elas não coloquem problemas de interpretação.

Ainda a propósito da questão dos subtipos de operadores de modificação nominal, importa referir que, obviamente, é possível” definir, com base em critérios sintácticos e/ou semânticos, subclasses de modificadores dos três tipos acima apresentados. Para as expressões de tipo adjectival, por exemplo, existem propostas de subclassificação em Kennan e Faltz (1980) e em Aqvist (1981) que têm em conta essencialmente propriedades semânticas¹². Neste trabalho, cingir-me-ei, no entanto, aos modificadores de tipo oracional, de que descreverei alguns subtipos na subsecção seguinte.

4.1. Subtipos de operadores de modificação nominal de tipo oracional

Como já atrás se disse, a classe dos constituintes de tipo oracional que podem funcionar como modificadores nominais não integra apenas as orações relativas restritivas. Com efeito, uma estrutura nominal pode ser modificada também por orações de tipo participial, gerundivo – com fortes restrições – e infinitivo (preposicionado), pelo que podemos considerar que existem **modificadores oracionais participiais, gerundivos e infinitivos**. Dedicarei algum espaço neste texto à reflexão sobre esta diversidade, que penso não ter sido suficientemente explorada nas gramáticas.

Para além da variação relativa à forma do predicador verbal, outro parâmetro sintáctico que permite subclassificar estas estruturas (nomeada-

¹² Por limitação de espaço, não farei neste texto uma apresentação da tipologia de expressões adjectivais proposta por estes autores (cf. Mória, 1992 para uma apresentação dessa tipologia).

Discursos

mente as participiais e as infinitivas) é o do tipo de estrutura da frase, nomeadamente no que respeita à oposição estrutura activa / estrutura passiva (ou de tipo passivo). Numa perspectiva semântica, são os valores temporo-aspectuais, a polaridade e a presença de determinados valores proposicionais, como finalidade ou consequência, que permitem, como veremos, caracterizar os vários subtipos de modificadores oracionais em análise.

Começemos pelos **modificadores oracionais participiais**. Encontramos exemplos deste tipo de modificadores – que podem geralmente ser parafraseados por orações relativas restritivas (cf. frases b. dos exemplos dados abaixo) – nas duas primeiras frases dos dois pares que se seguem:

- (43) a. Os discursos proferidos na Assembleia da República são classificados e arquivados.
b. Os discursos que são proferidos na Assembleia da República são classificados e arquivados.
- (44) a. Os documentos entregues pelo candidato estavam em ordem.
b. Os documentos que foram entregues pelo candidato estavam em ordem.

Como se pode verificar pelo confronto das frases a. com as frases b., os modificadores oracionais participiais têm uma estrutura de tipo passivo, sendo as formas participiais que neles ocorrem formas de verbos tradicionalmente designados transitivos (ou transitivos directos).

Não podem ocorrer neste tipo de modificador oracional participiais de verbos que coocorrem com Complementos Directos, mas que não podem ser utilizados em construções passivas, como *ter*, nas frases dadas abaixo, o que reforça a ideia de que estes modificadores oracionais têm uma estrutura passiva subjacente (quando ocorrem com verbos transitivos).

- (45) a. Os livros que o Paulo tem interessam-nos.
b. *Os livros que são tidos pelo Paulo interessam-nos.
c. *Os livros tidos pelo Paulo interessam-nos.

A possibilidade de utilização dos modificadores participiais não se reduz, no entanto, às formas que integram participios destes tipos de verbos. Podemos igualmente ter modificadores participiais (pelo menos) com os verbos ditos inacusativos¹³. Vejam-se os exemplos que ilustram esta possibilidade nas frases a. dos grupos que se seguem e comparem-se com as paráfrases dadas, em que se utilizam relativas restritivas (agora de estrutura activa).

- (46) a. As pessoas vindas da província têm por vezes dificuldade em se adaptar ao ritmo de vida nas grandes cidades.
b. As pessoas que vieram da província têm por vezes dificuldade em se adaptar ao ritmo de vida nas grandes cidades.
- (47) a. Algumas das crianças nascidas neste hospital este fim-de-semana já estão em casa com os seus pais.
b. Algumas das crianças que nasceram neste hospital este fim-de-semana já estão em casa com os seus pais.

Quanto aos valores temporo-aspectuais das predicções expressas pelos modificadores oracionais participiais, verifica-se que geralmente o intervalo de tempo em que elas ocorrem é anterior (na sua totalidade) ao intervalo de tempo da predicção da frase matriz. Este segundo intervalo pode sobrepor-se ao tempo de enunciação ou ser anterior a ele (caso em que a predicção tem o valor temporo-aspectual tradicionalmente designado de Pretérito Perfeito). É o que acontece, respectivamente, nos dois exemplos que se seguem:

- (48) a. Os discursos proferidos na Assembleia da República estão a ser classificados e arquivados.
b. Os discursos proferidos na Assembleia da República foram classificados e arquivados.

¹³ Sobre a noção de verbo inacusativo, cf., p.ex., Mateus *et al.* (1989).

Discursos

No caso de a predicação da frase matriz ter um valor temporal futuro, creio que são possíveis tanto uma interpretação em que o intervalo de tempo da predicação do modificador é anterior – na sua totalidade – ao tempo da enunciação como uma interpretação em que tal não acontece. Observe-se a seguinte frase:

- (49) Os discursos proferidos na Assembleia da República serão classificados e arquivados no prazo de cinco anos.

Na primeira das interpretações acima referidas, a classificação e arquivo referidos envolverão apenas os discursos proferidos até ao momento da enunciação. Na segunda, poderão envolver discursos proferidos em datas posteriores, inclusivamente imediatamente antes do processo de classificação e arquivo.

Nas asserções de carácter genérico, estamos perante intervalos de tempo não limitados, quer na predicação do modificador quer na predicação da matriz. Veja-se:

- (50) Os discursos proferidos na Assembleia da República são normalmente classificados e arquivados.

Os intervalos de tempo para que remetem a predicação expressa pelo modificador encaixado e a predicação expressa pela matriz são nestes casos basicamente ilimitados, e, portanto, sobrepõem-se. A generalização que atrás se fez de que nas frases com modificadores participiais há uma relação de anterioridade entre esses dois intervalos de tempo não é válida, portanto, para estes casos. Todavia, importa analisar esses intervalos não-limitados como contendo diversas ocorrências de eventos de proferência de discursos e de eventos de classificação e arquivo dos mesmos, respectivamente. É válida, neste caso, a asserção de que cada evento de proferência de um discurso (referido pelo modificador) é anterior ao evento da sua classificação e arquivo (referido pela matriz).

Observe-se ainda a frase que se segue, ambígua entre uma interpretação genérica e uma interpretação não-genérica das predicções nela contidas:

- (51) As pessoas vindas da província têm dificuldade em se adaptar ao ritmo de vida nas grandes cidades.

Na interpretação genérica, estamos a fazer uma asserção que envolve as pessoas vindas da província no passado e aquelas que eventualmente venham no futuro. Na outra interpretação, fazemos uma asserção sobre um conjunto definido de entidades que num momento anterior ao da enunciação vieram da província (e que no momento da enunciação estão a ter dificuldades de adaptação).

Passemos agora aos **modificadores oracionais gerundivos**. O uso deste tipo de modificadores dá origem a estruturas algo marginais, por vezes mesmo inaceitáveis. Observem-se os seguintes grupos de frases (em que a cada exemplo com um modificador gerundivo se fazem corresponder paráfrases, mais aceitáveis, com uma relativa restritiva ou com um modificador infinitivo introduzido pela preposição *a*):

- (52) a. As estruturas nominais contendo mais de um operador de quantificação são difíceis de analisar.
b. As estruturas nominais que contêm mais de um operador de quantificação são difíceis de analisar.
- (53) a. ?No nosso país, são muitas as pessoas vivendo no limiar da pobreza.
b. No nosso país, são muitas as pessoas que vivem no limiar da pobreza.
c. No nosso país, são muitas as pessoas a viver no limiar da pobreza.
- (54) a. ?Há muitas empresas recorrendo ao crédito bancário para renovar as suas instalações.

Discursos

- b. Há muitas empresas que recorrem ao crédito bancário para renovar as suas instalações.
- c. Há muitas empresas a recorrer ao crédito bancário para renovar as suas instalações.

Importa salientar que o valor temporo-aspectual da predicação expressa pelo modificador nestas estruturas é distinto do que existia nas estruturas acima analisadas. Com efeito, assere-se agora geralmente a **simultaneidade** entre o intervalo de tempo associado à predicação do modificador e o intervalo de tempo associado à predicação da matriz (eventualmente coincidente com o tempo da enunciação).

Passemos finalmente aos **modificadores oracionais infinitivos**, que apresentam uma maior diversidade de subtipos sintácticos e semânticos. Enumerarei em seguida os tipos encontrados, fazendo uma análise muito superficial e esquemática (que importa sem dúvida aprofundar) dos vários aspectos sintáctico-semânticos que os caracterizam.

(i) modificadores oracionais infinitivos de estrutura activa introduzidos pela preposição *a*. O valor temporo-aspectual é semelhante ao existente nos modificadores gerundivos, acima analisados.

- (55) a. Esta cidade tem muitos edifícios a precisar de restauração.
- b. Esta cidade tem muitos edifícios que precisam de restauração.

(ii) modificadores oracionais infinitivos com uma estrutura de tipo passivo introduzidos pelas preposições *a* e *por*. O valor temporo-aspectual destes modificadores é tipicamente o Futuro Imperfeito. Possivelmente, existem ainda valores modais específicos.¹⁴

¹⁴ Sobre este tipo de estrutura, v. Peres e Mória (em preparação).

Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais

Este tipo de modificador está exemplificado nas primeiras frases dos grupos que se seguem. As frases que os contêm são seguidas de paráfrases em que se usam outros tipos de modificadores.

- (56) a. Os documentos a assinar estão em cima da mesa.
b. Os documentos que há que assinar estão em cima da mesa.

- (57) a. Os locais a visitar pelo Presidente durante a próxima Presidência Aberta ainda não foram definidos.
b. Os locais que serão visitados pelo Presidente durante a próxima Presidência Aberta ainda não foram definidos.

- (58) a. Quais são os documentos por assinar?
b. Quais são os documentos que estão por assinar?
c. Quais são os documentos que ainda não foram assinados?

(iii) modificadores oracionais infinitivos de valor final introduzidos pelo operador *para*.

Certos modificadores oracionais de nomes introduzidos pelo operador *para* têm um valor aproximável do das orações adverbiais finais. Vejam-se alguns exemplos:

- (59) a. As flores para oferecer à Ana estão em cima da mesa.
b. As flores para ofereceres à Ana estão em cima da mesa.
(60) a. Os óculos para ver ao longe estão em cima da mesa.
b. ??Os óculos para veres ao longe estão em cima da mesa.

(iv) modificadores oracionais infinitivos (com um valor possivelmente aproximável do referido na alínea anterior) introduzidos pelo operador *de*.

- (61) Domingo é o dia de toda a gente ficar em casa a descansar.
(62) A Ana guardou na pasta o caderno de fazer os exercícios.

Discursos

- (63) óculos de ver ao longe
(64) fraldas de usar e deitar fora

(v) modificadores oracionais infinitivos de valor consecutivo introduzidos pelo operador *de*.

Certos modificadores oracionais introduzidos pelo operador *de* têm um valor aproximável do de estruturas oracionais consecutivas. Penso, no entanto, que a formação deste tipo de modificadores resulta de um processo sintático pouco produtivo, isto é, as expressões em causa estão limitadas a um número restrito de formas mais ou menos fixas. Vejam-se alguns exemplos:

- (65) Na Rússia, faz um frio de rachar.
(66) Neste filme há cenas de arrepiar os cabelos.
(67) Era uma dor de subir pelas paredes.

(vi) modificadores oracionais infinitivos de polaridade negativa introduzidos pelo operador *sem*.

O operador *sem* pode – embora algo marginalmente – introduzir orações infinitivas que, na presença desse operador, assumem um valor de polaridade negativa. Ilustram esta possibilidade as duas primeiras estruturas dos pares que se seguem (as quais são seguidas de uma paráfrase em que se usaram relativas restritivas):

- (68) a. OK/?Não podem atravessar a fronteira cães sem estarem vacinados.
b. Não podem atravessar a fronteira cães que não estejam vacinados.
(69) a. OK/?Traz-me um livro sem ter a capa dobrada!
b. Traz-me um livro que não tenha a capa dobrada!

Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais

Do ponto de vista semântico, todos os constituintes de tipo oracional analisados nesta secção têm em comum o facto de se combinarem com estruturas nominais a que restringem a referência, ou seja, o facto de serem modificadores nominais. Do ponto de vista distribucional, trata-se de orações que ocorrem na estrutura interna de sintagmas nominais em contextos semelhantes ao das relativas restritivas, pelo que penso ser adequado integrá-las na classe tradicional das orações (subordinadas) adjectivas, classe essa que seria assim dividida em quatro subclasses: as **adjectivas relativas**, as **adjectivas participiais**, as **adjectivas gerundivas** e as **adjectivas infinitivas**.

Telmo Lopes Mória é Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Departamento de Linguística Geral e Românica, onde tem leccionado as cadeiras de Lógica e de Sintaxe e Semântica do Português. Defendeu recentemente uma dissertação de Mestrado sobre construções relativas sem antecedente expresso.

Referências bibliográficas

- ÅQVIST, L. (1981) – “Predicate Calculi with Adjectives and Nouns”, in *Journal of Philosophical Logic*, 10, pp. 1-26.
- BENNETT, M. (1974) – *Some Extensions of a Montague Fragment of English*, diss. de dout., UCLA, dist. Indiana University Linguistics Club, 1975.
- KEENAN, E. L.; FALTZ, L. M. (1980) – “A New Approach to Quantification in Natural Language”, in C. Rohrer (org.) – *Time, Tense, and Quantifiers. Proceedings of the Stuttgart Conference on the Logic of Tense and Quantification*, Tübingen, Niemeyer.
- LINK, G. (1983) – “The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms (A Lattice-Theoretical Approach)”, in R. Bauerle, C. Schwarz and A. von Stechow (orgs.) – *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlin, de Gruyter.
- LINK, G. (1984) – “Hydras, On the Logic of Relative Constructions with Multiple Heads”, in F. Landman e F. Veltman (orgs.) – *Varieties of Formal Semantics*, Dordrecht, Foris.
- LINK, G. (1987) – “Generalized Quantifiers and Plurals”, in P. Gardensfors (org.) – *Generalized Quantifiers, Linguistic and Logic Approches*, Dordrecht, D. Reidel.
- MARQUES, R. (1992) – “Sobre o Conceito de Construção Partitiva” in *Cadernos de Semântica*, 2, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. (1989) – *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho.
- MÓIA, T. (1992) – “Sobre Classes Semânticas de Adjectivos” in *Cadernos de Semântica*, 7, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MONTAGUE, R. (1970) – “The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English”, in J. Hintikka, J. Moravcsik e P. Suppes (orgs.) – *Approaches to Natural Language, Proceedings of the 1970 Stanford Workshop on Grammar and Semantics*, Dordrecht, D. Reidel, 1973, reimpr. in *Formal Philosophy, Selected Papers of Richard Montague*, org. e intr. por R. Thomason, New Haven, CT, Yale Univ. Press, 1974.
- NOVAIS, M.C. (1992) – “Aspectos da Massividade” in *Cadernos de Semântica*, 6, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais

PERES, J. (1987) – *Para uma Semântica Formal da Quantificação Nominal Não-Massiva*, diss. de dout., Universidade de Lisboa.

PERES, J. (1990) – “Basic Aspects of the Theory of Generalized Quantifiers”, in M. Filgueiras, L. Damas, N. Moreira e A.P. Tomás (orgs.) – *EALIA 90: Advanced School on Natural Language Processing, Lecture Notes in Artificial Intelligence*, Berlim, Springer-Verlag, 1991.

PERES, J. (1992) – “Questões de Semântica Nominal”, in *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PERES, J.; MÓIA, T. – *Questões de Língua Portuguesa* (texto em preparação).

Introdução à Teoria dos Quantificadores Generalizados

No século IV A.C., Aristóteles chamou a atenção para a importância dos quantificadores no domínio da inferência envolvendo frases da língua natural. Vinte e três séculos volvidos, depois dos trabalhos de Mostowski, na década de cinquenta, de Montague, nos anos setenta, e de Barwise e Cooper, nos anos oitenta, o estudo dos quantificadores, tendo sido alargado de forma a abranger a diversidade de quantificadores de que as línguas naturais dispõem, ocupa um papel central na investigação dos lógicos e dos linguistas sobre a semântica das línguas naturais. Na secção 1 deste artigo – que constitui uma breve apresentação dos aspectos principais do estudo dos quantificadores no quadro da semântica lógica, em particular na **Teoria dos Quantificadores Generalizados** – abordarei os quantificadores e suas propriedades lógicas; na secção 2, abordarei as propriedades relacionais que caracterizam os quantificadores generalizados e que lhes conferem um papel importante no campo das inferências e também, como se verá na secção 3, no domínio das descrições linguísticas. Convém dizer que me limitarei a casos de quantificação nominal de contagem, na terminologia de Peres (1992).

1. Quantificadores generalizados

1.1. *Quantificadores monádicos*

A já referida diversidade de quantificadores que caracteriza as línguas naturais inclui expressões como as seguintes: *todos, algum, nem todos, nenhum, muitos, poucos, uns tantos, ambos, cada, qualquer, a maioria, cinco, pelo menos cinco,*

Discursos

no máximo cinco, dois terços, pelo menos dois terços, etc. Na sequência dos trabalhos de Mostowski (1957) e Barwise e Cooper (1981) estes quantificadores são habitualmente chamados **quantificadores generalizados**. Começemos pelas frases (1)-(5) abaixo, que envolvem alguns destes quantificadores, os quais aparecem sublinhados.

- (1) Todos os marinheiros nadam.
- (2) Alguns portugueses falam russo.
- (3) Nenhum sábio teme a morte.
- (4) Pelo menos dez estudantes reprovaram.
- (5) A maioria dos portugueses vê telenovelas.

À luz dos trabalhos de Mostowski (*ib.*), Montague (1970) e Barwise e Cooper (*ib.*), que culminaram na Teoria dos Quantificadores Generalizados, pode-se dizer que a frase (1) é verdadeira se o conjunto dos marinheiros estiver contido no conjunto dos seres que nadam – conjunto este que inclui ainda os animais e todas as pessoas que não sendo marinheiros aprenderam a nadar. No que se refere à frase (2), esta será verdadeira se existirem pelo menos dois indivíduos que pertençam ao conjunto dos portugueses e também ao conjunto dos indivíduos que falam russo. Já no caso de (3), a verdade da frase depende da não-existência de um indivíduo que pertença simultaneamente ao conjunto dos sábios e ao conjunto dos seres que temem a morte. Por outras palavras, as condições de verdade das frases (1)-(5) são declaradas em termos de uma relação entre dois conjuntos. Esta abordagem conjuntista do estudo dos quantificadores, sobretudo se explorada numa perspectiva relacional – partindo do trabalho de Lindström (1966) –, tem a vantagem de pôr a descoberto interessantes propriedades destas expressões, como veremos adiante. Segundo a perspectiva relacional, um quantificador Q é interpretado como uma relação binária entre dois conjuntos A e B , num universo E , o que pode ser representado do seguinte modo: $Q_E AB$.

Consequentemente, diz-se que quantificadores como os das frases (1)-(5) são do tipo $\langle 1,1 \rangle$. Convém explicar que o tipo de um quantificador é dado por

um n-uplo de números que, no caso dos quantificadores como os que estão em causa, é um par em que se repete o algarismo 1. Tal significa que se trata de quantificadores monádicos, isto é, de relações entre predicados de um lugar ou entre subconjuntos do universo E. O número de 1's em cada n-uplo indica o número de subconjuntos relacionados. De acordo com isto, os quantificadores de tipo $\langle 1,1 \rangle$ são chamados **quantificadores monádicos binários** ou alternativamente **quantificadores-padrão**.

No entanto, nas línguas naturais outros casos de quantificação existem em que estão envolvidos mais do que dois predicados de um lugar. É o que acontece com as frases que apresento abaixo.

- (6) Todos os portugueses e gregos são expansivos.
- (7) Todos os portugueses, italianos e gregos são expansivos.
- (8) Todos os portugueses, italianos, gregos, e franceses são expansivos.

Se considerarmos isoladamente os diferentes conjuntos referidos nestas frases, podemos dizer que elas incluem quantificadores monádicos ternários ($\langle 1,1,1 \rangle$), quaternários ($\langle 1,1,1,1 \rangle$) e quinquenários ($\langle 1,1,1,1,1 \rangle$), respectivamente. Note-se que, nesta perspectiva, estes quantificadores não pertencem já ao conjunto dos quantificadores-padrão. São, no entanto, tal como aqueles, quantificadores monádicos, uma vez que denotam relações entre predicados de um lugar. É de acentuar que, num tratamento alternativo, se pode considerar que nas frases (6) a (8) a expressão de quantificação *todos os* está sempre aplicada a um único conjunto, formado pela reunião dos conjuntos denotados pelos nomes em cada um dos sintagmas nominais.



1.2. *Propriedades lógicas dos quantificadores*

Como se deve ter reparado, ao declarar as condições de verdade da frase (1) na secção anterior, referi apenas dois conjuntos, o conjunto dos marinheiros e o conjunto dos seres que nadam. Estes conjuntos são de facto essenciais para a avaliação da verdade de (1). A exploração desta ideia levou a uma caracterização dos quantificadores generalizados das línguas naturais por meio de um conjunto de quatro propriedades matemáticas, que passo a definir muito brevemente.

A primeira das referidas propriedades recebe o nome de **conservadorismo**. Em termos intuitivos, pode-se dizer que ela define a importância da intersecção entre os dois conjuntos em causa – no exemplo (1), o conjunto dos marinheiros e o conjunto dos seres que nadam – para a avaliação do valor de verdade de uma frase. Formalmente, pode ser expressa da seguinte maneira:

$$\text{Se } A, B \subseteq E, \text{ então } Q_E AB \leftrightarrow Q_E A(A \cap B)$$

A equivalência estabelecida nesta condição exprime em termos abstractos, por exemplo, a equivalência existente entre as duas frases que se seguem:

Todos os marinheiros nadam \leftrightarrow Todos os marinheiros são marinheiros que nadam.

Uma segunda condição que define os quantificadores lógicos é a **extensão**. Estabelece esta condição que um quantificador generalizado permanece insensível a qualquer extensão E' do universo E . Por outras palavras, apenas $A \cup B$ é relevante, o que quer dizer que para a avaliação de uma frase como *todos os marinheiros nadam* é irrelevante a introdução no universo de mais vinte árvores ou de cinquenta casas, etc. Formalmente, a propriedade tem a seguinte formulação:

$$\text{Se } A, B \subseteq E \subseteq E', \text{ então } D_E AB \leftrightarrow D_{E'} AB$$

Em terceiro lugar, de acordo com a condição da **quantidade**, apenas as cardinalidades (e não os indivíduos, em si) de A e B são relevantes, isto é, aos quantificadores não interessam particularidades de indivíduos que não sejam a sua pertença ou não a um dado conjunto. Formalmente:

$$\text{Se } F \text{ é uma bijecção de } E \text{ para } E', \text{ então } D_E AB \rightarrow D_{E'} F(A)F(B)$$

Finalmente, a condição da **variação** exclui do conjunto dos quantificadores lógicos quantificadores que relacionem arbitrariamente quaisquer dois conjuntos.

Estas quatro condições tomadas em conjunto garantem que a verdade de $Q AB$ depende unicamente de $|A - B|$ e de $|A \cap B|$, isto é, da cardinalidade do conjunto complementar de B em A e da cardinalidade da intersecção de A e B. Vejamos o que se quer dizer com esta afirmação através de dois exemplos:

(9) Algumas crianças nadam.

(10) Dois terços das crianças nadam.

Para a avaliação da verdade da primeira destas duas frases basta verificar se $|A \cap B|$ é igual a dois ou maior, ou seja, verificar se existem pelo menos dois indivíduos que são membros do conjunto das crianças e membros do conjunto dos seres que nadam. Já no caso da segunda frase, é preciso atender ainda a $|A - B|$, ou seja, verificar o número de crianças que não nadam.

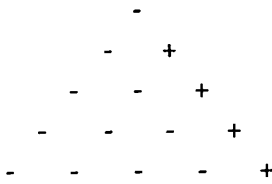
Qualquer quantificador que verifique as quatro condições atrás referidas pode ser representado num diagrama como o apresentado abaixo, que é apropriadamente designado por *árvore dos números*. Conforme se pode ver, trata-se de uma árvore composta por pares de números. O primeiro número de cada par corresponde a $|A - B|$ e o segundo a $|A \cap B|$.

$ A = 0$					
$ A = 1$					
$ A = 2$					
$ A = 3$					
$ A = 4$					

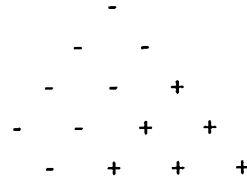
Discursos

Por exemplo, a frase *todos os marinheiros nadam* é verdadeira apenas nos pares apresentados na linha diagonal mais à direita, isto é, na linha que na árvore (11), abaixo, está preenchida com +. As frases *peelo menos dois rapazes cantam*, *nenhum homem é imortal* e *exactamente dois estudantes reprovaram* são representadas nas árvores (12), (13) e (14), respectivamente.

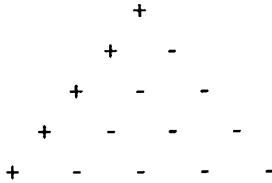
(11)



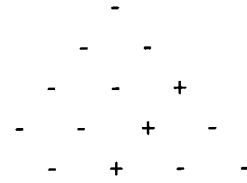
(12)



(13)



(14)



1.3. *Quantificadores poliádicos*

Aos quantificadores monádicos, apresentados nas secções anteriores, opõem-se os **quantificadores poliádicos**, chamados em Keenan (1987) **quantificadores n-ários irreduzíveis**. Estes quantificadores estão presentes em diversos tipos de construções das línguas naturais, construções essas que são representadas por frases cujas condições de verdade não podem ser estabelecidas em termos da intersecção de dois conjuntos. Vejam-se, por exemplo, as frases abaixo:

(15) Todos estes estudantes viram o mesmo filme.

(16) Cada filho da Ana estuda numa faculdade diferente.

- (17) As duas raparigas moram em ruas paralelas.
- (18) Na Jugoslávia, um certo número de famílias vive num número muito menor de tendas da Cruz Vermelha.
- (19) Em 1991, um pequeno número de portugueses adquiriu igual número de carros de luxo.

As frases (15), (16) e (17) ilustram as construções com os operadores *mesmo*, *diferente* e outros adjectivos simétricos. É importante referir que a leitura que aqui me interessa é aquela que tem sido designada por *leitura interna à frase* dos operadores *diferente* e *mesmo*, segundo a qual, na frase (15), por exemplo, se estão a comparar (entre si) os filmes que os estudantes em causa viram e não a estabelecer uma comparação entre o filme que os estudantes viram e um qualquer filme previamente introduzido no contexto discursivo.

Como foi amplamente demonstrado em Keenan (1987 e 1992), não é possível dar conta da leitura interna à frase dos operadores *diferente* e *mesmo* pelo recurso a quantificadores monádicos binários, ou por uma relação binária entre dois conjuntos. Repare-se que não é possível dizer-se, no caso da frase (15), por exemplo, que o conjunto dos estudantes em causa está contido no conjunto dos seres que viram o mesmo filme, se é que é possível definir um tal conjunto.

Estas frases distinguem-se das apresentadas anteriormente (cf. (1)-(10)) porque em qualquer delas é imposta uma condição à relação binária nela expressa. Assim, retomando a frase (15), verifica-se que é necessário ter em conta a existência de dois conjuntos – o conjunto dos estudantes e o conjunto dos filmes – e ainda que a presença de *diferente* força a relação binária que opera sobre estes conjuntos – a relação denotada pelo verbo *ver* – a ser uma função constante, ou seja, uma relação em que todos os membros do primeiro conjunto são projectados no mesmo membro do segundo conjunto. Pelo contrário, no caso das frases (16) e (17), a presença do operador *diferente* e do adjectivo *paralelas* (que implica *diferentes*) força as relações denotadas pelos verbos *estudar* e *morar* a serem funções injectivas, ou seja, relações em que cada um dos membros do primeiro conjunto é projectado num membro diferente do segundo conjunto.

Os exemplos (18) e (19) ilustram as construções que envolvem aquilo que em Keenan (1987) é designado por *cardinality related conditions*. Em cada uma dessas frases é imposta uma restrição diferente à cardinalidade relativa do domínio e do contra-domínio da relação relevante. Na frase (18), trata-se da condição de que a parte relevante do domínio (constituído pelo conjunto das famílias jugoslavas) seja maior que a parte relevante do contra-domínio (constituído pelo conjunto das tendas da Cruz Vermelha) e, na frase (19), de que a cardinalidade da parte relevante do domínio (constituído pelo conjunto dos portugueses) seja igual à da parte relevante do contra-domínio (constituído pelo conjunto dos carros de luxo). Também destas restrições não é possível dar conta pelo recurso aos quantificadores monádicos.

As frases (15)-(19) constituem apenas alguns dos casos que sugerem a necessidade de se recorrer a quantificadores de um tipo mais elevado que os quantificadores-padrão e mesmo que os restantes quantificadores monádicos, ou seja, a quantificadores poliádicos. Coube a Keenan (1987) chamar a atenção para este facto e propor para dar conta de frases como estas a existência de quantificadores formados por expressões descontínuas, de que são exemplo (*todos, mesmo*), (*todos, diferente*), (*certo #, maior #*) e (*certo #, igual #*), também chamados **quantificadores de Keenan**.

Estes quantificadores, de tipo $\langle 1,1,2 \rangle$, são funções de três argumentos, para o conjunto dos valores de verdade (normalmente identificado com o conjunto $\{0,1\}$), em que o primeiro argumento é um subconjunto de E , o segundo argumento é também um subconjunto de E e o terceiro argumento é um subconjunto de E^2 (ou seja, um relação binária em E). Note-se que se está perante quantificadores cujo tipo não é dado por um n -uplo em que se repete apenas o algarismo 1, o que constitui uma marca evidente da passagem do domínio da quantificação monádica para o da quantificação poliádica.

Também neste segundo domínio de quantificação, há quantificadores com diversos graus de aridade. Assim, aos poliádicos binários ($\langle 1,1,2 \rangle$), ilustrados pelas frases (15)-(19), seguem-se os de tipo $\langle 1,1,1,3 \rangle$, os de tipo $\langle 1,1,1,1,4 \rangle$, etc. Vejam-se as frases abaixo, que ilustram a existência de quantificadores poliádicos ternários e quaternários.

- (20) O Francisco e a Ana passaram férias no mesmo país em anos diferentes.
- (21) O Francisco e a Ana passaram férias no mesmo país em anos diferentes com pessoas diferentes.

Note-se que as quatro propriedades lógicas referidas na secção 1.2. para os quantificadores-padrão devem ser reformuladas de modo a aplicarem-se aos quantificadores poliádicos. Essa reformulação é feita, por exemplo, em van Benthem (1989) e em Keenan (1992).

1.4. Propriedades relacionais dos quantificadores generalizados

No século XX, com o surgimento da Teoria dos Quantificadores Generalizados, e com a mudança para uma perspectiva relacional dos quantificadores, verificou-se que os quantificadores generalizados se caracterizavam por ter importantes propriedades características das relações matemáticas que eles também são. Como veremos na secção 2.2. essas propriedades constituem certamente um dos substratos importantes do sistema cognitivo humano.

Vejamos algumas dessas propriedades, a saber: a simetria e a anti-simetria, a transitividade, a reflexividade e a irreflexividade, a monotonia crescente e decrescente à direita e a monotonia crescente e decrescente à esquerda. Convém dizer que estas duas últimas propriedades são também chamadas persistência e anti-persistência, respectivamente. Note-se que todas as propriedades referidas podem também ser expressas através de condições impostas às árvores dos números, anteriormente exemplificadas.

Simetria: $QAB \rightarrow QBA$

Exemplos: *nenhum, algum, pelo menos n, exactamente n.*

Anti-simetria: $QAB \& QBA \rightarrow A = B$

Exemplos: *todos, todo o, ambos, os n.*

Transitividade: $QAB \& QBC \rightarrow QAC$

Exemplos: *todos.*

Discursos

Reflexividade: QAA

Exemplos: *todos, pelo menos metade.*

Irreflexividade: $\neg QAA$

Exemplos: *nem todos, todos excepto n.*

Monotonia crescente à direita: $QAB \ \& \ B \subset C \rightarrow QAC$

Exemplos: *todos, todo o, ambos, a maioria, algum, pelo menos n.*

Monotonia decrescente à direita: $QAB \ \& \ C \subset B \rightarrow QAC$

Exemplos: *no máximo n, no máximo m/n, menos de n, menos de m/n.*

Monotonia crescente à esquerda: $QAB \ \& \ A \subset C \rightarrow QCB$

Exemplos: *nem todos, vários, uns tantos, mais de n.*

Monotonia decrescente à esquerda: $QAB \ \& \ C \subset A \rightarrow QCB$

Exemplos: *poucos, todos, todo o, menos de n, no máximo n.*

Embora as línguas naturais disponham de quantificadores que ilustram todas estas propriedades, a verdade é que existem ainda outras propriedades que nenhum quantificador das línguas naturais possui. É o caso da assimetria e da circularidade, que, como foi demonstrado por van Benthem (1986), não são próprias de nenhum quantificador lógico das línguas naturais:

Assimetria: $QAB \rightarrow \neg QBA$

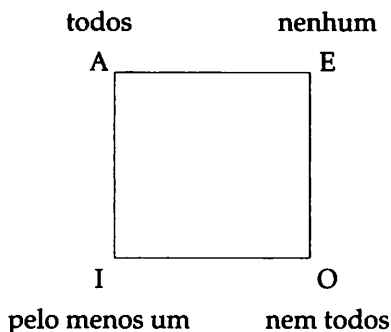
Circularidade: $QAB \ \& \ QBC \rightarrow QCA$

Tal equivale a dizer que os quantificadores existentes nas línguas naturais constituem apenas uma subclasse dos quantificadores lógicos possíveis (para um estudo mais aprofundado das propriedades apresentadas e para algumas explicações sobre a ausência de quantificadores com outras propriedades, remeto o leitor para os trabalhos de Zwarts (1983) e van Benthem (1986)).

2. Quantificadores e Inferência

2.1. Quantificadores de Aristóteles

A verificação de que os quantificadores desempenham um papel crucial no estabelecimento de inferências deve-se, em primeiro lugar, a Aristóteles. Tomando os quatro quantificadores do *quadrado de oposição* – que se apresenta abaixo – o Estagirita verifica quais são os silogismos (padrões inferenciais compostos por duas premissas e uma conclusão, devendo cada uma destas partes incluir um e apenas um quantificador) que esses quantificadores validam.



Sabendo que os quantificadores *todos* e *pelo menos um* dão origem a asserções afirmativas, respectivamente, universais (A) e existenciais (I), e que *nenhum* e *nem todos* introduzem asserções universais negativas (E) e existenciais negativas (O), respectivamente, veja-se, a título de exemplo, os dois silogismos que se apresentam abaixo.

- A Todos os homens são livres
- A Todos os pensadores são homens
- A Todos os pensadores são livres

- E Nenhum número ímpar é divisível por dois
- E Nenhum número par é um número ímpar
- E Nenhum número par é divisível por dois

Como se verifica facilmente, apenas o primeiro destes silogismos é válido. É um silogismo composto por três asserções universais afirmativas, recebendo, a designação de **BARBARA**. Contrasta assim com a não-validade do segundo silogismo apresentado, cuja conclusão é falsa. De facto, de acordo com a teoria Aristotélica, dos dois padrões silogísticos acima ilustrados, apenas o primeiro é válido.

2.2. *Quantificadores generalizados*

Durante séculos a teoria de Aristóteles permaneceu intacta, resistindo a qualquer tentativa de extensão não *ad-hoc*, até à contribuição de Frege (1879), que associou a uma teoria da quantificação a noção de variável, dando assim origem ao Cálculo de Predicados, que, dispondo apenas dos seus quantificadores existencial e universal, não podia dar conta da diversidade de quantificadores que caracteriza as línguas naturais.

No entanto, no século XX, com o surgimento da Teoria dos Quantificadores Generalizados e com a descoberta das propriedades relacionais dos quantificadores (apresentadas na secção 1.4.), verificou-se que também os quantificadores generalizados (e não apenas os do Quadrado de Oposição aristotélico) permitiam importantes inferências.

Veja-se como nos cinco blocos de frases abaixo, pelas propriedades de monotonia e simetria, é possível inferir as frases b. a partir das frases a.:

- (22) a. A maioria dos marinheiros nada bem.
b. A maioria dos marinheiros nada. (mon. cresc. à dir.)
- (23) a. Menos de dois terços dos estudantes são asiáticos.
b. Menos de dois terços dos estudantes são israelitas.
(mon. decresc. à dir.)
- (24) a. Vários portugueses são louros.

- b. Vários europeus são louros. (mon. cresc. à esq.)
- (25) a. No máximo cinco mil europeus leram na íntegra o Tratado de Maastricht.
- b. No máximo cinco mil portugueses leram na íntegra o Tratado de Maastricht. (mon. decresc. à esq.)
- (26) a. Pelo menos dois estudantes são músicos.
- b. Pelo menos dois músicos são estudantes. (simetria)

Fica assim ilustrado o potencial inferencial dos quantificadores generalizados. Passarei, na secção seguinte, a falar da importância destas mesmas propriedades nas descrições linguísticas.

3. Propriedades dos quantificadores e descrições linguísticas

Os trabalhos de Barwise e Cooper e de Zwarts anteriormente citados mostraram que as propriedades relacionais apresentadas nas secções anteriores podiam ser usadas na descrição de alguns fenómenos linguísticos. Vejamos dois casos ilustrativos.

3.1. Construções existenciais com *haver*

Os sintagmas nominais que podem ocorrer no contexto de construções existenciais com o verbo *haver* são apenas uma subclasse dos sintagmas nominais possíveis, dado que existem algumas restrições quanto ao quantificador que esses SNs exibem. Assim, as seguintes sequências são inaceitáveis (o que é indicado pela presença do *):

- (27) *há todos os estudantes
*há nem todos os estudantes
*há mais de metade dos estudantes

*há a maior parte dos estudantes

A inaceitabilidade destas sequências contrasta com a aceitabilidade das sequências abaixo:

- (28) não há nenhum estudante
há exactamente cinco estudantes
há pelo menos três estudantes
há alguns estudantes

Uma das formas de dar conta deste contraste é a formulação do universal proposto por van Eijck (1988), segundo o qual apenas os quantificadores simétricos podem ocorrer num SN existencial. Ficam assim excluídos de uma só vez todos os quantificadores que, tais como os das sequência (27), não podem ocorrer no contexto de uma construção existencial com *haber*.

3.1. *Leituras distributivas e leituras grupais*

Os trabalhos de Scha (1981), Peres (1987) e Kamp e Reyle (a publicar), entre outros, vieram revelar a importância dos quantificadores na selecção de leituras dos sintagmas nominais. Embora as teses subjacentes aos trabalhos referidos não coincidam totalmente, a verdade é que todas elas reconhecem o papel desempenhado pelos quantificadores no que se refere à possibilidade de os SNs em que ocorrem poderem receber, no contexto de um predicado plural, uma interpretação grupal. Trata-se obviamente de uma questão bastante complexa, pelo que me limitarei à apresentação de alguns casos significativos. Remeto o leitor interessado no estudo desta questão para a leitura de Peres (1991). Vejam-se para já as frases abaixo:

- (29) Os dois estudantes casaram no Verão passado.
- (30) Ambos os estudantes casaram no Verão passado.

Chamo a atenção do leitor não familiarizado com este tema para o facto de a frase (29) ter duas leituras possíveis. Uma em que os dois estudantes aí

referidos casaram um com o outro, e outra em que cada um deles casou com uma outra pessoa. Na primeira leitura, o SN recebe uma **interpretação grupal**, ao passo que na segunda recebe uma **interpretação distributiva**. No entanto, a frase (30) parece admitir apenas uma dessas leituras, nomeadamente a leitura distributiva. Parece legítimo atribuir esta diferença entre as duas frases à alternância entre os dois e ambos, dado que em tudo o resto as frases são iguais. A este exemplo introdutório podem juntar-se outros:

- (31) a. Quatro turistas alugaram um carro para ir até ao Algarve.
b. Todos os turistas alugaram um carro para ir até ao Algarve.
- (32) a. Os estudantes da turma A compraram dez livros.
b. Muitos estudantes da turma A compraram dez livros.

Nos dois blocos de frases acima, apenas as frases a. são ambíguas, admitindo quer uma leitura grupal quer uma leitura distributiva. Já as frases b. permitem apenas uma leitura distributiva.

A existência de casos, que, tal como estes, evidenciam que nem todos os quantificadores legitimam num mesmo contexto leituras grupais levou a que Scha (1981) e Kamp e Reyle¹ (a publicar) dividissem os quantificadores em duas classes: uma que inclui os quantificadores que permitem leituras “grupais e outra que inclui aqueles que apenas admitem leituras distributivas”.

Alternativamente, em Peres (1987) (retomado de forma mais acessível em Peres 1991) é construído um sistema em que os quantificadores são distinguidos uns dos outros por meio das propriedades referidas na secção 2.2. (entre outras) e em que os predicados são também distinguidos uns dos outros por meio de outro conjunto de propriedades, defendendo o autor que

¹ Kamp e Reyle (a publicar) dividem os sintagmas nominais em duas classes: a dos SNs *quantificantes* (*quantifying NPs*) e a dos SNs *não quantificantes* (*non-quantifying NPs*). A primeira corresponde aos SNs que não podem receber leituras grupais e que incluem os seguintes determinantes: *most* (a maioria), *many* (muitos), *few* (poucos), *no* (nenhum), *all* (todos), *at least two* (pelo menos dois), ..., *at most two* (no máximo dois), ..., *exactly two* (exactamente dois), ..., e *every* (todo o); a segunda é a dos SNs que podem receber uma leitura grupal e que exibem os seguintes determinantes: *the* (o), *some* (algum), *several* (vários) e *two* (dois).

Discursos

a existência de uma leitura grupal depende tanto das propriedades dos primeiros quanto das dos segundos. Consequentemente, não chega à elaboração de listas de quantificadores distributivos e de quantificadores grupais, concluindo antes que existem, por um lado, quantificadores “anti-grupais” e, por outro lado, quantificadores “grupais por excelência”.

Também no nível das construções poliádicas, em particular no caso das construções com *mesmo*, *diferente* e outros adjectivos simétricos, é bastante evidente a importância dos quantificadores na legitimação desses operadores. De resto, não é surpreendente que assim seja, pois julgo que, como defendo em Alves (1992a e 1992b), *diferente* e *mesmo* são, na maior parte das construções em que ocorrem, elementos indutores de grupalidade. Vejam-se as seguintes frases:

- (33) a. *Muitos rapazes apoiam listas diferentes.
- b. *Poucos estudantes leram livros diferentes.
- c. *Ambas as raparigas moram em ruas paralelas.

À inaceitabilidade destas frases pode-se contrapor a aceitabilidade daquelas que se seguem:

- (34) a. Pelo menos três rapazes apoiam listas diferentes.
- b. Cinco estudantes leram livros diferentes.
- c. Todas as raparigas moram em ruas paralelas.

Uma vez mais, o segundo grupo de frases apenas se distingue do primeiro no que se refere ao quantificador exibido.

A delimitação das propriedades dos quantificadores relevantes para a exploração deste contraste envolvendo adjectivos simétricos é seguramente uma das muitas questões ainda em aberto no domínio dos quantificadores generalizados.

Ana Teresa Alves é bolsista da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tendo iniciado a sua actividade de investigação no domínio da tradução automática, preocupa-se actualmente com questões de semântica teórica e descritiva, tendo defendido recentemente uma dissertação de Mestrado sobre o tipo de quantificação que tem sido designado por “quantificação poliádica”.

Introdução à Teoria dos Quantificadores Generalizados

Referências bibliográficas

- ALVES, A. T. (1992a) – *Alguns Aspectos da Semântica das Construções com Diferente e Mesmo*, diss. de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ALVES, A. T. (1992b) – “Para uma Análise Linguística de um subtipo de construções poliádicas”, in *Cadernos de semântica*, 8, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARWISE, J.; COOPER, R. (1981) – “Generalized Quantifiers and Natural Languages”, in *Linguistics and Philosophy*, 4
- FREGE, G. (1979) – *Begriffsschrift*, traduzido em Van Heijenoort, J. (ed.) (1967) – *From Frege to Gödel. A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- KAMP, H.; KEYLE, U. (a publicar) – *From Discourse to Logic, An Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language*, manuscrito, Universidade de Estugarda.
- KEENAN, E. L. (1987) – “Unreducible N-ary Quantifiers in Natural Language”, in Peter Gärdenfors (ed.) – *Generalized Quantifiers. Linguistic and Logical Approaches*, Dordrecht, D. Reidel.
- KEENAN, E. L. (1992) – “Beyond the Frege Boundary”, in *Linguistics and Philosophy*, vol. 15, Nº 2, pp. 199-221.
- LINDSTRÖM, P. (1966) – “First Order Predicate Logic with Generalized Quantifiers”, in *Theoria*, 35, 1-11.
- MONTAGUE, R. (1970) – “The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English”, in J. Hintikka, J. Moravcsik e P. Suppes (orgs.) – *Approaches to Natural Language, Proceedings of the 1970 Stanford Workshop on Grammar and Semantics, 1973*, Dordrecht, D. Reidel, reimpr. in *Formal Philosophy, Selected Papers of Richard Montague*, org. e int. por R. Thomason, New Haven, CT, Yale Univ. Press., 1974.
- MOSTOWSKI, A. (1957) – “On a Generalization of Quantifiers”, in *Fund. Math.*, 44, pp. 12-36.
- PERES, J. (1987) – *Para uma Semântica Formal da Quantificação Nominal Não-Massiva*, diss. de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- PERES, J. (1990) – “Basic Aspects of the Theory of Generalized Quantifiers”, in L. Damas, N. Moreira e A. P. Tomás (orgs.) – *EALIA 90: Advanced School in Natural Language Processing, Lecture Notes in Artificial Intelligence*, Berlim, Springer-Verlag, 1991.

Discursos

- PERES, J. (1991) – “Issues on Distributive and Collective Readings”, in Hamm, F. e Hinrichs, E. (eds.) – *Proceedings of the 1991 Tübingen Seminar on Plurals*.
- PERES, J. (1992) – “Questões de Semântica Nominal”, in *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SCHA, R. (1981) – “Distributive, Collective and Cumulative Quantification”, in J. Groenendijk, T. M. V. Janssen and M. Stokhof (eds.) – *Truth, Interpretation and Information*, Dordrecht, Foris.
- van BENTHEM, J. (1986) – *Essays in Logical Semantics*, Dordrecht, D. Reidel.
- van BENTHEM, J. (1989) – “Polyadic Quantifiers”, in *Linguistics and Philosophy*, vol. 12, Nº 4, pp. 437-464.
- van EIJCK, J. (1988) – “Quantification”, in D. Wunderlich e A. von Stechow (eds.) – *An International Handbook of Contemporary Research*, Berlin e Nova Iorque, 1991.
- ZWARTS, F. (1983) – “Determiners: A Relational Perspective” in ter Meulen (ed.) – *Studies in Model-Theoretic Semantics*, Dordrecht, Foris, pp. 37-62.

Processos de Quantificação e Construções Partitivas *

1. O domínio da quantificação de medição

Tradicionalmente, na literatura semântica, é feita uma distinção entre nomes contáveis e nomes massivos. Tal distinção assenta na ideia de que os nomes contáveis designam um conjunto de entidades discretas, que se podem contar, enquanto os segundos têm na sua denotação uma entidade concebida como um todo contínuo não divisível em indivíduos distintos. A classe dos massivos é preenchida por nomes como *água*, *ouro*, *ar*, entre outros. Exemplos de nomes contáveis são *árvore*, *pessoa*, *mesa* e *casa*. A frase (1), abaixo, ilustra a ocorrência de um nome massivo — *água* — enquanto na frase (2) encontramos um nome contável — *livro*.

(1) A água ocupa 60% da superfície terrestre.

(2) O livro que acabei de ler é da biblioteca.

O comportamento sintático das duas classes de nomes não é o mesmo. Os nomes massivos caracterizam-se por, ao contrário dos nomes contáveis, não flexionarem em número e por não ocorrerem com numerais. Além disso, os quantificadores *muito*, *pouco* e *bastante*, característicos de nomes massivos, não têm uma forma plural aplicável a esses nomes.

Antes de avançar, importa notar que se pode usar a oposição “termo massivo” / “termo contável” em vez da oposição “nome massivo” / “nome contável”. De facto, à semelhança das denotações não-massivas, também as

* O presente artigo toma como ponto de partida a classificação dos processos de quantificação nominal presente em Peres (1992) e retomada no primeiro artigo deste tomo, pressupondo-se, portanto, a leitura de pelo menos um destes textos.

interpretações massivas podem estar associadas a nomes modificados, como mostram as frases (3) e (4), abaixo:

- (3) A água do rio Alviela está muito poluída.
- (4) Os livros que estão nessa mesa são da biblioteca.

O facto de os objectos envolvidos na denotação dos termos massivos não serem primariamente caracterizados como conjuntos de indivíduos justifica que tais nomes não se submetam ao processo de quantificação de contagem, o que é ilustrado pela agramaticalidade da frase (5):

- (5) *A rainha usava dois ouros.

Poder-se-ia pensar, então, que os operadores desse processo de quantificação se aplicam apenas a nomes contáveis, enquanto a quantificação de medição existe só com nomes massivos. Tal hipótese, contudo, revela-se inadequada. De facto, num processo de quantificação de medição, podem entrar quer termos massivos, quer termos contáveis, quer ainda nomes que não são caracterizáveis nem pelo traço [+ MASSIVO] nem pelo traço [+ CONTÁVEL], como mostram as frases (6)-(8), abaixo. Todas elas exibem o mesmo processo de quantificação, mas apenas em (6) esse processo envolve um nome massivo. Em (7) é a um nome contável que se aplica o operador de quantificação e em (8), no sintagma relevante, ocorre um nome [-MASSIVO] e [-CONTÁVEL].

- (6) Ele comeu uma grande parte da massa.
- (7) Ele leu uma grande parte do livro.
- (8) Ele domina uma grande parte da Matemática.

Não se pode, portanto, estabelecer a distinção entre termos massivos e termos não-massivos com base nos processos quantificacionais a que se submetem. A relevância da tradicional distinção entre *massividade* e *não-massividade* tem, aliás, sido posta em causa por diversos autores, que se interrogam acerca da existência de uma fronteira nítida entre os dois conceitos no quadro de uma ontologia da linguagem. Em Pelletier (1979) encontram-se vários artigos em

que o tema da massividade é abordado de um ponto de vista filosófico, discutindo-se se a oposição *massivo / não-massivo* é feita apenas na língua, ou se corresponde a uma concepção que os seres humanos têm do universo.

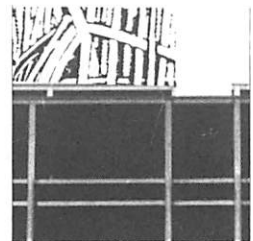
No campo da Linguística, alguns autores defendem para os termos massivos tratamentos distintos dos que recebem os termos não-massivos, enquanto outros tentam um tratamento unificado dos dois tipos de estruturas nominais. Assim, Bunt (1985) cria uma teoria — a “ensemble theory” — baseada na teoria clássica dos conjuntos, para o tratamento formal dos massivos. Também Quine e Moravcsik propõem que os massivos recebam um tratamento formal diferente do que é considerado para os nomes contáveis. Esses autores baseiam-se na “teoria mereológica”, criada por Lesniewski (1929) e reformulada por Leonard e Goodman (1940) sob o nome de “cálculo de indivíduos”. Uma perspectiva diferente destes autores tem ter Meulen (1980) que defende que o tratamento semântico dos massivos pode ser feito com o auxílio da teoria clássica dos conjuntos, tal como o dos termos contáveis. A mesma perspectiva se encontra em Link (1983). Este autor mostra semelhanças que existem entre os termos massivos e os Plurais e propõe um tratamento unificado das duas estruturas, com base na teoria dos reticulados.

2. A quantificação de medição absoluta

A quantificação de medição absoluta é um processo que permite identificar uma quantidade de matéria definida em função de um valor padrão, independente da entidade sobre a qual se está a quantificar. A frase (9), abaixo, ilustra este tipo de operação de quantificação.

(9) Bebi meio litro de água.

Em (9), a expressão *meio litro* permite determinar a porção de matéria — água — que entra na situação descrita, funcionando, portanto, como um operador de



quantificação de medição. Os operadores típicos da quantificação de medição são as expressões que designam medidas padrão de **capacidade, peso, comprimento, volume, área ou superfície e massa**, tal como é ilustrado pelas frases que se seguem.

- (10) Durante esta semana, foram alcatroados trezentos quilómetros de estrada.
- (11) Comprei dois metros quadrados de alcatifa.
- (12) Comprei um metro cúbico de areia.
- (13) O depósito leva quinze litros de gasolina.
- (14) Este terreno produziu quinhentos alqueires de milho.

Nestas frases, a expressão de medida (*quilo, metro, litro e hectare*) é precedida por um numeral. Poder-se-ia pensar, então, que as expressões *quilo de, litro de* e suas congéneres definem objectos discretos, sobre os quais se aplica um processo de quantificação de contagem. Em Peres (1992) encontram-se vários argumentos que refutam esta hipótese. O primeiro deles é de ordem sintáctica. Consiste na constatação de que, nessas estruturas, é impossível separar por topicalização o numeral da expressão a que se aplica, como mostra a estranheza, se não mesmo agramaticalidade, de frases como (15):

- (15) ??Litros de água, bebi só dois.

Em segundo lugar, Peres (1992) faz notar que dificilmente se aceita a identificação de conjuntos de quantidades de substâncias. É o que mostram frases como (16) e (17):

- (16) ??Metade dos quilos de maçãs que comprei não estavam em bom estado.
- (17) ??Ofereci alguns dos quilos de maçãs que comprei.

Um terceiro argumento apresentado pelo mesmo autor é fornecido por frases como (18):

(18) Eu bebi dois litros de água, mas o Paulo bebeu mais.

Para a verdade de (18), não é necessário verificar-se que o Paulo tenha, na situação relevante, bebido mais litros de água que o enunciador. A frase será verdadeira se o volume de água que o Paulo bebeu for superior ao volume de água que este último bebeu.

Aos argumentos acima apresentados, acrescentarei um outro já referido em Marques (1992). Consiste na verificação de que um nome a que se aplique uma expressão como *quilo de*, *litro de*, ou outras expressões idênticas, não pode servir de argumento a quantificadores de contagem. É o que mostram frases como (19) e (20). A impossibilidade de ocorrência de um quantificador de contagem mostra que tais expressões já estão quantitacionalmente saturadas.

(19) *Comprei um quilo de duzentas amêndoas.

(20) *Na construção deste edifício gastou-se uma tonelada de duas mil pedras.

João Peres (c. p.) propõe ainda um outro teste, que consiste na formação de frases em que as expressões de medição em discussão são claramente colocadas em correspondência — semântica e sintáctica — com expressões cujo estatuto de quantificadores não oferece dúvidas. Eis algumas frases:

(21) Só quero três maçãs, não quero um quilo.

(22) Precisava exactamente de meio quilo de amêndoas, mas tu já comeste algumas.

(23) Não vou levar o leite todo, só quero dois litros.

Parece, portanto, podermos concluir que as expressões *n quilo(s) de*, *n litro(s) de*, *n metro(s) de* e outras do mesmo tipo em que ocorram valores de

medida de comprimento, volume, área, capacidade ou massa funcionam como expressões descontínuas com um valor semântico global. A ser assim, serão operadores de quantificação de medição absoluta, visto que identificam uma quantidade precisa de matéria, definida apenas em função do operador de quantificação. Quanto ao nome, ele apenas serve à identificação da matéria sobre a qual se quantifica. De facto, a expressão *um litro de água* define sempre a mesma quantidade de matéria, independentemente do volume de água que realmente exista no contexto relevante. Além disso, essa quantidade é a mesma que é definida por expressões como *um litro de azeite* ou *um litro de gasolina*, embora os três nomes — *água*, *azeite* e *gasolina* — designem diferentes extensões de matéria.

Como mostra a frase (24), abaixo, para além dos numerais, também os determinantes *alguns*, *bastantes* e *muitos* (pelo menos) se podem combinar com valores de medição para formarem com eles operadores de quantificação de medição absoluta.

- (24) O petroleiro derramou n / algumas / muitas / bastantes / dema-
siadas toneladas de crude.

Em (24), seja qual for o determinante usado, é sempre definida uma determinada quantidade da matéria em causa e não um conjunto de entidades.

Expressões como *tonelada* e outros valores de medição definem uma quantidade em termos absolutos. A porção de matéria identificada só não é medível com exactidão se o determinante que coocorre com a expressão de medida for vago, como é o caso de quantificadores como *muitos* e *bastantes*, por exemplo. Se, porém, o quantificador de medição for construído com um numeral exacto, essa expressão identifica uma porção de matéria definida com precisão. Definem igualmente uma quantidade exacta de matéria quantificadores de medição que envolvem numerais fraccionários. É o caso, por exemplo, de expressões como *meio quilo de* e *um quarto de litro de*, entre outras. Existem, contudo, outros quantificadores de medição que definem medidas menos exactas. Tal é o caso de quantificadores como os que ocorrem

em (25), em que x está por uma expressão que designe um valor de medida (*quilo, litro, quilómetro ...*).

- (25) menos de $n x$, no máximo $n x$, quando muito $n x$, cerca de $n x$, no mínimo $n x$, pelo menos $n x$, mais de $n x$

Estes quantificadores envolvem numerais cardinais a que Peres (1991) chama *inexactos*. Outras expressões que também podem ser consideradas quantificadores de medição absoluta e que definem igualmente quantidades menos precisas de matéria são as apresentadas em (26), extraídas de Peres (1992).

- (26) n balde(s) de, n cesto(s) de, n chávena(s) de, n colher(es) de chá de, n colher(es) de sopa de, n copo(s) de, n prato(s) de, n saco(s) de

Obviamente, não são só os numerais cardinais exactos que podem ocorrer nestes quantificadores. As frases (27) e (28) mostram que outros determinantes se podem combinar com expressões como as apresentadas em (26) para formarem quantificadores de medição absoluta.

- (27) Bebi vários copos de água.
(28) Bebi pelo menos cinco copos de água.

Finalmente, na classe dos quantificadores de medição, há a considerar ainda expressões a que Peres (1992) chama "quantificadores de medição absoluta vagos". Preenchem esta classe os operadores *algum / alguma, muito / muita, pouco / pouca, um pouco de, uma (pequena / grande) porção / quantidade de*. O uso de algumas destas expressões é ilustrado pelas frases (29)-(31), abaixo:

- (29) A Joana comeu muita sopa.
(30) O Manuel bebeu um pouco de água.
(31) O Banco de Portugal vendeu uma grande quantidade de ouro.

A interpretação destes quantificadores depende do contexto e podem ter interpretações diferentes para diferentes descodificadores.

Há algumas expressões que parecem estar associadas aos quantificadores de medição absoluta vagos, na medida em que definem uma quantidade de matéria — daí serem expressões de quantificação de medição — definida em termos de um valor mais ou menos padronizado — daí envolverem quantificação *absoluta*, que não pode ser definida com precisão — pelo que são expressões de quantificação vaga. É o caso de expressões como *rios de tinta*, cujo uso é ilustrado pela frase (32):

(32) Sobre esse assunto, já se escreveram rios de tinta.

Assim, verificamos que os operadores de quantificação de medição absoluta podem ser homónimos de palavras que pertencem à classe dos nomes — caso de *balde*, *copo*, *rio*, entre outros. Não é, contudo, o contexto sintáctico em que ocorrem que faz com que tais palavras sejam interpretadas como operadores de quantificação.

3. Quantificação de medição absoluta e nomes de referência dependente

Existem estruturas nominais idênticas na forma aos operadores de quantificação de medição absoluta, que, no entanto, são semanticamente distintas desses operadores. É o caso de expressões como as que são enumeradas em (33). Muitos outros exemplos podem ser aduzidos.

(33) n ramo(s) de, n molho(s) de, n série(s) de, n bloco(s) de, n maço(s) de,
n pepita(s) de, n barra(s) de

Estas estruturas não identificam de facto uma porção de matéria. Por conseguinte, ainda de acordo com Peres (1992), não podem ser consideradas operadores de quantificação de medição. A comprová-lo estão os testes defini-

dos na secção precedente usados para mostrar que expressões como *n quilo(s) de* são de facto uma expressão única. A forma como as estruturas definidas em (33) reagem a esses testes é oposta ao comportamento dos operadores de quantificação de medição. É o que se vê nas frases (34)-(37), que se seguem:

- (34) Maços de tabaco, comprei dois.
- (35) Alguns dos ramos de flores que o Paulo comprou são para oferecer à Maria.
- (36) Ando sempre com dois molhos de chaves, mas o Manuel ainda anda com mais.
- (37) A Ana fez um ramo de cinco rosas.

A frase (34) mostra que, nas estruturas em causa, é possível separar por topicalização o numeral e o nome a que este se aplica. Tal possibilidade, como vimos, não existe se o numeral fizer parte de um operador de quantificação de medição. A frase (35) ilustra a possibilidade de, ao contrário do que se verifica quando existe um processo de quantificação de medição, ser definido um conjunto cujos elementos são identificados pelo nome ou estrutura nominal a que se aplica o quantificador (no caso, trata-se da estrutura *ramo de flores*). No que respeita à frase (36), por seu lado, verificamos que, para a sua verdade, é necessário verificar-se que o Manuel tem mais molhos de chaves que o enunciador, não que tem uma maior quantidade da matéria em causa, que no caso presente, seria um maior número de chaves. Essa é, pelo menos, a interpretação preferencial. Recordemos que estruturas comparativas análogas a (36), mas em que ocorre um operador de quantificação de medição, têm diferentes condições de verdade. Nessas estruturas, o que está a ser comparado são duas quantidades de matéria e não dois conjuntos de indivíduos. Finalmente, a frase (37) mostra que o nome *rosas* pode sofrer um processo de quantificação de contagem, o que evidencia que a expressão *ramos de* não funciona como operador de quantificação.

Estruturas como as que ocorrem em (33) não são, pois, operadores de quantificação. Comportam-se como nomes que se submetem à quantificação de

contagem. Aos nomes que ocorrem nas estruturas em causa Peres (1992) chama **nomes de referência dependente**, em virtude de, por si só, não terem um significado próprio, precisando de outros nomes que lhes fixem a referência. O grau de coesão que existe entre estes nomes e aqueles a que se fixam não é o mesmo em todos os casos. Por exemplo, o nome *pepita* só coocorre com o nome *ouro*, enquanto nomes como *série* podem coocorrer com vários nomes — vejam-se estruturas como *série de conferências*, *série de programas*, *série de aventuras* e muitas outras. À parte esta distinção, todos esses nomes identificam uma entidade formada, cognitiva e verbalmente, pelo agrupamento de outras entidades. São, pois, **nomes de referência dependente colectivos**.

4. A quantificação de medição relativa ou mereológica

A **quantificação de medição relativa**, sendo também um processo que permite identificar uma porção de matéria, distingue-se da quantificação de medição absoluta pelo facto de a quantidade identificada ser definida em relação à totalidade de uma entidade que serve de base ao processo de quantificação e não em relação a um valor-padrão. Este outro processo de quantificação de medição recebe também o nome de **quantificação mereológica** — adjectivo derivado do termo grego para *parte* — em Peres (1992). Algumas frases que este autor apresenta para ilustrar este tipo de quantificação são as seguintes:

- (38) Escrevi parte deste artigo.
- (39) Usei parte do ouro para fazer este anel.
- (40) Inspeccionei todo o edifício.
- (41) Bebi toda a água que estava no frigorífico.

Nas frases (38) e (39) é identificada uma parte da entidade relevante, que é menor que a própria entidade. Nas frases (40) e (41), pelo contrário, a parte

identificada corresponde à entidade na sua inteireza. Este processo de identificação da **parte total** recebe em Peres e Branco (1989) a designação de **quantificação holística**. Como referem esses autores, há outros operadores que induzem a leitura holística:

- (42) integralmente, na íntegra, totalmente, na totalidade, completamente, todos / todas, inteiro / inteira.

Estas expressões não têm todas o mesmo comportamento sintáctico. As frases que se seguem, algumas delas extraídas de Peres e Branco (1989), ilustram o seu uso:

- (43) As casas arderam integralmente.
(44) As casas arderam na íntegra.
(45) O campo foi totalmente minado.
(46) O Pedrinho riscou os livros completamente.
(47) A Maria comprou um vestido completamente preto.
(48) Os livros ficaram todos molhados.
(49) As casas arderam todas.
(50) O Pedrinho riscou o livro inteiro.

As frases em que ocorre o operador *todos / todas* são ambíguas entre uma leitura holística e uma leitura a que, na literatura semântica, tem sido dado o nome de **leitura distributiva**. Um exemplo de uma frase que tenha os dois tipos de leituras é (49). Numa leitura dessa frase, assere-se que cada uma das casas relevantes no contexto ardeu completamente — leitura holística —, enquanto numa outra leitura se assere que não há nenhuma das casas em causa que não tenha ardido — leitura distributiva. De acordo com esta segunda leitura, cada um dos objectos relevantes — no caso, os membros do conjunto das casas — é tomado enquanto indivíduo distinto das outras entidades do universo. Na leitura holística, cada um desses objectos é, por acréscimo, visto como uma entidade estruturada. O que é asserido é que o predicado se aplica

a uma das partes da entidade em causa — a parte total — se bem que seja legítimo inferir que se aplica também à entidade em si mesma, enquanto indivíduo distinto.

Apenas alguns predicados admitem ambiguidade de interpretação entre a leitura distributiva e a leitura holística. Predicados como *dançar, matar, correr* e muitos outros bloqueiam esta última leitura. Estes predicados recebem em Peres e Branco (1989) a designação de **predicados totalizantes**. As frases (51) e (52), abaixo, em que ocorre um predicado totalizante mostram que com esses predicados apenas pode obter-se a leitura distributiva.

(51) As raparigas fugiram todas.

(52) *As raparigas fugiram completamente.

Quanto à identificação de partes não-vazias nem totais da entidade sobre a qual recai o processo de quantificação de medição relativa, encontramos, além do operador *parte de*, várias outras expressões, algumas das quais, extraídas igualmente de Peres (1992), são referidas em (53):

(53) uma parte, grande parte, uma (pequena / grande) parte, um terço, uma terça parte, metade, um pedaço, um bocado

Independentemente de a parte identificada ser uma parte total ou uma parte não-total, no processo de quantificação de medição relativa requiere-se sempre a identificação da entidade sobre a qual se quantifica. Por outras palavras, os operadores de quantificação mereológica só se aplicam a descrições definidas. Nas frases (38)-(41), acima, é definida, em cada um dos casos, uma única entidade. Nada obsta, porém, a que na quantificação de medição relativa entrem sintagmas definidos plurais. Algumas frases que ilustram esta possibilidade, apresentadas em Peres (1992), são as seguintes:

(54) Visitei parte de alguns dos museus.

(55) Bebi um cálice de vários dos vinhos expostos.

(56) Li um pouco de cada um dos livros que me deste.

De notar, no entanto, que o quantificador de medição relativa, nestas construções, não se aplica directamente à descrição definida. Se isso acontecer, a interpretação de quantificação de contagem torna-se, em certos casos, preferível, se não mesmo a única possível. É o que se verifica, por exemplo na frase (57), abaixo:

(57) Visitei parte dos museus.

Atente-se agora nas seguintes frases:

(58) Metade da equipa é constituída por jogadores estrangeiros.

(59) A maior parte dos estudantes que se reuniram ontem estuda na Faculdade de Letras.

Podemos dizer que em ambas as frases se aplica primariamente um processo de quantificação de medição. Contudo, neste processo de quantificação não é identificada uma porção de matéria, mas sim um conjunto de indivíduos. Trata-se, pois, de algum modo derivadamente de um processo de quantificação de contagem. Este facto deve-se, não ao operador de quantificação envolvido no processo, mas sim ao nome a que este se aplica. De facto, na frase (58) embora seja identificado um único indivíduo, o nome a que se aplica o operador de quantificação é colectivo. A entidade referida por *equipa* não é constituída por matéria, mas sim por indivíduos discretos. Ao tipo de leitura presente em (58) chama Peres e Branco (1989) **leitura decomponente**. O mesmo tipo de interpretação existe em (59). Nessa frase, embora não exista um nome colectivo, o sintagma *os estudantes* é interpretado como envolvendo na sua denotação um único indivíduo — o indivíduo grupal que satisfaz a predicação *reunir-se ontem* na situação relevante.

5. Quantificação de medição relativa, nomes de referência dependente, partes materiais e partes estruturais

Existem estruturas muito próximas das construções de quantificação de medição relativa, cuja semântica é algo diferente. De facto, a frase (60), que exhibe um processo paradigmático de quantificação de medição relativa, não tem as mesmas condições de verdade de uma frase como (61).

(60) Li parte do livro.

(61) Li a primeira parte do livro.

Em ambas as frases é identificada uma parte constituinte da entidade relevante. Em (60), porém, não é imposta nenhuma condição quanto à forma da parte identificada ou à posição que essa parte ocupa na entidade. A frase será igualmente verdadeira na situação em que foram lidas várias porções descontínuas do livro. Já a frase (61) seria falsa nessa situação. Nesta frase, é identificada uma parte específica da entidade em causa. Não é uma qualquer quantidade constituinte da entidade relevante que satisfaz a predicação. A frase (61) requer, portanto, uma semântica mais rica que (60), uma vez que não só é identificada uma parte constituinte de uma entidade, mas também é imposto um requisito à parte identificada. No caso particular da frase (61), esse requisito diz respeito à relação espacial que se estabelece entre as várias partes que constituem o indivíduo. A entidade relevante é identificada como a parte que precede todas as outras que se possam identificar. Assim, para a computação do significado da frase (61), a entidade *livro* é tida como composta por um conjunto de partes distintas. Podemos, assim, dizer que em frases como (61) não existe um processo de quantificação sobre a matéria que constitui o indivíduo — quantificação de medição relativa —, mas sim um processo de quantificação sobre a sua estrutura. De acordo com a terminologia de Peres e Branco (1989), num processo de quantificação de medição, existe a identificação de **partes materiais**, enquanto numa frase como (61) existe a identificação de **partes estruturais**. Uma diferença clara que existe entre os dois tipos de entidades — partes materiais e partes estruturais — é que a

junção de duas ou mais partes materiais forma uma nova parte material, enquanto a junção de duas ou mais partes estruturais não forma necessariamente uma nova parte estrutural. Além disso, frases como (61), por oposição a frases como (60), mostram que as partes estruturais de uma entidade estão ligadas entre si por uma relação de ordem. No que respeita à frase (61), essa relação é, como vimos, a relação de precedência no texto que constitui o livro. Existem, porém, outras construções que mostram que as partes de uma entidade podem estar organizadas por outras relações. Nas frases (62)-(65), abaixo, é identificada uma parte específica da entidade em causa, que está numa relação de ordem temporal com as restantes partes estruturais da entidade. Na frase (65), por seu lado, a relação por que estão ordenadas as partes estruturais do objecto em causa diz respeito a valores de outra natureza.

- (62) Houve duas guerras mundiais durante a primeira metade deste século.
- (63) Só assisti à parte inicial da conferência.
- (64) A equipa da casa recuperou na última parte do jogo.
- (65) Foi nessa altura que a Rosa viveu a época mais feliz da sua vida.

Em qualquer das frases, a identificação da parte específica da entidade é feita por meio de um modificador nominal — *primeiro*, *inicial*, *última* e *mais feliz*, respectivamente. Nas frases (66)-(68), abaixo, são igualmente identificadas uma ou mais partes específicas da entidade em causa. Contudo, a identificação dessas partes é feita pelo próprio nome que as refere, sem o auxílio de um modificador.

- (66) A tecelã uniu as pontas da linha.
- (67) O electricista cortou a extremidade do fio.
- (68) O alpinista atingiu o cume do monte.

Estes només podem também ser chamados de referência dependente, já que por si sós não referem nenhum objecto em particular. São também de referência dependente nomes como *gomo*, *fatia*, *rodela*, *talhada*, *pedaço* ou *porção* (cf. Peres, 1992).

Todos estes nomes — de referência dependente — permitem identificar partes de entidades. Contudo, dentro desta classe existem algumas distinções a fazer. A primeira delas diz respeito à possibilidade de o nome referir uma parte com características específicas ou, alternativamente, uma quantidade amorfa de matéria. Assim, nomes como *pedaço* ou *porção* não impõem quaisquer condições de forma, enquanto nomes como *fatia*, *talhada* e outros identificam porções com características específicas. Uma frase como (69) não terá, pois, as mesmas condições de verdade que (70):

(69) A Ana comeu um pedaço do bolo.

(70) A Ana comeu uma fatia do bolo.

(69) será uma afirmação verdadeira se, na situação relevante, a Ana comeu uma qualquer quantidade do bolo em causa. (70), porém, só será verdadeira na situação em que a Ana comeu uma parte do bolo com determinadas características. A frase (69) é um exemplo típico de quantificação de medição relativa, ao passo que a frase (70) não envolve apenas a consideração de quantidades quaisquer da entidade em causa.

Outra distinção a introduzir permite separar nomes como *gomo*, *fatia* ou *talhada*, que não identificam partes específicas da entidade em causa, de nomes como *ponta*, *extremidade* ou *cume*. Note-se também que os segundos, mas não os primeiros, se podem aplicar apenas a uma descrição definida. É o que mostram as frases (71)-(74), abaixo:

(71) *A tecelã uniu as pontas de linha.

(72) *O electricista queimou a extremidade de fio.

(73) *O alpinista atingiu o cume de monte.

(74) Comi dois gomos de laranja / uma fatia de bolo / uma talhada de melão.

Distinto de todos estes casos é um nome de referência dependente como *resto*. Por um lado, este nome aproxima-se de nomes como *extremidade*, *ponta* ou *cume* por não referir uma parte aleatória da entidade. Por outro lado, afasta-se

deste tipo de nomes por não identificar uma parte específica da mesma. A identificação da parte referida por *resto* só pode ser feita se se tiver em conta o conceito de tempo e, possivelmente, a estrutura do evento que consistiu, por exemplo, em um bolo ser progressivamente comido. De facto, o objecto de base, referido pelo sintagma a que se aplica o nome *resto*, não está à partida estruturado de forma a que *resto* refira uma parte específica.

Podemos, assim, considerar pelo menos seis subclasses de nomes de referência dependente não-colectivos, isto é, cujas denotações não são definidas por agrupamentos de outras entidades. São elas:

- (a) nomes que não impõem requisitos de forma ou estrutura do objecto de base (*porção, pedaço*);
- (b) nomes que impõem um requisito de forma do objecto de base (*fatia, rodela, tira*);
- (c) nomes que impõem um requisito de estrutura intrínseca do objecto, não definível em termos nem de uma relação de ordem nem de uma orientação espacial (*gomo*);
- (d) nomes que impõem um requisito de estrutura do objecto de base definível em termos de uma relação de ordem espacial (*ponta, extremidade*);
- (e) nomes que impõem um requisito de estrutura do objecto de base definível em termos de uma relação de ordem espacial e de uma orientação (*cume*);
- (f) nomes que impõem um requisito de ordenação temporal e, possivelmente, das partes de um evento (*resto*).

6. O conceito de “construção partitiva”

As estruturas de quantificação de medição relativa envolvem a consideração de duas entidades — o indivíduo, concebido como um todo, e uma parte desse indivíduo. O mesmo se passa com os nomes de referência depen-

dente de que se falou na secção precedente, quando aplicados a uma descrição definida. Podemos, portanto, dizer que essas construções envolvem a consideração de uma relação *parte-todo*. Assim sendo, é pertinente que nos interroguemos sobre a ligação existente entre elas e as chamadas construções partitivas, uma vez que estas são geralmente definidas precisamente com base nessa relação *parte-todo*. Porém, se fizermos uma breve incursão em diferentes trabalhos de natureza gramatical, verificamos que não existe unanimidade acerca do leque de estruturas que cabem sob esta designação.

6.1. A tradição gramatical francesa

Apesar de a maioria dos gramáticos franceses não se referir propriamente às construções partitivas, encontramos neles referências ao chamado “*article partitif*”, operador que serviria à identificação de uma porção de matéria. As construções que envolvem o “*article partitif*” são, pois, de acordo com a terminologia aqui adoptada, estruturas de quantificação de medição. Sobre este assunto, Grevisse (1969) diz o seguinte:

L’article partitif n’est autre chose, pour le sens, qu’un article indéfini placé devant le nom des objets qui ne peuvent se compter, pour indiquer que l’on ne considère qu’une partie de l’espèce désignée par le nom: c’est essentiellement la préposition de détournée de sa fonction habituelle, qui est de marquer un rapport: L’ai bu DU vin, DE LA bière, DE L’eau. (Grevisse, 1969: 270).

Um outro autor que se refere ao “*article partitif*” é Milner (1978) que afirma:

[...] le partitif définit une fraction de matière, c’est donc une expression quantitative. En tant que telle, elle peut être rapprochée des expressions numériques: la seule différence tient au fait que toutes les quantités ne peuvent pas être comptées. (Milner, 1978: 32).

Este autor considera, porém, outras estruturas do Francês que, juntamente com as construções que envolvem o “*article partitif*”, formam as “*construções partitivas*”. Alguns exemplos destas construções, que apresenta, são os seguintes:

- (75) *deux des livres*
certains des livres
beaucoup des livres (de Zola)
un kilo du beurre que tu m’as apporté
un kilo de ce beurre

Os três primeiros exemplos são, como se pode atestar, construções que envolvem a quantificação de contagem, uma vez que é identificado um conjunto de indivíduos e não uma porção de matéria. Por seu lado, os dois últimos exemplos são construções que exibem a quantificação de medição relativa.

Verificamos, assim, que não há uma caracterização uniforme, do ponto de vista da quantificação, das estruturas que Milner designa por “*construções partitivas*”. O mesmo se pode dizer para a tradição gramatical inglesa, em que é ainda maior a diversidade de construções que se dizem partitivas.

6.2. *A tradição gramatical inglesa*

Um dos autores que analisam as chamadas “*construções partitivas*” em Inglês é Ladusaw (1982). Dá como exemplo deste tipo de construções os seguintes sintagmas:

- (76) *some of the books*
many of those books
each of these books

Acrescenta ainda o sintagma “some of the book”, considerando-o sintaticamente análogo aos apresentados em (76), mas semanticamente distinto. A propósito deste tipo de estrutura, Ladusaw diz o seguinte:

[...] when a singular count NP appears as a Partitive Phrase, the determiner takes as its argument the stuff that the count atom consists of. (Ladusaw, 1982: 239).

Como se vê, tal como Milner para o Francês, Ladusaw usa o conceito em causa para englobar estruturas de quantificação de contagem e estruturas de quantificação de medição relativa.

Uma ideia algo diferente do mesmo conceito tem Quirk *et al.* (1985). No capítulo em que são abordadas as construções partitivas, não é feita qualquer referência a sintagmas como “some of the book”, que Ladusaw inclui na classe em causa. Numerosas outras estruturas são, no entanto, classificadas com a etiqueta “construção partitiva”. Uma distinção básica que estes autores estabelecem é entre «*partition in respect of quality*» e «*partition in respect of quantity*». Como exemplo das primeiras apresentam as seguintes estruturas:

(77) a new kind of computer	new kinds of computers
a delicious sort of bread	delicious sorts of bread
another type of research	other types of research

Quanto à “*partition in respect of quantity*”, ainda segundo os mesmos autores, pode ocorrer tanto com nomes não-contáveis como com nomes contáveis singulares ou plurais. No que respeita à subclasse dos nomes não-contáveis, a indicação de parte quantitativa é feita «(...) by means of certain GENERAL PARTITIVE NOUNS, in particular *piece, bit, item*, followed by an *of*-phrase» (Quirk *et al.*, 1985: 249). Exemplos que os autores apresentam são:

(78) a piece of cake	two pieces of cake
a bit of chalk	some bits of chalk
an item of news	several items of news
(partitivos singulares)	(partitivos plurais)

Paralelamente a nomes como *bit*, *item* e *piece*, existem expressões a que chamam “typical partitives”. Trata-se de nomes semanticamente idênticos àqueles, que se distinguem apenas por só se combinarem com certos nomes não-contáveis. Vejamos alguns exemplos:

- (79) an atom/grain of truth
- a bar of chocolate/soap/gold/iron
- a blade of grass
- a block of ice
- a drop of water
- a grain of corn/rice/sand/salt

Para estes autores, as construções presentes em (80), abaixo, são ainda sintática e semanticamente (visto que são partitivas) idênticas às anteriores. A diferença é, segundo eles, apenas lexical, já que em construções como (80) entram nomes contáveis plurais (*people*, *sheep* e outros), o que faz com que sejam outros os partitivos usados (*crowd*, *flock*, *herd*, *pack(et)*, *series*, *bunch*).

- (80) a (large) crowd of people
- a (huge) flock of birds/sheep
- a (small) herd of cattle
- a packet /pack of cigarettes
- a series of incidents/ concerts/ lectures
- a bunch of flowers/ keys

Como exemplo de construções de “partição quantitativa” envolvendo nomes contáveis singulares, os autores apresentam, entre outras, as estruturas presentes em (81). Consideram que o mesmo tipo de partição pode ser expresso por “itens quantitativos” tão gerais como *half*, *all*, *whole* + *of* + N. Essa possibilidade é ilustrada em (82).

- (81) a piece of a loaf
- a branch of a tree
- a page of a book
- a verse of a poem

- (82) I'd like half of that piece of meat.
I'd like a quarter of that piece of meat.
I'd like all of that piece of meat.
I'd like the whole of that piece of meat.
I'd like the rest of that piece of meat.
I'd like the remainder of that piece of meat.

Para além da “partição qualitativa” e da “partição quantitativa”, os autores consideram um terceiro tipo de construções partitivas, a que chamam construções de “partição de medida”. Trata-se de estruturas em que são indicadas quantidades precisas de peso, área, volume ou comprimento. Como exemplo de cada um dos casos apresentam as seguintes construções:

peso:

- (83) an ounce of tobacco
a kilo of apples
a pound of butter
a ton of coal

comprimento:

- (84) a foot of copper wire
a metre of cloth
a mile of cable

volume:

- (85) a litre of wine
a pint / a quart of milk

área:

- (86) an acre / a hectare of land

Como se pode verificar, numa mesma classe — construções partitivas — são agrupadas estruturas muito diferentes de um ponto de vista dos processos de quantificação. De facto, em Quirk *et al.* (1985) encontramos estruturas que envolvem quantificação de medição relativa — como em *half of that piece of meat* — associadas a estruturas que exibem quantificação de medição absoluta — como em *an ounce of tobacco* — e a estruturas que envolvem a consideração de um processo de quantificação de contagem, envolvendo ou não nomes de referência dependente — vejam-se construções como a *verse of a poem*, a *(large) crowd of people* e outras.

6.3. *Uma gramática portuguesa*

Numa das mais recentes gramáticas portuguesas — Mateus *et al.* (1989) —, encontramos também a já referida distinção entre **parte qualitativa** e **parte quantitativa**. No capítulo em que apresentam as “operações sobre massivos”, as autoras introduzem a noção de “parte quantitativa de um todo contínuo”, por oposição a “parte qualitativa” (distinguida também num todo contínuo, de acordo com as autoras). Como exemplo de estruturas que permitem a designação de uma parte qualitativa, são apresentadas as seguintes frases:

- (87) Essa água faz bem à saúde.
O vinho de Lagoa tem uma forte graduação alcoólica.
Essas águas fazem bem à saúde.
Os vinhos de Lagoa têm uma forte graduação alcoólica.

Segundo as autoras, nas três primeiras frases é distinguida uma parte qualitativa num todo encarado como contínuo — respectivamente, a água e o vinho. Diversamente, na última frase,

a expressão *os vinhos de Lagoa* não se limita a distinguir no todo ‘vinho’ uma parte qualitativa, definida pelo complemento *de Lagoa*; considera partes qualitativamente distintas nessa parte: os vários tipos de vinho produzidos na região de Lagoa. (Mateus *et al.*, 1989: 72).

Como exemplo de expressões em que é distinguida uma parte quantitativa apresentam os seguintes grupos de frases:

- (88) Bebi vinho ao jantar.
Bebi pouco vinho ao jantar.
Bebi um copo de vinho ao jantar.
Bebi um decilitro de vinho ao jantar.

- (89) Comi bolo ao jantar.
Comi muito bolo ao jantar.
Comi uma fatia de bolo ao jantar.
Comi meio quilo de bolo ao jantar.

Em (88) e em (89), os nomes 'vinho' e 'bolo' têm uma interpretação massiva. Em nota de roda-pé, as autoras esclarecem que, com nomes contáveis podem também existir construções partitivas, (análogas às que ocorrem em 'bebi vinho ao jantar' e 'comi bolo ao jantar') ou «em que existe a indicação explícita da quantidade considerada» (análogas às das duas últimas frases de (88) e (89)). Dão como exemplos as seguintes construções:

- (90) Comprei cebolas.
Estavam pessoas na praia, apesar do mau tempo.
Comi um prato de ameijoas.
Aquele gastou um quilo de amêndoas para fazer um bolo que ficou uma porcaria.

6.4. *Quantificação, classes de nomes e construções partitivas*

Olhando para diversos trabalhos que tratam de construções partitivas, concluímos que o conjunto de construções designadas por essa etiqueta varia substancialmente de autor para autor, sendo a tradição gramatical inglesa a que mais estruturas aceita como sintagmas que se podem rotular de partitivos. Será útil questionar a razão de se considerarem tantas estruturas diferentes numa mesma classe, tentando precisar um pouco mais um conceito de "construção partitiva". Considerem-se em primeiro lugar as construções que Quirk *et al.* apresentam como exemplos de "partição qualitativa", repetidas em (91)-(93):

- | | |
|--------------------------------|--------------------------|
| (91) a new kind of computer | new kinds of computers |
| (92) a delicious sort of bread | delicious sorts of bread |
| (93) another type of research | other types of research |

Distintas das anteriores são construções apresentadas como exemplos de “partição quantitativa” com nomes contáveis plurais, exemplos aqui repetidos para maior clareza de exposição:

- (97) A (large) crowd of people
- A (huge) flock of birds/ sheep
- A (small) herd of cattle
- A packet / pack of cigarettes
- A series of incidents/ concerts/ lectures
- A bunch of flowers/ keys

Deve-se dizer, em primeiro lugar, que o processo de quantificação presente nestas estruturas não é, uma vez mais, diferente do que existe nas chamadas construções de “partição qualitativa” ou nas “partições quantitativas” com nomes massivos. Em segundo lugar, apesar de também nestas construções ocorrerem nomes de referência dependente, elas são semanticamente distintas das chamadas “partições qualitativas com nomes não contáveis”. Se o termo “construção partitiva” designar uma estrutura em que é identificada uma parte de uma entidade, os exemplos presentes em (97) são precisamente o oposto de tais construções. De facto, em tais construções, o que está a ser identificado é uma entidade constituída pelo agrupamento de indivíduos simples. Essa entidade derivada integra os indivíduos discretos que estão na base do seu processo de formação, o que é bem distinto do que se verifica com entidades formadas a partir de outras e que são designadas por meio de construções igualmente classificadas como partitivas em Quirk *et al.* (1985): *block of ice, bar of chocolate* ou *loaf of bread*.

Como exemplos de estruturas em que existe um processo de “partição quantitativa” sobre nomes contáveis singulares, Quirk *et al.* apresentam estruturas como (81) e (82), abaixo repetidas:

- (98) a piece of a loaf
- a branch of a tree
- a page of a book
- a verse of a poem

- (99) I'd like half of that piece of meat.
I'd like a quarter of that piece of meat.
I'd like all of that piece of meat.
I'd like the whole of that piece of meat.
I'd like the rest of that piece of meat.
I'd like the remainder of that piece of meat.

Neste bloco de construções são agrupadas estruturas muito diferentes. Assim, em sintagmas como *verse of a poem* ou *page of a book* é identificada uma entidade discreta, que tem existência em si mesma. De facto, os nomes *verso* e *página* são nomes de referência autónoma que se distinguem de nomes como *bloco*, *barra*, *molho* ou *ramo* por não designarem entidades formadas a partir de outras entidades. O objecto designado por *livro* não intervém para a identificação da entidade designada por *página*, tal como a entidade designada por *verso* não é construída a partir de um poema. Em construções como (98), é identificada uma entidade discreta (*ramo*, *página*, *verso*), acrescentando-se a informação de que tal entidade está integrada numa outra (*árvore*, *livro*, *poema*). Não é essa a interpretação de estruturas como as apresentadas em (99). As primeiras frases de (99) são exemplos simples de quantificação de medição relativa. Nessas construções é identificada uma porção de matéria de um objecto particular. Os dois últimos sintagmas de (99) — *the rest of that piece of meat* e *the remainder of that piece of meat* — distinguem-se dos primeiros por envolverem uma relação de ordem, tal como foi sugerido na secção 5.

Finalmente, construções a que Quirk *et al.* chama “partitivas de medição” são estruturas em que existe um processo de quantificação de medição absoluta. São, portanto, construções diferentes de todas as outras que os autores consideraram como partitivas.

Ainda na tradição gramatical inglesa, consideremos alguns dos exemplos apresentados por Ladusaw (1982) como construções partitivas.

- (100) some of the books
many of those books

Como defende Peres (1990), estas construções não são quantitacionalmente diferentes de (101):

- (101) some books
many books

As diferenças que se possam verificar entre (100) e (101) dizem respeito ao modelo relativamente ao qual os sintagmas em causa são avaliados. Na computação do significado de (100) é tido em conta um conjunto previamente determinado de livros, enquanto a computação do significado dos sintagmas presentes em (101) é feita relativamente ao universo de discurso. Excluída essa diferença, as construções são semanticamente idênticas. Quer em (100) quer em (101), existe um processo de quantificação de contagem em que estão envolvidos os mesmos quantificadores.

Quanto aos exemplos apresentados em Mateus *et al.* (1989) como partições qualitativas, trata-se de estruturas em que há a identificação de espécies (nos sintagmas nominais *essa água* e *o vinho da Lagoa*) ou subespécies (num sintagma nominal como *os vinhos da Lagoa*). É também a espécie que é referida nalgumas frases apresentadas como expressões em que se considera a determinação de uma parte quantitativa, tais como:

- (102) Bebi vinho ao jantar.
(103) Comi bolo ao jantar.
(104) Comprei cebolas.

Sem dúvida que nessas frases é identificada uma quantidade (não determinada) de matéria, uma vez que, como refere Peres (1992), citando O. Lopes, uma frase como *bebi água ao jantar* «implicitamente afirma a existência (...) de alguma parte, porção, de água» (Lopes, 1971: 98) na situação em causa.

Nas restantes frases apresentadas por Mateus *et al.* (1989) como exemplo de construções partitivas — bebi meio litro de vinho, comi meio quilo de bolo — existe um simples processo de quantificação de medição absoluta.

Onde o conceito de construção partitiva tem uma maior precisão de sentido é na tradição gramatical francesa. Ao considerarem o “*article partitif*”, os gramáticos franceses estão a ter em conta apenas a quantificação de medição relativa. Contudo, Milner (1978) considera também como construções partitivas estruturas em que existe um processo de quantificação de contagem. Não se pode, por isso, dizer que na tradição gramatical francesa exista um bloco uniforme de construções classificadas como partitivas.

Posto isto, podemos concluir que, pelo menos no que respeita ao Francês, ao Inglês e ao Português, o conjunto de construções identificadas como partitivas não corresponde a uma entidade semântica identificável com rigor e muito menos a um tipo especial de quantificação.

Não é, também, o tipo de entidades que entram nessas estruturas que as separa de outras construções nominais. Na verdade, nas construções ditas partitivas em que se verifica um processo de quantificação de contagem, este incide sobre conjuntos de indivíduos — designados por nomes de referência autónoma ou dependente —, ou sobre conjuntos de espécies ou de subespécies, se tivermos em conta trabalhos feitos para o Inglês e para o Português. Se for de medição o processo de quantificação presente nas estruturas em causa, encontramos casos em que o domínio de quantificação é uma extensão de matéria — quantificação de medição absoluta — e outros em que são identificadas partes constituintes de uma entidade concreta (envolvendo ou não a consideração de relações de ordem) — quantificação de medição relativa.

Não só não existe um factor unificador de todas as chamadas “construções partitivas”, como também não há nada que as separe de outras construções sintacticamente distintas, mas semanticamente idênticas. De facto, a consideração de uma parte constituinte de um todo é uma ideia inerente a qualquer processo de quantificação.

Cabe, assim, perguntar se se deve abandonar o termo “construção partitiva” como etiqueta gramatical, ou definir as estruturas que se podem considerar partitivas. Uma hipótese consiste em usar esse termo para a quantificação de medição relativa, envolvendo ou não a consideração de relações de ordem. Nessas construções é bem evidente a consideração de uma parte constituinte de

uma entidade que noutras construções é tida como um todo uno. Contudo, a simples insistência numa relação parte-todo implica que se considerem também outras construções em que é igualmente isolada uma parte constituinte de um indivíduo, embora o processo de quantificação presente em tais construções seja diferente. É o caso, por exemplo, da frase (105):

(105) Chegou metade da equipa.

Nesta frase, é identificada uma parte constituinte de um outro indivíduo. Contudo, o processo de quantificação envolvido é, em última análise, de contagem e não de medição, visto que é identificado um conjunto de indivíduos simples, membros da equipa em questão.

Segundo creio, um estudo que vise uma definição rigorosa das estruturas que pode fazer sentido designar por “construção partitiva” deverá ter em conta quer os casos de quantificação de medição relativa, quer estruturas análogas a (105) e, possivelmente, ainda outros tipos de construções. A continuar a usar-se o termo “construção partitiva”, tal estudo é, sem dúvida, necessário, face à claramente excessiva variedade de estruturas que a expressão tem abrangido.

Por ora, fará mais sentido procurar um tratamento semântico para as construções a que se tem chamado “partitivas” no quadro da distinção entre processos de quantificação nominal de contagem e de medição, proposto por Peres (1992).

Rui Pedro Ribeiro Marques é Assistente Estagiário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Departamento de Linguística Geral e Românica, onde tem leccionado as cadeiras de Metodologia do Trabalho Científico, de Sistemas Formais e de Semântica Geral. Encontra-se presentemente a conduzir a parte escolar de um Mestrado em Linguística, orientando-se para a elaboração de uma tese no domínio dos processos inferenciais em língua natural.

Referências bibliográficas

- BUNT, H. C. (1985) — *Mass Terms and Model-Theoretic Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GREVISSE, M (1969) — *Le Bon Usage. Grammaire Française avec des Remarques sur la Langue Française d'aujourd'hui*, 9ª ed. rev., Duculot / Hatier, Gembloux / Paris.
- LADUSAW, W. A. (1982) — “Semantic Constraints on the English Partitive Construction”, in D. P. Flickinger, M. Macken e N. Wiegand (eds.) — *Proceedings of the First West Coast Conference on Formal Linguistics*, Stanford University.
- LEONARD, H. S.; GOODMAN, N. (1940) — “The calculus of individuals and its uses”, in *Journal of symbolic logic* 5, pp. 45-55.
- LESNIEWSKI, S. (1929) — “Grundzüge eines neuen Systems der Grundlagen der Mathematik”, in *Fundamenta mathematicae* 14, pp. 1-81.
- LINK, G. (1983) — “The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms: A Lattice-Theoretical Approach”, in R. Baeuerle, C. Schwartz e A. von Stechow (eds.) — *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlin, de Gruyter.
- LOPES, O. (1971) — *Gramática Simbólica do Português, um Esboço*, 2ª ed. corr., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, R. R. (1992) — “Sobre o Conceito de Construção Partitiva”, in *Cadernos de Semântica*, 2, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA I. (1989) — *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho.
- MEULEN, A. ter (1980) — *Substances, Quantities and Individuals — a Study in the Formal Semantics of Mass Terms*, Indiana, Indiana University Club.
- MILNER, J.-C. (1978) — *De la Syntaxe à l'Interprétation. Quantités. Insultes, Exclamations*, Paris, Seuil.
- PELLETIER, F. J. (ed.) (1979) — *Mass Terms: Some Philosophical Problems*, Dordrecht, D. Reidel.

Discursos

- PERES, J. (1990) — “Constraints on the Notion of Partitive Construction”, Eurotra Annual Workshop 1990, Noordwijk, Holanda.
- PERES, J. (1991) — “Issues on Distributive and Collective Readings”, comun. apresentada ao *Seminar on Plurals*, Universidade de Tubinga, Dez. de 1991, in *Cadernos de Semântica*, 4, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.
- PERES, J. A. (1992) — “Questões de Referência Nominal”, *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PERES, J. A.; BRANCO, A. H. (1989) — “O Todo e as Suas Partes como Objectos de Referência”, in *Actas do 5º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. (1985) — *A Grammar of Contemporary English*, London, Longman.

Sobre a Referência Nominal Genérica

1. Introdução

Num número temático dedicado a questões de semântica nominal, parece pertinente incluir uma reflexão sobre as estruturas nominais que, em certa literatura especializada, têm vindo a ser designadas por sintagmas nominais (SN's) genéricos. E isto porque convém sublinhar que a denotação das estruturas nominais não se reduz a conjuntos de entidades ou a quantidades de matéria, podendo envolver entidades de estrutura ontológica bem mais complexa.

Neste artigo, proponho-me desenvolver algumas considerações preliminares no sentido de enquadrar e justificar a investigação que tem vindo a ser desenvolvida sobre a genericidade nominal, nomeadamente a partir do trabalho de Carlson (1977). Seguidamente, abordarei as diferentes construções ou estruturas nominais que em Português admitem uma interpretação genérica. Dado que tais estruturas não se encontram em variação livre, procurarei delimitar as respectivas restrições distribucionais. Seleccionei como parâmetros condicionadores dessas restrições distribucionais a função sintáctica dos SN's, o tipo de predicados que ocorrem na frase e os valores temporo-aspectuais da predicação. Farei ainda uma breve referência às propriedades inferenciais das estruturas nominais em apreço, quando inseridas em frases genéricas, isto é, frases cujo valor de verdade não é calculado em função de uma localização temporal específica.

2. Um ponto de partida: a proposta de Carlson (1977)

Atente-se nas expressões sublinhadas nas frases seguintes:

- (1) Os castores constroem barragens.
- (2) O homem pisou a Lua em 1969.
- (3) Um pássaro voa.
- (4) Adoro cães.
- (5) Aos gatos, dá-se qualquer tipo de comida.
- (6) É bom partilhar o tempo com as crianças.
- (7) O lince corre perigo de extinção.
- (8) Os trasmontanos são reservados.

Intuitivamente, qualquer falante/ouvinte nativo do português sabe que os SN's sublinhados não designam um indivíduo ou um grupo de indivíduos específicos, ancorados num intervalo de tempo e num espaço determinados. Na esteira da proposta de Carlson (1977), diremos que SN's deste tipo remetem para espécies, deixando em aberto a questão problemática e complexa da caracterização ontológica destas entidades. Estamos, pois, perante SN's denotadores de espécies, também muitas vezes designados por SN's genéricos (ou genericamente interpretados). Note-se que, quando se utiliza, em semântica, o termo "espécie", não se tem em mente apenas as chamadas "espécies naturais" (por exemplo, homens e cães), mas também as "espécies nominais", discursivamente construídas (pediatras, barcos à vela, etc.)¹.

A reflexão sobre as estruturas nominais denotadoras de espécies, que remonta ao trabalho de Carlson acima mencionado, desenvolveu-se, essencialmente, a partir da constatação de que a semântica formal não estava apetrechada para definir o tipo de entidades envolvidas na denotação dos SN's

¹ Utiliza-se frequentemente o termo "subespécie" para designar a entidade referida por um SN genericamente interpretado com a configuração *Det.+N+Modificador*, podendo o modificador ser um sintagma adjetival, um sintagma preposicional ou uma oração relativa restritiva.

que recebem uma leitura genérica. Ao tentar representar semanticamente a denotação de tais SN's — em Inglês, nomes plurais sem determinante, "bare plurals" genericamente interpretados, como o que ocorre na frase *dogs bark* —, Carlson verificou que as tradicionais representações em termos de conjuntos definidos extensionalmente se revelavam inadequadas. De facto,



optar por uma representação extensional implicaria considerar que os SN's em questão são expressões quantificadas; assim, tornar-se-ia necessário encontrar um quantificador apropriado, que traduzisse as condições de verdade das frases em que tais estruturas nominais ocorrem. Ora acontece que se assiste a uma considerável flutuação das condições de verdade dessas frases, em função das características lexicais dos respectivos predicados e do nosso conhecimento do mundo. Com efeito, basta confrontar os exemplos que se seguem para confirmar essa disparidade de condições de verdade:

- (9) Os cães são mamíferos.
- (10) Os pássaros cantam.
- (11) Os franceses comem carne de cavalo.
- (12) Os mosquitos transmitem o paracémio que provoca a febre amarela. (Carlson, 1977)
- (13) As abelhas são sexualmente estéreis. (Carlson, 1977)

Em (9), o quantificador apropriado seria o quantificador universal (*todos os cães são mamíferos*), já que a denotação de *cão* é um subconjunto da denotação de *mamíferos*; em (10), uma paráfrase aceitável seria *a maior parte dos pássaros canta*; em (11), basta que uma percentagem significativa de franceses satisfaça o predicado *comer carne de cavalo* para que a frase possa considerar-se verdadeira (note-se, de passagem, o carácter vago da quantificação expressa pelo sintagma *uma percentagem significativa*); no exemplo (12), o quantificador *a maior parte de* é demasiado forte, pois basta que o predicado se aplique a uma pequena percentagem de mosquitos para que a frase possa

considerar-se verdadeira; quanto ao exemplo (13), o quantificador *a maior parte de* revela-se demasiado fraco, já que no conjunto de todas as abelhas só a rainha e o zângão não verificam o predicado em questão. Assim sendo, a semântica teria de reflectir a dependência do quantificador relativamente ao predicado, o que acarretaria pesados custos ao nível da homogeneidade e da coerência das representações formais.

Por outro lado, Carlson verificou que determinados predicados só são compatíveis com SN's genericamente interpretados, não podendo co-ocorrer com estruturas nominais que envolvem na sua denotação conjuntos de indivíduos. Vejam-se os exemplos seguintes:

(14) Os lincos são numerosos / estão em vias de extinção.

(14') *Alguns lincos são numerosos / estão em vias de extinção.

Se a denotação dos dois SN's fosse do mesmo tipo, isto é, se ambos pudessem ser semanticamente representados em termos de conjuntos definidos extensionalmente, deveria haver compatibilidade de predicados, o que não se verifica.

Face às dificuldades encontradas, Carlson encara a possibilidade de representar em termos de objecto intensional a entidade envolvida na denotação dos SN's genéricos (*cães*, nesta perspectiva, denotaria a propriedade de ser um cão). No entanto, também esta solução acaba por ser abandonada, já que a distribuição dos termos que denotam propriedades não coincide com a dos SN's genericamente interpretados. Com efeito, no contexto *X é uma propriedade*, a posição de X só pode ser preenchida por expressões como *a beleza* ou *a inteligência*, mas não por *cães*.

Constatada a inadequação dos dois tipos de representação — extensional e intensional —, e tendo em conta que os 'bare plurals' genericamente interpretados têm, quanto a questões de anáfora e de escopo, um comportamento idêntico ao dos nomes próprios que denotam indivíduos, Carlson opta por redefinir as entidades básicas do domínio semântico, operando assim uma inovação de carácter ontológico: o domínio passa a conter **objects** (denota-

dos por nomes próprios ou por descrições definidas — *o João, a Torre dos Clérigos, o meu primo*) e *espécies* (que são, em Inglês, a denotação dos “bare plurals”), ambos concebidos como indivíduos atemporais que se “realizam” através de instâncias ou *fases* (“stages”) ancoradas no tempo e no espaço. O que diferencia as espécies dos objectos é o facto de estes últimos não poderem ser realizados por fases que ocupem lugares distintos num dado momento; por outras palavras, a espécie é uma entidade que pode ter fases múltiplas e simultâneas em localizações distintas, no mesmo mundo. Na semântica de Carlson, o domínio de interpretação dos predicados é também tripartido: predicados como *correr perigo de extinção* só se aplicam a *espécies*; predicados como *inteligente*, que denotam propriedades relativamente estáveis, aplicam-se basicamente a entidades do nível *objecto*; predicados como *triste*, que denotam propriedades transitórias, aplicam-se basicamente a *fases*.

Esta redefinição do domínio semântico configura também uma proposta sobre a ontologia subjacente à categorização da experiência do real expressa pelas línguas naturais. Importa reter, creio, que os SN’s genéricos funcionam como uma espécie de nomes próprios que identificam as entidades abstractas para que remetem. Concebida como entidade que se realiza através de um conjunto aberto de membros, a espécie não é definida em termos quantitacionais. Talvez se possa acrescentar que na definição desta entidade terá de ser convocado um feixe de propriedades: propriedades essenciais comuns a todos os membros que realizam a espécie, propriedades prototípicas que correspondem às propriedades disposicionais dos membros típicos da espécie e ainda propriedades que não se aplicam aos membros mas apenas a essa entidade de uma ordem superior, cuja caracterização implica um maior grau de abstracção e de complexidade conceptual².

² Trata-se de uma hipótese que me foi sugerida por João Peres (c.p.) e que se encontra também em Heyer (1988).

3. Denotadores de espécie em português

3.1. *Diversidade das construções nominais*

Em Português, as estruturas nominais que permitem referir espécies são, basicamente, os SN's introduzidos pelos artigos *o*, *os* e *um*, como se comprova pelas frases (1)-(8). A impossibilidade de submeter qualquer uma dessas frases a uma interrogativa de instanciação onde ocorram os morfemas *qual* ou *quais*, salvo em contextos especiais, prova-nos que os respectivos SN's não designam, de facto, objectos específicos, temporalmente situados:

- (1) Os castores constroem barragens.
*Quais?
- (2) O homem pisou a Lua em 1969.
*Qual?
- (4) Adoro cães.
*Quais?
- (6) É bom partilhar o tempo com as crianças.
*Com quais?

Para além dos SN's referidos, é ainda possível, em Português, fazer referência a espécies através de SN's desprovidos de determinantes, no singular ou no plural. Em posição de Sujeito e em frases não marcadas, estes últimos SN's sofrem restrições de ocorrência de natureza pragmática, pois só se utilizam no contexto proverbial ou aforístico e nos títulos de textos de imprensa:

- (15) Homem reina, mulher governa.
- (16) Lince/linces em vias de extinção

Em construções de tópico pendente e de deslocação à esquerda de tópicos pendentes, é frequente a ocorrência de nomes plurais sem determinante a funcionar como denotadores de espécies:

- (17) Por falar em gatos, não te esqueças de comprar a coleira.
- (18) Políticos, não te fies no que dizem!

3.2. Restrições distribucionais

As estruturas nominais assinaladas não se encontram em variação livre. Há restrições distribucionais que são basicamente determinadas pela função sintáctica do SN, pelo tipo de predicado seleccionado e pelo valor temporo-aspectual da predicação, parâmetros que muitas vezes operam de forma conjugada.

3.2.1. Restrições determinadas pela função sintáctica

Parece-me que a configuração sintáctica *um N* não se presta, em português, a uma interpretação genérica quando ocorre em posição de Objecto Directo (OD) e de Oblíquo (OBL), contextos exemplificados em (19) e (20), respectivamente:

- (19) *O João adora um gato.
- (20) *O progresso depende cada vez mais de um computador³.

Relativamente à estrutura nominal *o N*, parece-me que admite mais facilmente uma leitura genérica quando ocorre em posição de OD no interior

³ Compare-se (20) com o exemplo de Peres (1992): *o progresso depende cada vez mais dos computadores*.

de frases cujo SN Sujeito tem um valor semântico indeterminado; nos casos em que o SN Sujeito envolve na sua denotação um indivíduo definido ou específico, tal leitura não é processada de forma automática e intuitiva:

(21) É urgente proteger o lince.

(22) ?O Pedro adora o lince.

Em (21), o SN Sujeito da infinitiva não flexionada é uma categoria vazia (PRO), semanticamente indeterminada e não delimitada ("unbounded"), e o SN OD selecciona facilmente uma leitura genérica. A frase (22) é ambígua: embora possível, a leitura genérica do OD é dificultada pela denotação específica do SN *o Pedro*; o SN *o lince*, neste caso, é lido preferencialmente como uma descrição definida, pelo que a interpretação específica se sobrepõe, a meu ver, à interpretação genérica.

3.2.2. Restrições determinadas pelo tipo de predicado

Em determinados contextos, as estruturas nominais *os N's*, *o N* e *um N* são comutáveis, sem que se anule a interpretação genérica, como a seguir se exemplifica:

(1) Os castores constroem barragens.

(1') O castor constrói barragens.

(1'') Um castor constrói barragens.

No entanto, tal comutação já não é possível se o predicado for de outro tipo:

(7) O lince corre perigo de extinção.

(7') Os lincees correm perigo de extinção.

(7'') *Um lince corre perigo de extinção.

A construção *um N* é incompatível com **predicados de espécie** como *correr perigo de extinção*, predicados que se aplicam exclusivamente à entidade espécie e nunca aos indivíduos que a realizam.⁴

O predicado que ocorre em (1) — *construir barragens* — é um **predicado basicamente aplicável a indivíduos**; no entanto, no quadro de uma frase genérica, sofre um processo de “elevação” semântica e passa a aplicar-se à espécie, expressando uma propriedade típica dessa entidade. O mesmo se passa com predicados como *ser inteligente* ou *ser fiel*, basicamente aplicáveis a indivíduos mas perfeitamente compatíveis com expressões denotadoras de espécies:

(23) Os cães são inteligentes/fiéis.

(23') O cão é inteligente/fiel.

(23'') Um cão é inteligente/fiel.

Verifica-se, por conseguinte, que, no contexto de uma frase genérica, quando combinadas com predicados que denotam propriedades típicas da espécie, as expressões nominais *o N*, *os N's* e *um N* são comutáveis, isto é, encontram-se em variação livre. Há, no entanto, algumas diferenças entre as frases (1) e (23), que resultam do conhecimento do mundo, largamente socializado, que é convocado nas suas interpretações. Confrontem-se as frases (24) e (25):

(24) ?Este castor constrói barragens.

(25) Este cão é inteligente.

Justamente porque expressa uma propriedade que *a priori* os membros da comunidade reconhecem como típica da espécie castores, o predicado *construir barragens* dificilmente ocorre em frases como (24), com um SN Sujei-

⁴ *Um N* pode eventualmente designar, num contexto como (7''), um tipo particular de lincas, uma subespécie, mas nunca a espécie na sua globalidade.

to que envolve, na sua denotação, um membro específico da espécie⁵. A estranheza de (24) é explicável por razões de natureza pragmática: a frase em questão expressa um “lugar comum”, isto é, não comporta informação relevante na medida em que apenas se limita a explicitar, de forma redundante, uma propriedade que a entidade designada pelo SN Sujeito herda por defeito, enquanto membro da espécie.⁶

Com o predicado *ser inteligente*, tal não se verifica, sendo a própria frase genérica em que ocorre (e não o conhecimento do mundo) que o “promove” a predicado típico da espécie; assim sendo, nada obsta a que, pragmaticamente, se aceite sem reservas a frase (25).

De qualquer modo, tanto (1) como (23) autorizam o mesmo tipo de inferências, porque ambas são frases genéricas; tanto (1) como (23) são assunções que funcionam como ponto de partida de um argumento dedutivo não-monótono, característico do raciocínio por defeito⁷. Exemplificando:

Os castores constroem barragens.

X é um castor.

Na ausência de informação contrária, conclua-se que X constrói barragens.

Porque expressam generalizações, frases como (1) e (23) admitem exceções: *os cães são inteligentes* é uma frase que continua a ser verdadeira mesmo que haja vários membros da espécie que não verifiquem o predicado em questão⁸. Esta persistência da informação genérica face a contra-exemplos

⁵ Note-se que já seria aceitável uma frase do tipo *este castor constrói barragens a um ritmo alucinante*, porque, neste caso, se introduz uma especificação informativa no plano do modo de realização do processo descrito pelo predicado.

⁶ Em termos de semântica lexical, poderíamos dizer que *construir barragens* faz parte do “estereótipo” de *castor*, entendendo-se por “estereótipo” o conhecimento semântico não especializado que o utente comum da língua associa a um determinado item lexical.

⁷ Uma lógica não monótona lida com sistemas nos quais as inferências deduzidas de um conjunto de premissas podem deixar de ser válidas se se adicionar informação a essas mesmas premissas.

⁸ A prova de que as frases genéricas admitem exceções é-nos dada pela própria argumentação em linguagem natural. Veja-se o seguinte fragmento discursivo: *os gatos são traçoeiros, mas o meu é um exemplo de fidelidade*.

resulta do facto de, nas frases genéricas, o predicado ser aplicado directamente à espécie e não, distributivamente, a cada uma das suas realizações. Noutros termos, a verdade da asserção genérica não implica que o predicado tenha que ser verificado pelo conjunto dos membros da espécie. Como afirma ter Meulen (1986), reconhecer um contra-exemplo, ou uma situação recalci-trante, pressupõe a adesão à correlação expressa pela frase genérica e o reco-nhecimento de que a situação em causa não se enquadra no padrão geral. Há, por conseguinte, uma estreita ligação entre a validade da informação veicula-da pelas frases genéricas e o tipo de inferências que elas desencadeiam, no quadro de um raciocínio não-monótono.

As expressões nominais *o N*, *os N's* e *um N* (enquanto expressões que envolvem a denotação de espécies e sendo o núcleo nominal um nome contável) estão, pois, em variação livre quando combinadas com predicados basicamente aplicáveis a indivíduos, desde que o valor temporo-aspectual da predicação seja genérico. Este tipo de frases expressa propriedades típicas da espécie e é sempre compatível com o adjunto adverbial *geralmente*. Os predicados que se aplicam exclusivamente à entidade espécie não são compa-tíveis com a estrutura nominal *um N*, como já foi afirmado, e excluem igual-mente a possibilidade de co-ocorrência com o adjunto *geralmente*:

(26) Geralmente, os castores constroem barragens.

(27) *Geralmente, os castores correm perigo de extinção.

Quanto aos predicados que, na semântica de Carlson, se consideravam basicamente aplicáveis a fases, como *triste* ou *esfomeado*, verifica-se que, em Português, se podem aplicar a espécies, desde que seja utilizado o copulativo *ser*, e não *estar*:

(28) Os cães são tristes.

(29) Os cães estão tristes.

Em (28), o SN Sujeito só admite uma leitura genérica, ao contrário do que acontece em (29), onde o mesmo SN só admite uma leitura definida e

específica. Estas leituras são determinadas pelos diferentes valores temporo-aspectuais das frases, que resultam da oposição entre *ser* e *estar*: no primeiro caso, a predicação é atemporal e expressa uma propriedade permanente ou estável da espécie; no segundo caso, a predicação é episódica e traduz uma propriedade de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos⁹.

Vejam agora como se comportam os predicados grupais — predicados que basicamente se aplicam a grupos de indivíduos —, quando se combinam com as estruturas nominais *o N*, *os N's* e *um N*:

- (30) Os contrabandistas reúnem-se em grutas¹⁰.
- (31) Os antigos estudantes de Coimbra encontram-se anualmente em jantares de curso.

Estas frases parecem expressar ainda propriedades típicas de espécies. Esta interpretação é legitimada pelo presente do indicativo, operador de genericidade por excelência, e corroborada pela ausência de quantificadores que induzam uma leitura existencial dos respectivos SN's. É claro que a representação semântica deste tipo de frase se complexifica em função do carácter grupal do predicado; no entanto, expressa-se em ambos os casos uma regularidade que envolve a espécie, e não um evento ou um estado de coisas episódico. Predicados deste tipo só co-ocorrem com a estrutura nominal *os N's*, devido justamente ao seu carácter grupal.

3.2.3. Restrições condicionadas pelo valor temporo-aspectual da predicação

Em todos os exemplos que até agora apresentei, o tempo invariavelmente seleccionado foi o presente do indicativo, com um valor atemporal. É este o tempo verbal privilegiado para a selecção de uma leitura genérica de

⁹ Sobre a oposição *ser/estar* em português, veja-se Mateus *et al.* (1989: 98-102).

¹⁰ Este exemplo foi-me sugerido por João Peres (c.p.).

um SN com uma das configurações sintáticas que têm vindo a ser analisadas. Tem-se utilizado o termo 'gnómico' para designar o valor temporo-aspectual de frases que expressam generalizações (cf. Lopes, 1971, e Mateus *et al.*, 1989). O termo visa traduzir o carácter atemporal da predicação, isto é, o facto de, dada a ausência de uma referência temporal deíctica ou anafórica, as situações descritas serem verdadeiras qualquer que seja o intervalo de tempo considerado.

No entanto, é possível interpretar como envolvendo a denotação de espécies SN's que co-ocorrem com predicados episódicos, como se verifica nos exemplos seguintes:

- (2) O homem pisou a Lua em 1969.
- (32) Os portugueses foram derrotados em Alcácer Quibir.

Estas frases descrevem situações episódicas, isto é, situações espacio-temporalmente localizadas, pelo que o seu valor de verdade só pode ser calculado em função de um índice temporal específico. No entanto, a predicação é ainda sobre a espécie na sua globalidade, já que estas frases expressam propriedades contingentes da espécie denotada pelos respectivos SN's Sujeito.

Com predicados episódicos, a estrutura *um N* nunca é interpretada genericamente:

- (33) *Um homem pisou a Lua em 1969¹¹

Em (33), o predicado episódico restringe automaticamente a referência do SN Sujeito a um membro da espécie; por outras palavras, o predicado

¹¹ Numa frase como *um castor foi introduzido na Alsácia em 1934* (Kleiber, 1987), *um castor* pode eventualmente ser interpretado como denotando um tipo de castores, mas nunca a espécie na sua globalidade. De qualquer forma, essa interpretação implicaria, a meu ver, um desenvolvimento discursivo do tipo: *referimo-nos ao castor polar*.

induz uma leitura existencial do SN, pois delimita uma extensão num intervalo de tempo, reforçando assim o valor do quantificador *um*.

Face aos exemplos (2) e (32), torna-se necessário estabelecer claramente uma distinção entre SN's genéricos e frases genéricas: os primeiros são expressões que envolvem a denotação de espécies e podem ocorrer quer em frases genéricas, quer em frases episódicas. As frases genéricas são aquelas cujo valor de verdade não é calculado em função de um índice temporal específico: o estado de coisas descrito é verdadeiro em todos os sub-intervalos de um intervalo de tempo aberto, sem fronteiras delimitadas. Para além desta caracterização em termos de condições de verdade, deve acrescentar-se que as frases genéricas, como acima se referiu, expressam assunções que autorizam inferências dedutivas não-monótonas. O operador por excelência da genericidade, em Português, é o presente do indicativo. É inegável que estas frases constituem o contexto paradigmático de selecção de uma leitura genérica dos SN's introduzidos pelos artigos *o*, *os* e *um*. A ocorrência de um predicado com um valor episódico bloqueia, na maior parte dos casos, uma interpretação genérica dos SN's que ocorrem na frase, uma vez que delimita a sua extensão. É o que acontece na frase (34), onde o pretérito perfeito induz automaticamente uma leitura existencial do SN Sujeito:

(34) Os estudantes boicotaram a reunião do Senado.

No entanto, em (2) e (32) parece-me que há razões de natureza pragmática que interferem de modo crucial na selecção da leitura genérica dos respectivos SN's Sujeito: a relevância informativa de ambas as frases implica que a interpretação referencial dos SN's não sofra qualquer restrição especificadora em termos de delimitação espaço-temporal. O predicado ocorre num tempo passado porque se descrevem eventos datados; porém, trata-se de eventos que afectam a espécie, marcando momentos decisivos da sua história.

A oposição entre predicados episódicos e não-episódicos recobre em parte a oposição aspectual [\pm durativo]: um predicado episódico é [- durativo], pois expressa propriedades e relações transitórias, espaço-temporalmente

delimitadas; um predicado não-episódico é [+durativo], pois expressa propriedades permanentes, ou, pelo menos, estáveis, de uma dada entidade. O valor aspectual [-durativo] parece bloquear sistematicamente a leitura genérica de um SN indefinido (cf. exemplo (33))¹².

Neste parágrafo cabe ainda uma breve referência à distribuição dos SN's genericamente interpretados em frases com um valor aspectual progressivo. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (35) Os lincos estão a desaparecer.
- (36) O homem está a esquecer o valor da solidariedade.
- (37) *Um homem está a esquecer o valor da solidariedade.

Só os SN's com a configuração *o N* e *os N's* admitem uma leitura genérica quando combinados com uma expressão predicativa com um valor aspectual progressivo. As frases (35) e (36) expressam uma mudança gradual que afecta a espécie, focalizando a fase preparatória de um processo ainda não culminado.

3.3. Considerações finais

Neste artigo, só analisámos SN's cujo núcleo é um nome tradicionalmente considerado contável. No entanto, talvez seja possível um tratamento semântico idêntico de SN's cujo núcleo é um nome massivo. Se se admitir que um nome massivo como *água* remete para uma substância ou para uma entidade contínua que se "realiza" através de todas as quantidades ou porções de matéria a que se aplica o predicado *ser água*, podemos facilmente admitir que essa entidade é algo próximo de uma espécie. Assim, na frase (38), o SN Sujeito envolveria, na sua denotação, a referência a uma espécie:

- (38) A água é indispensável à vida.

¹² O papel desta oposição aspectual na selecção de leituras dos SN's foi já assinalado por Peres, 1991.

É claro que, devido à classe referencial do nome que constitui o núcleo do SN Sujeito em (38), só a configuração sintáctica *o N* viabiliza uma leitura genérica desse mesmo SN:

(39) *Uma água é indispensável à vida.

(40) *As águas são indispensáveis à vida.

Relativamente aos SN's construídos em torno de um nome contável, verificou-se, ao longo deste texto, que a estrutura *um N* era, indubitavelmente, aquela que sofria restrições distribucionais mais acentuadas. O que se verifica em Português verifica-se também noutras línguas (cf. Kleiber e Lazzaro, 1987; Carlson, 1977; Burton-Roberts, 1976; Dahl, 1975). Nos contextos em que um SN indefinido singular em função de Sujeito funciona como denotador de espécie, é sempre possível a inserção da expressão *enquanto tal*. Observem-se as frases (41) e (42):

(41) Um castor constrói barragens.

(41') Um castor, enquanto tal, constrói barragens.

(42) Um castor construiu barragens.

(42') *Um castor, enquanto tal, construiu barragens.

Encontram-se, por vezes, frases genéricas com um SN Sujeito introduzido não pelo artigo indefinido *um*, mas pelo numeral cardinal *um*:

(43) Uma andorinha não faz Verão.

Em (43), a entidade envolvida na denotação do SN Sujeito não é a espécie "andorinhas"¹³; a frase diz-nos que não há um único conjunto singular de andorinhas que faça Verão. A compatibilidade do SN com o advérbio *só*

¹³ Quando muito, e na sequência da proposta de Hoeksema (1983), poder-se-ia considerar que a construção numeral em causa denota o conjunto de todos os conjuntos singulares de andorinhas existentes no universo de referência.

mostra-nos que se expressa, de facto, a unidade cardinal. Confrontem-se as frases (44) e (45):

(44) Uma só andorinha não faz Verão.

(45) *Um só castor constrói barragens.

Por isso mesmo, a frase (46) não nos oferece uma paráfrase aceitável de (43):

(46) *Uma andorinha, enquanto tal, não faz Verão.

Nestas considerações finais sobre os SN's indefinidos e interpretação genérica, há que mencionar o facto de eles serem, a meu ver, preferencialmente seleccionados em frases que comportam uma modalização deontica, implícita ou explícita:

(47) Um homem não chora.

(48) Um menino bem educado não deve fazer birras.

Estas frases encerram um valor normativo, na medida em que veiculam uma regra de ordem comportamental. O operador modal cria um contexto intensional que legitima uma interpretação genérica dos respectivos SN's Sujeito.

Uma análise semântica rigorosa das estruturas nominais que funcionam como denotadores de espécies em Português pode vir a ser proficuamente aplicada no campo da tradução automática. Com efeito, é necessário estudar e descrever cada língua natural tendo em conta as suas idiossincrasias, para num momento seguinte se poderem estabelecer comparações e correspondências entre diversas línguas, no sentido de tornar minimamente viável uma eventual tradução automática. Importa, pois, acentuar, nesta perspectiva, quais os contextos que, em português e para cada estrutura nominal, induzem de forma inequívoca uma leitura genérica, e apontar também os casos de ambiguidade entre leitura genérica e leitura existencial, fazendo posteriormente um

levantamento das discrepâncias entre o português e outras línguas (cf. Peres, 1991, para uma análise comparativa entre o Português, o Alemão e o Inglês).

Uma outra via interessante de investigação oferecida pela análise das estruturas genéricas está estreitamente relacionada com o estudo das inferências que essas estruturas autorizam. É frequente a interpretação 'hiperbólica' de frases como a que ocorre no exemplo (8), aqui reproduzido como (49):

(49) Os trasmontanos são reservados.

Tal valor hiperbólico advém do facto de se atribuir muitas vezes uma leitura universal a frases deste tipo, parafraseável por (49'):

(49') Todos os trasmontanos são reservados.

Julgo que se trata de uma quantificação inferida, isto é, a informação relativa à quantidade de indivíduos envolvidos é dada apenas por via inferencial. Tal leitura emerge em função de uma estratégia dedutiva não-monótona, que envolve raciocínio por defeito: se a propriedade asserida à verdadeira relativamente à espécie, isso significa, na ausência de informações contrárias, que todos os membros que realizam a espécie verificam essa propriedade.

É justamente devido às suas potencialidades inferenciais que as frases genéricas são recorrentemente utilizadas na argumentação, para garantir ou justificar a transição das premissas para as conclusões. Veja-se o exemplo (50):

(50) O Paulo é ingénuo porque é adolescente.

Estamos perante um esquema argumentativo defectivo, que podemos reconstituir explicitando a premissa implícita:

(51) Os adolescentes são ingénuos.

O Paulo é adolescente.

Logo, o Paulo é ingénuo.

A conexão causal instituída entre as duas proposições em (50) baseia-se na assunção genérica explicitada em (51); é a partir desta assunção que se constrói a dedução plausível, típica do raciocínio por defeito, que está subjacente à asserção (50)¹⁴.

Parece, pois, interessante articular os processos inferências associados às estruturas genéricas com os diversos tipos de esquemas argumentativos utilizados na interação coloquial quotidiana.

¹⁴ O valor preditivo frequentemente associado às frases genéricas advém ainda das suas propriedades inferenciais.

Referências bibliográficas

- CARLSON, G. (1977) – *Reference to Kinds in English*, diss. de dout., Univ. de Massachusetts, Amherst.
- BURTON-ROBERTS, N. (1976) – “On the Generic Indefinite Article”, in *Language*, vol. 52, 2, pp. 427-448.
- DAHL, O. (1975) – “On Generics”, in Keenan (ed.) – *Formal Semantics of Natural Language*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 99-111.
- HEYER, G. (1988) – “Generic Generalizations, Discourse Representation Structures and Knowledge Representation”, in J. Hoepelman (ed.) – *Representation and Reasoning*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 153-164.
- HOEKSEMA, J. (1983) – “Plurality and Conjunction”, in ter Meulen (ed.) – *Studies in Model-theoretic Semantics*, Dordrecht, Foris, pp. 63-83.
- KLEIBER, G.; LAZZARO, H. (1987) – “Qu’est-ce qu’un Syntagme Nominal Générique?”, in Kleiber (ed.) – *Rencontre(s) avec la Généricité*, Paris, Klincksieck, pp. 73-111.
- LOPES, O. (1971) – *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATEUS, M.H.M. et al. (1989) – *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho.
- MEULEN, A. ter (1986) – “Generic Information, Conditional Contexts and Constraints”, in Traugott et al. (eds.) – *On Conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 123-146.
- PERES, J. (1991) – “Translating Quantifiers in a MT Multilingual Environment”, in *Le Langage et l’Homme*, XXVI, 4, pp. 263-271.
- PERES, J. (1992) – “Questões de Referência Nominal”, in *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTO DE TRABALHO

A Imagem (I)Material: notas sobre a video-poesia de Ernesto M. de Melo e Castro

Dizia um gramático indiano a um barqueiro: "Você sabe gramática?" E como o barqueiro tivesse respondido que não, o gramático retorquiu: "Você perdeu a metade de sua vida." Quando a canoa virou, o barqueiro perguntou ao gramático: "Você sabe nadar?" E tendo o gramático respondido negativamente, o barqueiro disse: "Então você perdeu a vida inteira." (Eco. *Apud* Helbo, 1980: 36).

Jânus e o conceito de signo vêm sendo identificados *ad nauseam* em muito escrito teórico de semiótica ou qualquer método (tal como a psicanálise) derivado das noções básicas de semióse. É já lugar-comum dizer-se que o signo aponta nessa e naquela direção, e que se pode dizer dele ao mesmo tempo o que se pode e o que não se pode dizer dele. O que não se diz muito é que esse Jânus não tem duas faces, mas três: além de apontar para isso ou aquilo, ele é, em si mesmo, um isso, uma entidade e, portanto, uma identidade. Em outras palavras, além de falar de algo para alguém, ele se mostra e se dá a (des)conhecer.

Ao se mostrar, ele põe em evidência a sua qualidade material (que é o que faz dele aquele signo particular). Naturalmente, a qualidade material de um signo fica muito mais visível quando se trata de um ícone. Um símbolo (a palavra, por exemplo), tende a escamotear esses seus aspectos, na medida em que se funda numa relação legisladora de seu interpretante e, conseqüente-

mente, de seu objeto. Por isso mesmo, tende a delimitar, ou sobredeterminar, esse objeto: o intérprete desliza imediatamente para o objeto e não atenta para o signo *qua* signo.

Daí dizer-se que o simbólico se presta às narrativas e ao texto não-poético ou não-literário (na medida em que presta atenção à informação). Em contrapartida, o poético deverá servir-se dos signos predominantemente icônicos. Disse Sartre, já em 1967:

Na falta de poder servir-se disso como signo de um aspecto do mundo, ele [o poeta] vê na palavra a imagem dum desses aspectos. Operam-se, de imediato, importantes mudanças na economia interna da palavra, sua sonoridade, sua extensão ... sua configuração visual, compõem-lhe um rosto de carne que representa a significação antes do que a exprime. (Sartre. *Apud* Helbo, 1980: 20).

Um dos componentes do signo ao qual se deve essa funcionalidade poética é, sem dúvida, a sua qualidade material. Considera-se icônico aquele signo que tem como fundamento traços de um objeto ao qual se refere. Em outras palavras, a sua qualidade material identifica-se com a do seu relato, isto é, o referente. Como exibidor do objeto (e aqui pensa-se o signo icônico como se fundamentado exclusivamente nos critérios de semelhança), o ícone se torna a matéria — matéria prima, matéria mesmo — da poesia que busca a materialidade da letra, que quer a coisa e não o signo dela. Em suma, o nadar, e não a gramática mencionada na epígrafe.

Vale dizer que, em um certo conceito de mimese, uma estrutura é apresentada em lugar de outra, essa outra entendida como aquele estado de coisas conhecido como realidade. Aquilo que é representado, o objeto, é um referente constante. Portanto, o processo referencial consiste na apresentação de algo como se fosse aquilo que é. Nesse sentido, o poético seria a tentativa de alcançar um *é* através da estratégia de chamar um *como se de é*, quer dizer, “desprezando” (apenas em um certo sentido) o veículo, o *como se*, a fim de se concentrar na busca daquilo que se supõe que o *como se* representa.

Essa estratégia, a que poderíamos chamar de prática icônica, é o que tradicionalmente se entende como a marca primordial do discurso poético e revela, mal disfarçado entre suas dobras, o velho conceito de mimese como representação do real. Esse conceito, bem ou mal, ainda é a noção reguladora tanto de um fazer poético quanto de uma crítica, cujo esteio é o julgamento de quão bem o discurso poético (ou literário, de maneira geral) dá conta de seu objeto. Mesmo algumas correntes mais vanguardistas partem desse princípio, que se afigura inquestionável.

A exacerbação da prática icônica — isto é, uma tentativa de expressar o objeto — conduziu, por exemplo, à poesia concreta. Diz muito bem Melo e Castro, referindo-se ao grupo Noigandres:

[A] poesia de vanguarda representa, em determinado momento, um radicalismo em relação à linguagem. E, quais são as raízes da linguagem? As raízes da linguagem são obviamente a experiência humana. (Castro, 1981: 42).

Entretanto, assim como a gramática supõe uma prática lingüística, a natação supõe uma estruturação simbólica superordenada a ela e que dita ao nadador que movimentos fazer e como e quando fazê-los. Além do mais, o ícone, tanto quanto o símbolo (cada um a seu modo peculiar, bem entendido), tem a função semiótica de remeter a um objeto (na epígrafe, a vida perdida pela metade ou por inteiro). Dessa maneira, a poesia concreta acaba por se deparar com o paradoxo do símbolo a comandar a expressão icônica centrada no objeto.

Ora, o símbolo tem como efeito o distanciamento da coisa, na medida em que promove o dizer sobre ela. Ao emergir novamente, o símbolo revela que tudo não passa de um embuste e que, afinal, tudo se reduz a signos. A possibilidade da mimese como espelho do real se estilhaça e, ao se quebrar, frustra o objetivo primordial de atingir a coisa. (Pinto, 1988).

Ora, se o fazer da palavra um objeto produz esse resultado, por que não assumir o embuste e ostentar o carácter de signo, de imagem, que a palavra pode ter? Ao se mostrar, o signo tanto pode exibir seu objeto (e assim, ser

ícone) ou exibir-se a si mesmo, obscurecendo seu objeto (e assim, ser mero qualissigno, um signo de uma qualidade). Por que não procurar dessacralizar o caráter simbólico da palavra veiculado pelo esforço de iconização, deslocar sua fixidez de coisa escrita e torná-la mera matéria plástica, desvinculada do papel, seu veículo ordinário? Por que não fazer dela, não uma palavra, mas um simulacro, um signo de palavra, uma imagem de palavra que não precisa, necessariamente, referir-se a um objeto, ou cujo objeto é, no máximo, a palavra da qual ela é imagem? Por que, afinal, não abolir essa mimese binária e limitada?

Entende-se aqui como marca de simulacro a inexistência de um objeto para um dado signo, que aponta apenas para si mesmo, como se fosse “um buraco negro. Assim como os buracos negros astronômicos absorvem a luz, o simulacro absorve o objeto e deixa o observador com a ambígua sensação de hiper- e hipo-realidade. Quer dizer, o simulacro emerge como um *como se*, isto é, ele é como se fosse um *como se*, não como se fosse um *é*. O ser da coisa fica assim obscurecido, o artifício se torna o objeto, e a ordem de coisas a que se costuma chamar de realidade perde os seus contornos para se tornar signo.

Essa segunda estratégia, assim como a primeira, é sugerida também pela noção de signo. Em outras palavras, se o foco de atenção é o objeto, teremos a estratégia “tradicional”, e se o objeto é o signo, teremos um interpretante diverso a ser gerado. Esse parece ser o projeto da video-poesia de Ernesto M. de Melo e Castro¹: questionar a inquestionabilidade da mimese e propor a ruptura final com a referência explícita ao objeto através da retirada do signo, se icônico ou não, não mais importa, da isotopia referencial para, assim, fazê-lo exibir seu caráter de primeiridade dentro da relação *sígnica*.

A praxis da video-poesia opera a inclusão da palavra no universo da computação gráfica e do video produzido por computador. O efeito é o de diluir, em muito, seu caráter de símbolo que, uma vez escrito, permanece inscrito naquele lugar (que é o que se dá na escrita tradicional). A cor, a movimentação da palavra na tela, sua quebra, sua interação dinâmica com

¹ Programa SIGNAGENS. Produção IPED e Universidade Aberta, Lisboa, 1985 a 1989.

outras, seu entrelaçamento com outras imagens visuais e acústicas, a sua multiplicação pelo uso de vários aparelhos de TV simultaneamente no momento da exibição, tudo isso faz por distanciar o significante de um significado, ou quase anular o caráter objetivo da palavra, tornando-a mais passível de interpretantes múltiplos.

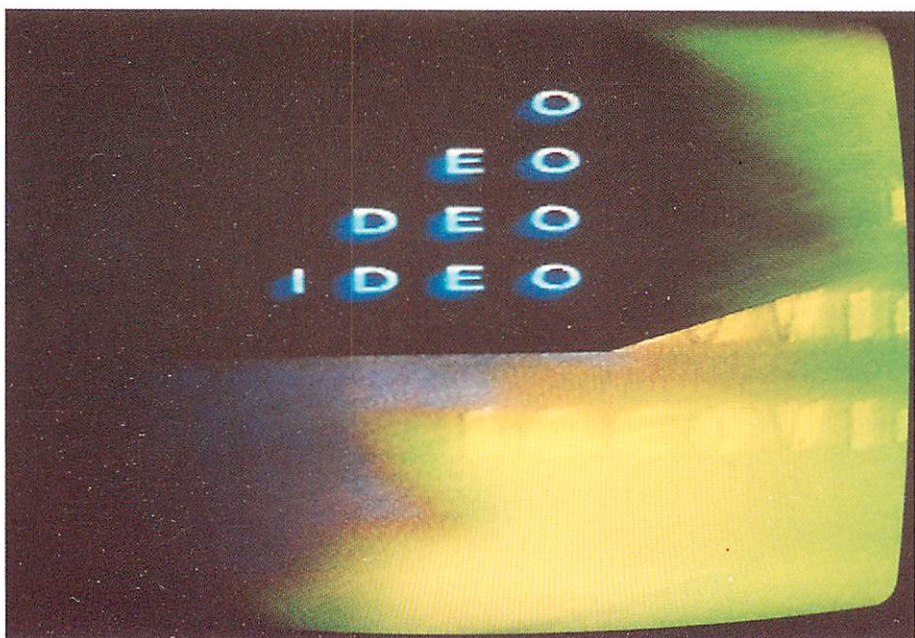
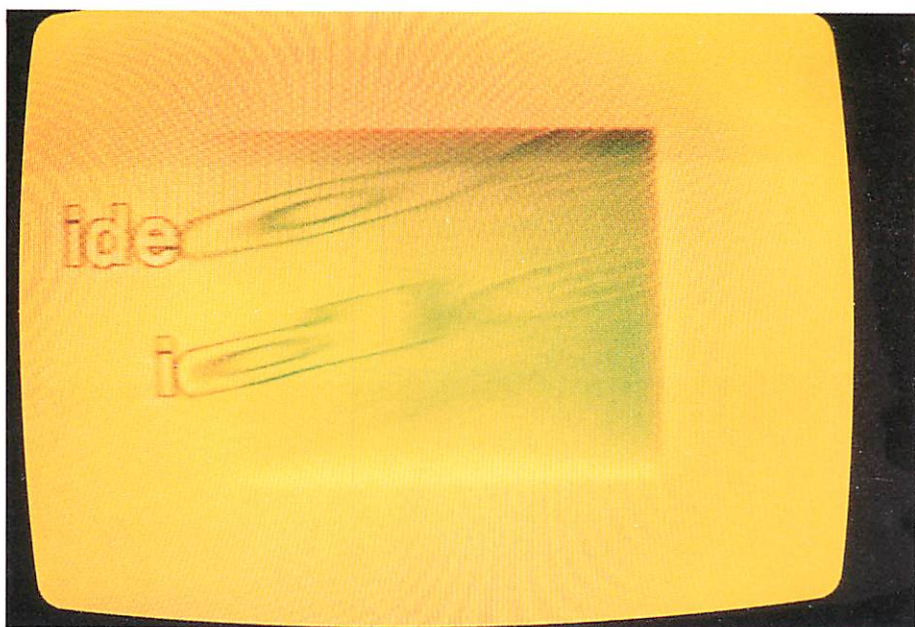
Assim, paradoxalmente, quem sabe, ela, na sua imaterialidade, fica mais próxima do *continuum* informacional a que se costuma chamar de real, de vez que seus limites semânticos ficam muito menos claros com a sua “desobjetificação”

Trata-se, portanto, de realizar a representação em vez de representar a realidade. Isso faz com que a representação seja uma orgia, uma profusão de signos dissociados de seus objetos, num tipo de relação representacional que não se ancora em arranjos simbólicos além daqueles produzidos por suas próprias necessidades internas.

A video-poesia de Ernesto M. de Melo e Castro busca, dessa maneira, transcender a mimese essencialista através do emprego da imagem. Essa poesia sabe que não se pode pensar a imagem somente como representação do objeto (de resto, não se pode fazer isso com signo algum). Considerar a imagem desse único ponto de vista é sucumbir a uma forma sutil de estruturalismo binário *signum vs. signatum*), porque a noção de imagem não está fixada a nenhuma dessas extremidades.

Pensar a imagem como uma tendência para a coisa é considerar apenas uma de suas possibilidades, a do pensamento simbólico. Pensar a imagem imagisticamente, contudo, é vê-la como um terceiro, é atentar para o fato de ela ser o fundamento da relação de representação, a sua qualidade (i)material, que nos faz (des)conhecer o objeto porque ela tem a ver principalmente consigo mesma.

Júlio Pinto é Professor de Teoria Semiótica e Semiótica dos Meios Audiovisuais no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em Literatura Comparada e estudioso da linguagem da Video-poesia é também autor de *The Reading of Time* e de *1, 2, 3 da Semiótica*.



E.M. de Melo e Castro – videogramas do videopoema IDEOVIDEO, 1987



E.M. de Melo e Castro – videogramas do videopoema INFOGRAFITOS, 1987

Discursos

Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo (1977) – *O ser e o tempo da poesia*, São Paulo, Cultrix.
- CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de; PIGNATARI, Décio (1975) – *Teoria da poesia concreta*, São Paulo, Duas Cidades.
- CAMPOS, Haroldo de (1986) – *Ideograma*, São Paulo, Cultrix.
- CASTRO, Ernesto M. de Melo e (1976) – *Didáctica das Vanguardas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CASTRO, Ernesto M. de Melo e (1981) – *Essa crítica louca*, Lisboa, Moraes Editores.
- CASTRO, Ernesto M. de Melo e; HATHERLY, Ana (1981) – *Po-Ex; textos teóricos e documentos da poesia experimental portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores.
- DEELY, John (1986) – “Idolum. Archaeology and ontology of the iconic sign” in BOUISSAC, Paul; HERZFELD, Michael; POSNER, Roland (orgs.) – *Iconicity: Essays on the nature of culture*, Tübingen, Stauffenburg Verlag, pp. 29-49.
- DEELY, John (1990) – *Semiótica Básica* (Trad. Júlio Pinto), São Paulo, Ática.
- DOZORETZ, Jerry (1979) – “The internally real, the fictitious, and the indubitable” in *Peirce Studies*, Lubbock/Texas, Institute for Studies in Pragmaticism, pp. 77-88.
- HATHERLEY, Ana (1983) – “Acrósticos. Anagramas” in HATHERLY, Ana – *A experiência do prodígio: bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 149-218.
- HELBO, André (org.) (1980) – *Semiologia da representação; teatro, televisão, história em quadradinhos*, São Paulo, Cultrix.
- MACHADO, Arlindo (1990) – *A arte do vídeo*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- PEIRCE, Charles S. (1935-53) – *Collected Papers* (Ed. HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul), Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 8 vols.
- PEIRCE, Charles S. (1977) – *Semiótica* (Trad. José Teixeira Coelho Neto), São Paulo, Perspectiva.
- PEIRCE, Charles S. (1982, 1984, 1986) – *Writings; a Chronological edition* (Org. FISH, Max et alii), Bloomington, Indiana University Press, 3 vols.

PINTO, Júlio (1988) – “Iconicidade e mimese em e. e. cummings” in PINTO, Júlio; SOUZA, Eneida Maria de (orgs.) – *Anais do I e II Simpósios de Literatura Comparada*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

PINTO, Júlio (1989) – *The Reading of Time; a semantico-semiotic approach*, Berlin, Mouton de Gruyter.

PINTO, Júlio (1990) – “Intensa Extensão: o tarot e a materialidade do poético” (Conferência inédita apresentada no Simpósio “Rumos da Semiótica”, Recife).

PINTO, Júlio – 1, 2, 3 *da Semiótica* (livro em preparação).

RANSDELL, Joseph (1979) – “The epistemic function of iconicity in perception” in *Peirce Studies*, Lubbock/Texas, Institute for Studies in Pragmaticism, pp. 51-66.

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

AA. VV. — *Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza (1990)*, Corunha, AGAL, 1992, 657 pp.

O livro de Actas está dividido em seis secções: crónica do Congresso; linguística e filologia (30 comunicações); língua e texto literário (13 comunicações); estudos dedicados ao Prof. Carvalho Calero (9 ensaios), homenageado a propósito do seu falecimento; sessão de encerramento e lista dos congressistas.

Destaque-se a reduzidíssima participação dos portugueses sobre este tema de raízes comuns a ambos os povos das margens do Minho. Por outro lado, destaque-se também a presença, já habitual, do linguista Eugénio Coseriu, além de Bernard Pottier ou de Yvo Peeters, perito-consultor do Conselho da Europa. Do lado brasileiro, participaram, entre outros, Gladstone Chaves de Melo e Sílvio Elia, constituindo a comunicação deste último uma peça fundamental para a reiteração (esboço histórico, argumentação, exemplificação) da ideia de pertença do galego-português ao sistema da língua portuguesa.

De resto, são tratadas temáticas como as do ensino do galego-português enquanto língua materna ou língua segunda, das orientações para a planificação linguística a nível municipal, da dinâmica popular de normalização linguística, todas muito importantes para levar por diante a adopção geral do galego-português como língua popular, culta e geral da Galiza, de norma não castelhanizada. Além destes, outros assuntos ficam registados nas Actas: o conflito linguístico em situação de multilinguismo, a garantia dos direitos linguísticos na Europa, aspectos psicológicos do bilinguismo, etc.

Anotem-se ainda os trabalhos sobre aspectos de Alexandre Herculano (a Galiza e os galegos na sua obra), Fernão Lopes, António Pedro, Álvaro Cunheiro, Nélida Pinon (a Galiza na obra da escritora brasileira descendente de galegos) ou de escritores africanos.

Trata-se, pois, de um repositório de intervenções, a juntar aos dois volumes anteriores, que não se podem desprezar, para a compreensão do processo de reintegração (e cidadania) da língua galego-portuguesa na sua respectiva comunidade internacional. (P. L.)

FRAGA, C. Carlos Morám — *O Mundo Narrativo de Álvaro Cunqueiro*, A Corunha, AGAL, 1990, 176 pp.

Álvaro Cunqueiro, um dos mais importantes escritores galegos (falecido em 1981), é objecto de um trabalho científico de assinalável qualidade. Trata-se de uma tese de licenciatura de César Carlos Morám Fraga (Universidade de Santiago, 1981), dada à estampa em 1990, pela Associação Galega da Língua. O hábil e pessoal manejo de um instrumental teórico de matriz semiótico-estrutural (procedente dos modelos de abordagem da narrativa elaborados por Barthes e Todorov), a acutilância analítica e uma escrita de grande fluência que dá gosto ler fazem desta obra uma referência obrigatória no panorama da actual crítica literária produzida na Galiza.

Constituem o *corpus* deste trabalho os romances *Merlin e família*, *As crónicas do sochantre* e *Si o vello Sinbad volvese ás illas* e ainda *Escola de menciñeiros*, *Xente de aquí e de acolá* e *Os outros feirantes* (todos escritos em galego), que, segundo o Autor, “som verdadeiramente livros de contos onde magistralmente, mediante procedimentos de alta elaboração literária, se consegue produzir no leitor a aparência de narrativa espontaneamente popular” (p. 101).

Na primeira parte do trabalho, são abordados o espaço geográfico e os seus vínculos com as personagens e com a realidade extra-literária, e ainda os contextos históricos, culturais, e outros, com o objectivo de demonstrar o modo de elaboração narrativa de Cunqueiro, que se orienta no sentido de uma *estética contrapontística*, que privilegia a intemporalidade do sonho e da fantasia, de acordo com a qual, “as elucubrações artísticas estão distorsionadas pela ironia”.

O universo mítico de Cunqueiro, cujo centro é o mundo galego (herdeiro de uma rica tradição de mitos populares), é examinado nas suas relações com um vasto intertexto mítico de origem renascentista, greco-latina, céltica e oriental.

Encerra a primeira parte do trabalho o 4.º capítulo, “Categorias agenciais”, consagrado às personagens (na sua relação com lugares, paisagens e ambientes), plasmando retratos que “som sempre emanam directa o indirecta do

ponto de vista da emissão, nessa zona onde o sonho está sempre nutrido de realidade no cerne da mente humana” (83).

Estuda o autor, na segunda parte do livro, a estrutura romanesca, detendo-se em particular na de *Merlin e família*, e dedica ainda um espaço considerável à análise do **encadeamento progressivo** do conto “Merlo de Lousadela” (de *Xente de aqui e de acolá*), em que o ritmo da enunciação narrativa reveste-se de um dinamismo ímpar.

O capítulo final apresenta uma reflexão sobre outros aspectos recorrentes no mundo narrativo de Cunheiro: o jogo temporal e a função mágica e lúdica. (C M.)

GARCEZ, Maria Helena Nery – *O Tabuleiro Antigo*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 103 pp.

Autora de estudos anteriores sobre a obra pessoana, Maria Helena Nery Garcez faz em *O Tabuleiro Antigo* uma leitura da produção poética do heterónimo Ricardo Reis, a partir de um ponto de vista que a autora defende valer também para o conjunto da obra de Fernando Pessoa.

Preside a esta leitura a ideia de que a poesia de Ricardo Reis pode e pede para ser lida como um grande e contínuo jogo entre a vida e a morte. Sustenta Maria Helena Garcez, ao longo do primeiro capítulo, que o heterónimo proclama a experiência lúdica, a atitude lúdica encontrável na infância, como a única tábua de salvação para o temor e o desespero que lhe suscitam a ordem determinista e a transitoriedade da vida.

A ilustrar esta problemática encontra-se aqui uma análise da ode “Ouvi contar que outrora, quando a Pérsia”, também conhecida pelo título “Os Jogadores de Xadrez” de onde, de resto, a autora retira o título que dá ao seu livro (“Dois jogadores de xadrez jogavam / O seu jogo contínuo. // À sombra de ampla árvore fitavam / O tabuleiro antigo”). O xadrez é o jogo emblemático por excelência já que a infinidade de relações que as peças do jogo permitem compor e a imprevisibilidade que comporta prestam-se a um paralelo no plano das

relações humanas. A autora demora-se também na metáfora do “tabuleiro antigo”, espaço primordial onde se opõem claro e escuro, razão e instinto, vida e morte, bem e mal, Deus e o seu antónimo.

A completar este livro, para além de uma bibliografia, um Apêndice intitulado “Fernando Pessoa Leitor de Mário de Sá-Carneiro”, onde a autora defende fundamentalmente que a criação heteronímica Alberto Caeiro não constituiu apenas uma “partida” ao Sá-Carneiro, como disse Pessoa, mas seria não apenas a “antítese” mas o “antídoto” que Pessoa lhe oferecia e a todos os outros “doentes” do *mal-du-siècle*. Quer dizer: responder ao Sá-Carneiro, poeta da dispersão e do tédio, com o bucólico Alberto Caeiro e a sua lição do “pasma essencial” que consiste em saber ver “a cada momento (...) a eterna novidade do Mundo”. (V. C. F.)

LARANJEIRA, J. L. Pires – *De Letra em Riste*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, 109 pp.

O Autor procura, antes de mais, chamar a atenção para a noção segundo a qual, “até se tornar um sistema nacional, uma literatura passa por fases de hesitação e de indefinição” (p. 11). Nessa ordem de ideias, deduz-se ser inevitável reconhecer às línguas africanas de expressão portuguesa (LAEP) todo um percurso histórico-literário, traduzido na elaboração de várias formulações discursivas, cujo tecido semântico e técnico-estilístico foi capaz de plasmar sentidos ideológicos particulares. O que está aqui, então, em causa é perspectivar diacronicamente essas literaturas, tendo em consideração o segmento temporal compreendido entre (sensivelmente) 1849 e o período pós-colonial. É isso que, efectivamente, Pires Laranjeira leva a cabo ao longo deste livro, de uma maneira geral.

Dessa análise, resulta um quadro estético global, susceptível de configurar cinco ‘etapas’ fundamentais que marcaram a evolução das LAEP. Assim, notar-se-á, em primeiro lugar, que as literaturas africanas (nomeadamente a angolana e a moçambicana) prestam, ao longo de praticamente todo o século XIX, “homagem à tradição literária portuguesa, de Camões ao Parnasianismo” (p. 12),

regendo-se, portanto, pelo diapasão literário ultramarino; em segundo lugar, o Autor refere-se à “torrente de prosa exótica” que caracterizou sobretudo as primeiras três décadas do século actual, noção que não pode deixar de nos sugerir toda uma discursividade literária de então, assente ideologicamente na “falsificação da consciência do homem negro”; em terceiro lugar, no processo evolutivo das LAEP, assume papel activo o discurso ideológico enunciado – já no século xx – pelos representantes da revista cabo-verdeana *Claridade* (na segunda metade da década de 30) e da revista angolana *Mensagem* (nos finais da década de 40). De referir ainda a proeminência concedida pelo Autor ao discurso da Negritude e à sua expressão nas LAEP, fundamentalmente na obra poética do são-tomense José Francisco Tenreiro.

Completam este quadro histórico-literário duas outras fases: a que medeia entre a década de 60 e os meados dos anos 70 (onde “três tendências se esboçaram, vindo a concretizar-se em obras específicas: a literatura de combate [...] de getto [...] e de diáspora” (p. 14)) e, finalmente, a que corresponde às novas gerações que compõem o mosaico literário actual (sendo igualmente de destacar o levantamento conciso empreendido pelo Autor aos expoentes literários actuais de Angola).

Esta obra encerra com a proveniência dos vários textos que a compõem, constituídos, na sua maior parte, por uma série de comunicações proferidas pelo Autor entre 1985 e 1989. (D. V. M.)

PAYNE, Judith A.; FITZ, Earl E. — *Ambiguity & Gender in the New Novel of Brazil & Spanish America*, Iowa, University of Iowa Press, 1993, 225 pp.

Judith Payne e Earl Fitz realizam nesta obra um importante estudo comparativo do “novo romance” produzido no Brasil e na América de língua espanhola nos Anos Sessenta, num período posterior ao aparecimento de duas obras que para muitos constituem a inauguração de um novo tipo de narrativa no cenário latino-americano, nomeadamente, *Ficciones* e *Perto do Coração Selvagem* da autoria de J. L. Borges e Clarice Lispector respectivamente e ambas de 1944.

Neste trabalho são contempladas obras de alguns escritores latino-americanos. Não tendo a selecção sido fácil, argumentam os autores, ela recaiu nos nomes que são mais frequente e mais extensivamente referidos pelos críticos, nomeadamente, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Gabriel Garcia Márquez, Mario Vargas Llosa, Clarice Lispector, João Guimarães Rosa e Osman Lins.

Através da análise comparativa das diferentes percepções materializadas nos romances dos dois grupos, os autores concluem que o romance brasileiro desenvolveu uma forma narrativa mais radical do que o romance sul-americano de língua espanhola, devido à diferente e mais significativa abordagem de questões cruciais como ambiguidade e género e pelo facto de serem mulheres a maior parte dos seus escritores.

O uso articulado da ambiguidade e do género no estudo do romance latino-americano permite discutir de que modo se mantêm, se desafiam ou se atravessam as fronteiras literárias e culturais. Das conclusões ressalta nitidamente a importância do contributo do romance latino-americano para a Literatura em termos de estruturas experimentais, técnicas narrativas, voz, temática e linguagem.

O quadro que desta abordagem comparativa resulta assinala visivelmente as diferenças mais marcantes entre as tradições literárias da América latina de língua portuguesa e as da América latina de língua espanhola e oferece acesso aos distintos imaginários destas duas culturas linguísticas.

O livro termina com uma bibliografia de obras consultadas e com um índice onomástico e temático. (V. C. F.)

QUEIRÓS, Eça de — *O Mandarim*, edição de Beatriz Berrini, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós — Ficção, Não-póstumos), 207 pp.

Esta edição, cuja responsabilidade cabe a Beatriz Berrini, constitui o segundo volume publicado no âmbito da edição crítica das obras de Eça de Queirós,

projecto coordenado por Carlos Reis e apoiado pela Secretaria de Estado da Cultura.

Publicado no *Diário de Portugal*, em 1880, *O Mandarim* foi editado em livro no mesmo ano e, depois de sofrer algumas alterações, reeditado em 1889. É justamente desta edição o texto que a edição crítica adopta como texto-base, confrontando-o com o das edições anteriores e permitindo, deste modo, apreciar o trabalho de revisão estilística realizado por Eça de Queirós. No sentido de propiciar ao leitor esta comparação, o volume apresenta o texto do *Diário de Portugal* nas páginas pares, ficando as páginas ímpares reservadas para o texto de 1889. Nestas páginas são registadas as variantes que resultam do cotejo entre o texto-base, de 1889, e o da 1.ª edição em livro, de 1880. Quanto às variantes que aparecem nas páginas contendo o texto do *Diário de Portugal*, referem-se às correcções que o editor considerou dever introduzir no texto do jornal e para as quais apresenta a necessária justificação.

O texto crítico é antecedido de uma circunstanciada introdução em que Beatriz Berrini, para lá da história do texto, aborda alguns aspectos de ordem narratológica, debruçando-se também sobre as questões relativas às fontes literárias e documentais de que a novela é tributária. Facilitando o contacto do leitor com esta edição, são ainda explicitados os critérios que presidiram à apresentação do texto e do seu aparato crítico.

Em apêndice, é reproduzida a carta que, destinada a acompanhar a edição francesa da novela, Eça dirigiu, em 1884, ao director da *Revue Universelle* e que, com o título *A propos du "Mandarim": lettre qui aurait du être une préface*, passou a integrar todas as edições a partir de 1907.

Tal como no caso de *A Capital!*, publicada em 1992 e da responsabilidade de Luiz Fagundes Duarte, também uma biobibliografia de Eça de Queirós completa o volume que agora inaugura a secção dos textos ficcionais não-póstumos. (M. R. C.)

REIS, Carlos; PIRES, M. Natividade — *História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*, Lisboa, Verbo, 1993, vol. v, 362 pp.

A *História Crítica da Literatura Portuguesa* é um projecto cuja coordenação geral é da responsabilidade de Carlos Reis e que pretende fazer, de forma crítica como o título indica, o estudo da evolução da Literatura Portuguesa ao longo dos oito séculos que conta. São nove os volumes projectados para esta *História*, sendo cada um deles dedicado a uma área periodológica específica.

Cada volume consta de um conjunto de capítulos que obedecem sempre à mesma estrutura. Assim, em cada capítulo, o leitor encontra uma *introdução*, ao período, geração, autor ou tema estudado; uma considerável *bibliografia passiva*; um conjunto de *textos doutrinários*, cronologicamente ordenados, da autoria do escritor estudado no capítulo ou de autores representativos de um determinado período literário; e um conjunto de *textos críticos*, ordenados tematicamente, da autoria de diversos estudiosos que ao longo dos tempos abordaram as questões em foco.

Este volume, em particular, da co-autoria de Carlos Reis e Maria da Natividade Pires é dedicado ao *Romantismo*, cujos temas e valores são descritos e ilustrados no capítulo de abertura. Seguem-se mais sete capítulos centrados noutras tantas facetas constitutivas do movimento romântico em Portugal. Quatro desses capítulos constroem-se à volta das personagens literárias de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco e Antero de Quental. Há ainda lugar para explorações, em capítulos separados, no campo do Teatro Romântico, da Segunda Geração Romântica e da “Questão Coimbrã”.

A utilidade desta *História Crítica da Literatura Portuguesa* decorre, sobretudo, da sua característica que consiste em propiciar ao aluno ou estudioso da Literatura Portuguesa um acesso, em simultâneo, aos principais textos dos escritores que fizeram a época e a alguns testemunhos que sobre essa época e sobre esses textos foram sendo registados. (V. C. F.)

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) — *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, 275 pp.

Contando com a colaboração de uma dezena de autores (António Galopim de Carvalho, António José C. Maia Nabais, Fernando A. Baptista Pereira, Fernando Bragança Gil, José A. F. Sommer Ribeiro, José Maria Cruz de Carvalho, Luís Efrem Elias Casanovas, Luís Raposo, Maria Beatriz Rocha-Trindade e Paulo Oliveira Ramos), esta obra pretende interessar não apenas a quem já se encontra ligado ao campo museológico, mas sobretudo a um público muito mais vasto — do estudante ao autarca com responsabilidades culturais, do colecionador aos professores dos vários graus de ensino, do animador cultural ao guia turístico — assumindo-se, como se diz na nota introdutória, “capaz de motivar interesses, esclarecer opiniões, acordar vigilâncias, policiar abusos”.

Nos seus doze capítulos, que poderão ser lidos e estudados independentemente, percorrem-se temáticas tão significativas como a história e a actualidade dos museus em Portugal, o objecto como gerador de informação e o tratamento museográfico, o discurso expositivo, a arquitectura, conservação, condições ambiente e segurança, além das principais tipologias em que em geral se agrupam os museus: arte, arqueologia, história natural, ciência e técnica; e ainda os museus de região.

Cada um dos doze capítulos que constituem o manual — a que se deve juntar um conjunto de videogramas ilustrativos e uma colecção de imagens de referência, em diapositivo — encerra com sugestões de leitura. (P. O. R.)

SPINA, Segismundo — *A Lírica Trovadoresca*, 3ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 414 pp.

Esta 3.ª edição d’*A Lírica Trovadoresca*, consideravelmente refundida e melhorada, pretende preencher uma lacuna existente na bibliografia em língua portuguesa de trabalhos sobre a produção trovadoresca.

Discursos

Numa Introdução relativamente alongada (cerca de 65 páginas) o autor traça uma visão panorâmica de todo o movimento trovadoresco provençalizante, situando os primeiros capítulos da história literária da Europa moderna nos trovadores da Provença, no curso do século XII. Cabem aqui algumas considerações sobre a Poesia dos Goliardos, a Lírica Occitânica nos diversos países da Europa, a diferenciação entre escolas simples e escolas herméticas, as formas poéticas e as respectivas características versificatórias.

O tronco desta obra é, porém, constituído por uma antologia onde se encontram representados os goliardos, os trovadores provençais e catalães, os trovadores do Minnesang, os trovadores franceses, italianos e galego-portugueses, dispostos por ordem cronológica, o que, nalguns casos, permite verificar tanto o aperfeiçoamento técnico quanto a evolução do conceito de *Amor*. As composições poéticas estrangeiras são apresentadas no original, mas acompanha-as uma tradução literal que não tem preocupações literárias e cujo objectivo é apenas auxiliar o leitor no acesso ao texto original. A cada composição seguem-se comentários ou notas onde Segismundo Spina tece apreciações crítico-estéticas e desvela alguns úteis elementos históricos.

Em Apêndice, e a título de curiosidade, oferecem-se, retraduzidas, três canções representativas da poesia árabe-andaluza.

Completam a obra um Glossário Terminológico da Lírica Trovadoresca e uma bibliografia. (V. C. F.)

EM TEMPO

Dia da Universidade Aberta

No dia 15 de Junho de 1993 realizou-se a sessão solene comemorativa do Dia da Universidade Aberta, presidida por Sua Excelência o Presidente da República, com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior.

Após a abertura da sessão, o Prof. Carrilho Ribeiro proferiu a oração de sapiência, subordinada ao tema “A Educação e os Desafios do Futuro”.

Seguiu-se a cerimónia de entrega de diplomas aos novos licenciados, após o que a Administradora leu o despacho reitoral que atribui a Medalha de Honra da Universidade Aberta ao Sr. Mário Augusto Grandão, que orientou e chefou a equipa de operários que levaram a cabo o restauro de interiores do Palácio Ceia durante cerca de cinco anos.

Às palavras de confiança no futuro proferidas pelo Presidente do Colégio de Delegados, seguiu-se o discurso do Reitor da Universidade Aberta, que começou por fazer uma breve resenha da evolução dos poucos anos de vida desta Instituição, destacando alguns resultados da actividade desenvolvida e salientando a importância dos Mestrados em Comunicação Educacional Multimédia e em Relações Internacionais. No seguimento da sua exposição, o Reitor agradeceu aos Reitores presentes a colaboração prestada por outras Universidades, enunciou as características do Ensino a Distância, referiu o envolvimento em projectos de âmbito internacional e destacou a criação da Universidade Aberta Internacional da Ásia, em Macau. No final, o Reitor salientou o papel da Universidade Aberta em acções de oferta e procura de educação tanto na Europa Ocidental como nos países do Centro e Leste Europeu, anunciando a realização em Lisboa da Conferência Inaugural dos Presidentes de Sistemas de Ensino a Distância no Mundo, iniciativa patrocinada pelo Presidente da República. Concluindo, o Reitor reafirmou o papel desempenhado pela Universidade Aberta no domínio da Educação e Formação, numa época em que a alta competitividade internacional favorece os mais qualificados, expressando votos de que seja resolvida a presente situação de

vacuidade estatutária que impede que se estabeleçam os mecanismos de representação, democraticidade e autonomia indispensáveis a uma Instituição que deve ser encarada como um instrumento estratégico para o desenvolvimento do país.

Antes do encerramento da sessão, o Presidente da República elogiou o ensino a distância e felicitou a Universidade Aberta, referindo o seu desempenho na cooperação com os PALOP's e terminou formulando votos de que se encontre uma solução consensual para os problemas detectados.

Educação Intercultural **Ciclo de Conferências na Universidade Aberta**

A Universidade Aberta tem mantido particular interesse pela educação intercultural, concretizado na organização de Conferências e Seminários, no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, mas abertos a um público mais alargado.

Durante os meses de Abril e Maio teve lugar um conjunto de sessões orientadas por personalidades internacionalmente reconhecidas nesta área de especialidade.

No mês de Junho estão previstas mais duas sessões:

“Le plurilinguisme: une chance pour l’Europe” pelo Professor Henri Giordan; e “A Presença Portuguesa no Senegal” pelo Professor Pinto Bull.

Estudos Gerais da Arrábida **Conferências do Convento**

Os Estudos Gerais da Arrábida — Conferências do Convento funcionam como uma Universidade de Verão lançada em 1992 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e decorrem anualmente no Convento da Arrábida, no período de Julho a Outubro. O seu

programa é organizado a partir de uma perspectiva universalista, com espírito científico, de análise crítica e de divulgação das Descobertas — as históricas e as contemporâneas — em todos os domínios do conhecimento.

No Programa para 1993 dos Estudos Gerais da Arrábida — Conferências do Convento e no âmbito do Seminário Fernão Mendes Pinto destaca-se o curso “As Letras do Texto — Literatura Moderna e Crítica Textual”, de 6 a 10 de Setembro.

IV Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas

Conforme noticiámos no último número desta Revista, realiza-se em Hamburgo de 6 a 11 de Setembro do ano corrente, o IV Congresso da A. I. L.

O número de inscrições recebidas ultrapassa já as duas centenas, sendo os países com maior número de participantes, a Alemanha, Brasil e Portugal.

Algumas das comunicações anunciadas agrupam-se nas seguintes áreas temáticas: Descobrimientos na Literatura, História, História Luso-Judaica, Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Literatura Brasileira (regional, de cordel, romance da selva), Literatura de Viagens, Literatura Portuguesa, Literatura Comparada, Literatura Feminina, Tradução Literária e Linguística.

Dos muitos autores abordados nas comunicações salientam-se Almada Negreiros, Cardoso Pires, José Saramago, Maria Ondina Braga, Miguel Torga, Raúl Brandão, Sá Carneiro e Wenceslau de Moraes.

Registe-se também a realização de cinco Conferências Plenárias presididas por Rainer Hess, Gladstone Chaves de Melo, Regina Zilberman, Carlos Reis e Eduardo Lourenço.

Os interessados em participar no Congresso devem enviar a sua correspondência à organizadora do Congresso, Dra. Maria de Fátima Brauer de Figueiredo, docente de Lusitanística da Universidade de Hamburgo, para o Departamento de Românicas (Romanisches Seminar, Universität Hamburg, Von-Melle-Park 6, D-2000 Hamburg 13) ou para o endereço particular (Feldbrunnenstrasse 34, D-2000 Hamburg 13).

Discursos

■ A Aliança Anglo-Portuguesa na História: 1373-1993

De 20 a 24 de Setembro próximo, decorrerá no Clare College da Universidade de Cambridge uma iniciativa internacional de carácter pluridisciplinar e académico — a conferência sobre “A Aliança Anglo-Portuguesa na História 1373-1993” patrocinada pela Fundação Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Secretaria de Estado da Cultura e Grupo das Conferências Internacionais sobre Portugal [ICGP].

Participarão alguns professores das Universidades de Lisboa e Évora, Universidade Nova de Lisboa e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

A Difusão Cultural da Universidade Aberta dispõe do programa e contactos a fornecer aos interessados.

■ II Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas

As Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, com apoio do MEC espanhol (Direcção Geral de Investigação Científica e Técnica) e da Universidade de Santiago acordaram realizar o II Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas (Literatura Galega, Portuguesa, Brasileira e Africana) de 23 a 25 de Setembro próximo, na Universidade de Santiago de Compostela. (Organização do Congresso a contactar pelos telefones 587989 e 582342 de Santiago de Compostela, Galiza, Espanha).

■ 1º Encontro Internacional de Bolseiros da Gulbenkian

Reunidas já mais de duas centenas de inscrições e estando assegurada a participação dos PALOP's e de diversos organismos internacionais convidados, a Comissão Organizadora desta iniciativa fixou a data de realização em 7, 8 e 9 de Outubro próximo nas instalações do LNEC, Avenida do Brasil, 101.

O programa e a ficha de inscrição estão disponíveis na Difusão Cultural da Universidade Aberta.

IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza

De três em três anos a Associação Galega da Língua organiza um Congresso Internacional na Galiza. Este ano o IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa constitui uma homenagem a Ferdinand de Saussure e realiza-se de 28 de Outubro a 1 de Novembro próximos, na Universidade de Vigo, no Auditório do Centro Cultural Caixavigo.

O Congresso estrutura-se em três grandes blocos:

1. *Ciências da Linguagem*, centrado no estudo de temas relativos à teoria e prática da elaboração do léxico e terminologias específicas, elaboração gramatical, filológica, dialectológica, grafemática, fonológica, etc. e em questões analisadas pelas Ciências da Linguagem.

2. *Língua e Texto Literário*, dedicado à abordagem de temas relativos à teoria e prática da língua literária numa perspectiva histórica ou actual, aos problemas levantados pela elaboração da língua literária e à análise comparativa com situações semelhantes noutras áreas linguísticas.

3. *Estudos dedicados a Ferdinand de Saussure*, em homenagem ao linguista que marcou um novo rumo nos estudos sobre a linguagem e as línguas nas primeiras décadas do século XX.

Haverá ainda lugar para a realização de duas Mesas Redondas presididas por Paulo González Marínhas e por Antoni Ferrando.

(Organização do Congresso a contactar pelo Apartado de Correios 453, 32080 Ourense, Galiza, Espanha).

■ **1º Congresso Internacional de Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa**

Considerando que a riqueza da língua portuguesa, em todas as suas variantes, e a evolução das literaturas escritas em língua portuguesa são motivo de reflexão em tempo de reformas educativas e considerando, ainda, que a formação dos professores é imprescindível, o Gabinete de Estudos Africanos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Escola Superior de Educação de Santarém vão levar a efeito o 1º Congresso Internacional de Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa, que se realizará em Santarém, de 24 a 26 de Novembro próximo.

Esta iniciativa propõe-se atingir os seguintes objectivos:

- Informação sobre actividades desenvolvidas no ensino e na investigação na área da língua portuguesa e das literaturas em língua portuguesa;
- Reflexão sobre os projectos em curso na formação de professores e no ensino da língua e das literaturas;
- Pesquisa de linhas de investigação e formas de actuação.

Para mais informações, os interessados deverão contactar a Secretária do Congresso (Auta Silva), Escola Superior de Educação de Santarém, Complexo Andaluz, 2000 Santarém ou pelo telefone nº 351 - 043 - 28850.

■ **II Simpósio Luso-Afro-Brasileiro**

Em desenvolvimento do projecto que promoveu o Simpósio de 1984 sobre temas e problemas da área, o Instituto de Cultura Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa encontra-se a organizar um segundo Simpósio que se realizará de 5 a 8 de Abril de 1994, ano de "Lisboa Capital da Cultura Europeia".

O tema geral "Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas" engloba três grandes sub-temas, a saber, "Nacionalismo e Nacionalidade", "Regionalismo e regionalismos" e "Nacionalismo e Cosmopolitismo".

Todos os participantes poderão apresentar comunicações relacionadas com estes temas, que deverão ser enviadas à Comissão Organizativa do Simpósio (Instituto de Cultura Brasileira, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Cidade Universitária, 1699 Lisboa Codex) até 30 de Novembro de 1993, acompanhadas de um resumo de 7 linhas.

Direcção, secretariado e assinaturas

Universidade Aberta – Delegação de Coimbra

Rua Dr. António José de Almeida, 25 - r/c

3000 COIMBRA (Portugal)

Telefone (039) 33300

Telefax (039) 29547

A Direcção e Redacção tomarão em consideração, para eventual publicação, todos os originais que lhes forem remetidos, preferentemente de acordo com a política editorial da revista. Serão também objecto de apreciação livros para resenha e notícia. Aceita-se permuta.

Números avulso: 850\$00

Assinatura anual (3 números)

Portugal: 2 400\$00

Estrangeiro: Europa: \$30 dólares

Outros continentes: \$40 dólares

Cheques em nome de *Discursos/Universidade Aberta*

Capa: *Rocha de Sousa*

Edição e propriedade

Universidade Aberta

Arranjo Gráfico: G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

Depósito Legal nº 55225/92

ISSN: 0872-0738